



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JOÃO VICTOR BRAGA DE SOUZA

**PARA ALÉM DA PROTEÇÃO: UMA HISTÓRIA DOS
CONSELHOS TUTELARES NO RECIFE (1990 – 2000)**

RECIFE/PE

2021

JOÃO VICTOR BRAGA DE SOUZA

**PARA ALÉM DA PROTEÇÃO: UMA HISTÓRIA DOS
CONSELHOS TUTELARES NO RECIFE (1990 – 2000)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção da titulação de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Humberto da Silva Miranda.

Área de Concentração: Política, Instituições e Identidades

RECIFE/PE

2021



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**PARA ALÉM DA PROTEÇÃO: UMA HISTÓRIA DOS CONSELHOS
TUTELARES NO RECIFE (1990 – 2000)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR:

JOÃO VICTOR BRAGA DE SOUZA

APROVADA EM 13/09/2021

BANCA EXAMINADORA

Orientador – Prof.º Dr. Humberto da Silva Miranda
Programa Pós-Graduação em História - UFRPE

Prof.ª. Dra. Alcileide Cabral do Nascimento
Examinadora Interna – Programa de Pós-Graduação em História – UFRPE

Prof.ª. Dr. Ailton José Morelli
Examinador Externo – Universidade Estadual de Maringá – UEM

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S729p Souza, João Victor Braga de
Para além da proteção: uma história dos conselhos tutelares no Recife (1990 – 2000) / João Victor Braga de Souza. -2021.
169 f.
- Orientador: Humberto da Silva Miranda.
Inclui referências.
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2021.
1. Conselho Tutelar. 2. Recife. 3. Crianças e adolescentes. I. Miranda, Humberto da Silva, orient. II. Título

CDD 981

Dedico este trabalho as primeiras mulheres da minha vida, a dona Nenen e Lindalva, assim como meu saudoso e amado avô Eriberto.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é uma palavra saborosa de ouvir, né? Ser grato é uma dádiva que a gente precisa para sabermos como não é possível alcançar objetivos, viver e ser feliz sozinho. Compartilhar é uma sensação sublime, poder ter algo bom a dividir com outros, sejam pessoas quistas ou não, mas dividir é uma premissa boa para se ter uma vida mais justa e afável.

O processo inteiro do mestrado foi regado por gratidão e reconhecimento as benesses que outras pessoas puderam me proporcionar, desde ao meu querido orientador **Humberto Miranda** que esteve comigo durante a graduação e gestou o projeto ao meu lado, me apoiando e acreditando no trabalho que poderia realizar no LAHIN. Assim, deixo meu muito obrigado a ele, comprometido com os direitos humanos e dedicado a justiça social e que me emprestou sacolas e mais sacolas de livro. Vale ressaltar que já devolvi todos, acho eu.

Sem o apoio da minha mãe **Eridalva Braga** e minha avó **Lindalva Braga** não seria possível nem ter ingressado na universidade. Por todas as adversidades enfrentadas pela minha mãe, tivemos sempre uma relação maravilhosa, com muita confiança e respeito durante toda a minha vida. Agradeço a minha mãe pela força para me educar, assim como a minha vó, mulher que foi fazer graduação depois dos quarenta anos, tornou-se uma professora excelente e contribuiu como inspiração para minhas buscas. A minha irmã **Rosa**, meu irmão **Carlos** que para mim é e sempre foi **Kadu**, onde na ausência de um pai se fez presente junto com meu avô **Eriberto**, o qual sinto sua falta todos os dias.

Agradeço aos amigos feitos na Universidade Federal Rural de Pernambuco, para os íntimos, rural. Aos oriundos da turma 2013.2 e do mestrado 2018.2, **Matheus Moraes**, **Ellen Santos**, **Débora Santos** e **Pedro Lopes**. Pessoas queridas que compartilharam comigo diversos momentos e contribuíram muito na jornada acadêmica.

Aos amigos feitos pelas andanças de rural, como **Wilck Camilo**, o mais ávido leitor de Joaquim Cardozo que conheci, amigo daqueles que lhe ajuda para a prova de Espanhol, lê seu projeto de pesquisa, opina e ainda revisa. Daqueles que abre as portas de sua casa para você e que o mínimo que poderia causar em mim, era uma admiração e amor imenso. À **Tales Pedrosa**, companheiro de mestrado e **Arthur Barros**, o doutorando mais comunista que conheço. Amigos que construíram um projeto sensacional que durou menos do que deveria, o podcast Operação Histórica.

Agradeço aos amigos do LAHIN. À **Anderson Rafael**, que esteve comigo em inúmeras atividades do laboratório e da Escola de Conselhos de Pernambuco. Assim como **Mário Emmanuel**, **Elton Silva** e **Emmanoel Rosa**. Na verdade, o **LAHIN** e a **ECEPE**, foram fundamentais na minha trajetória, cabe um enorme obrigado à toda a equipe, a **Edleuza Pena** e o professor **Almir Nascimento** que hoje está na UPE, mas antes de ir me proporcionou experiências junto a sociedade civil que muito me alegra.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História – UFRPE. Meu muito obrigado aos queridos professores **Wellington Barbosa** que com sua sensibilidade e atenção pôde indicar caminhos para meu projeto, além de **Giselda Brito**, uma pesquisadora e professora sensacional que colaborou desde à graduação com meu desenvolvimento acadêmico. Por fim, o técnico administrativo mais competente e cordial possível, **Rafael Cipriano**. Agradeço também a CAPES pelo financiamento parcial à pesquisa, sem apoio do órgão de fomento não seria possível a realização do trabalho, da mesma forma que sem a contribuição dos ex-conselheiros tutelares **Alexandre Bezerra** e **João José**, indivíduos dedicados aos direitos humanos e a participação social que me permitiram acessar um pouco de suas experiências e vivências para a escrita do trabalho.

Agradeço a professora **Alcileide Cabral** que esteve presente na banca de qualificação e muito contribuiu para o amadurecimento do texto e das questões apresentadas na dissertação. Assim como o professor **Ailton Morelli**, conheci pessoalmente por intermédio de Humberto Miranda em um evento e contava que iria integrar a banca por ser uma referência muito importante para o meu trabalho.

À **Sidney Nascimento**, amigo e historiador que a rural me permitiu conhecer, companheiro de trajetos longos de ônibus, companheiro de trabalho, PIBID e estágio à docência. Escutou todos as queixas e angústias durante todo o curso de mestrado, desde o processo de seleção até a entrega da última versão para o orientador. Sem todas as trocas e momentos de alívio, a entrega desse trabalho não seria possível, meu muito obrigado.

Por fim, gostaria de agradecer a minha amiga, companheira e esposa **Ana Gabriella**. Me acompanha desde a graduação, onde partilhamos o mesmo orientador e construímos durante todos esses anos o mesmo laboratório, dividimos espaços, eventos e aos poucos trilhamos juntos uma trajetória ligada a pesquisa. Sem toda a partilha e parceria seria impossível finalizar esse processo que perdurou mais do que esperado, por isso e muito mais, meu muito obrigado. Os próximos passos também serão dados ao seu lado.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os dono de nada.
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:
Que não são embora sejam.
Que não falam idiomas, falam dialetos.
Que não praticam religiões, praticam superstições.
Que não fazem arte, fazem artesanato.
Que não são seres humanos, são recursos humanos.
Que não tem cultura, têm folclore.
Que não têm cara, têm braços.
Que não têm nome, têm número.
Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa
local.
Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

Eduardo Galeano

RESUMO

Esta dissertação tem como principal objetivo construir uma narrativa histórica do processo de implantação dos conselhos tutelares na cidade do Recife, em Pernambuco, durante a década de 1990. Esses órgãos foram criados a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, um conjunto de normas que edifica o ordenamento jurídico acerca das crianças e adolescentes brasileiras, que visa a proteção integral dessas sujeitas e sujeitos, os quais historicamente passaram por diversos processos de negação de direitos e de violações. A partir de 1990 esse novo dispositivo legal entrava no cenário social e político do Brasil, prevendo a criação de políticas em torno das infâncias por meio de um novo paradigma, o da proteção integral, que proporcionou a entrada e participação de sujeitos e agentes diversos nessa estrutura. Uma dessas ferramentas foi o conselho tutelar, que ficaria sob a responsabilidade dos municípios, mas que tem a sua autonomia garantida. Esse órgão foi implantado no Recife em 1996, sob a premissa de zelar pelos direitos humanos de crianças e adolescentes enquanto uma instituição que atua no primeiro contato com as denúncias de violência, tendo a responsabilidade de ser um elo entre Estado e sociedade. O fio condutor do trabalho se dará por meio dos relatos orais de conselheiros tutelares e de profissionais que atuavam próximo as questões das infâncias, seja no âmbito policial, jurídico ou educativo. Por esse motivo, as memórias de implantação dos conselhos tutelares do Recife foram analisadas a partir do trabalho com as fontes orais, com entrevistas registradas e inter cruzadas com outras fontes documentais. Os estudos possibilitaram compreender a dinâmica municipal para que fosse realizado o primeiro pleito para conselheiros, assim como a formação especializada voltada para o Estatuto e as condições de trabalho naquele momento em que se iniciava a aplicação de uma nova legislação para crianças e adolescentes na cidade do Recife.

Palavras-chave: Conselho Tutelar; Recife ; Crianças e adolescentes.

RESUMEN

El objetivo principal de esta disertación es construir una narrativa histórica del proceso de implementación de los consejos de tutela en la ciudad de Recife, Pernambuco, durante la década de 1990. Estos órganos fueron creados a partir de la promulgación del Estatuto de la Niñez y la Adolescencia, Ley No. 8069 / 90, un conjunto normativo que construye el ordenamiento jurídico de la niñez y la adolescencia brasileña, que apunta a la plena protección de estos sujetos y sujetos, quienes históricamente han pasado por varios procesos de negación de derechos y violaciones. A partir de 1990, esta nueva disposición legal ingresó al escenario social y político en Brasil, previendo la creación de políticas en torno a la niñez a través de un nuevo paradigma, el de la protección integral, que brindó el ingreso y participación de diferentes sujetos y agentes en esta estructura. Una de estas herramientas fue el consejo tutelar, que estaría a cargo de los municipios, pero cuya autonomía está garantizada. Este organismo fue establecido en Recife en 1996, bajo la premisa de velar por los derechos humanos de la niñez y la adolescencia como institución que actúa en el primer contacto con las denuncias de violencia, teniendo la responsabilidad de ser un nexo entre el Estado y la sociedad. La línea directriz del trabajo será a través de los informes orales de los asesores tutelares y profesionales que trabajaron estrechamente con la problemática de la infancia, ya sea en el ámbito policial, legal o educativo. Por ello, se analizaron las memorias de la implementación de los consejos tutelares en Recife a partir del trabajo con fuentes orales, con entrevistas grabadas y cruzadas con otras fuentes documentales. Los estudios permitieron comprender la dinámica municipal para que se llevara a cabo la primera elección de concejales, así como la formación especializada enfocada en el Estatuto y las condiciones laborales en el momento de la aplicación de la nueva legislación para la niñez y la adolescencia en la ciudad de Recife.

Palabras clave: Consejo Tutelar; Recife; Niños y adolescents.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cresce na região índice de crianças desnutridas _____	64
Figura 2: Mortalidade infantil. _____	65
Figura 3: Mapa dos bairros de Ilha de Joana Bezerra e dos Coelhos _____	68
Figura 4: Mapa dos bairros de São José, Ilha do Leite e Paissandu. _____	69
Figura 5: Matança de menores vai ser apurada no Recife _____	77
Figura 6: Sociedade quer punição para menores _____	108
Figura 7: Menores da Fundac fazem novo tumulto em presídio _____	110
Figura 8: Justiça assegura direitos de menores infratores do Estado _____	125
Figura 9: Capa da cartilha de campanha _____	128
Figura 10: Cartilha de campanha _____	128
Figura 11: Deficiente pede ajuda _____	153

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Empresas previstas a serem privatizadas em 1992_____	44
Tabela 2: índice de pobreza de crianças no Nordeste_____	63
Tabela 3: Perfil socioeconômico dos bairros de Boa Vista, Ilha do Leite e Paissandu__	70
Tabela 4: Perfil socioeconômico dos bairros de Joana Bezerra e São José _____	72
Tabela 5: Organização do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes _____	97
Tabela 6: Os conselhos de direitos e suas atribuições _____	106
Tabela 7: Crianças de 5-6 anos matriculadas na escola em Recife nos anos de 1991 e 2000 _____	150
Tabela 8: Crianças e adolescentes de 7-14 anos matriculadas na escola em Recife nos anos de 1991 e 2000_____	151
Tabela 9: Crianças analfabetas de 7-14 anos no Recife em 1991 e 2000 _____	152

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Índice de desempregados no Brasil	38
Gráfico 2: Desemprego: ano 2000 no Nordeste	39

LISTA DE SIGLAS

APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

CEDCA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

CENDHEC – Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ações Sociais

COMDICA – Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade do Recife

CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DNCr – Departamento Nacional da Criança

DPCA – Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FJP – Fundação João Pinheiro

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

FUNDAC – Fundação da Criança e do Adolescente

GPCA – Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LAR – Legião Assistencial do Recife

MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

ONG – Organização não governamental

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Programa Nacional de Desestatização

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PP – Partido Progressistas

PROJAD – Programa Saúde do Adolescente

PSL – Partido Social Liberal

RPA: Região Político-Administrativa

SAM: Serviço de Assistência ao Menor

SGD- Sistema de Garantia de Direitos

SGDCA: Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente

ZEIS: Zona Especial de Interesse Social

UNICEF – Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
AS INFÂNCIAS, AS POLÍTICAS E O TEMPO: NOTAS DE UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DO TEMPO PRESENTE	20
A HISTORIOGRAFIA DAS INFÂNCIAS EM PERNAMBUCO E OS DIÁLOGOS POSSÍVEIS	26
O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E OS CONSELHOS TUTELARES	35
<u>A CIDADE DO RECIFE: ENTRE AS DESIGUALDADES E OS HORIZONTES DE MUDANÇAS</u>	40
1.1 – O BRASIL DA REDEMOCRATIZAÇÃO: NEOLIBERALISMO E NOVAS POLÍTICAS?	44
1.2 – RECIFE E O CENÁRIO DAS DESIGUALDADES: DEBATE HISTORIOGRÁFICO E AS NARRATIVAS HISTÓRICAS	53
1.3 – AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA “CAPITAL DA VIOLÊNCIA”	62
<u>SUJEITOS DE DIREITOS? OS CONSELHOS TUTELARES E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COMO QUESTÕES PARA ANÁLISE HISTÓRICA</u>	80
2.1 PARADIGMA ROMPIDO? O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E AS POTENCIAIS CONSTRUÇÕES DE UMA NOVA POLÍTICA	82
2.2 A HISTORICIDADE DOS CONCEITOS: CONSELHO E TUTELA NO TRANSCURSO HISTÓRICO	93
2.3 OS CONSELHOS DE PROTEÇÃO: DIREITOS E TUTELA	104
<u>MEMÓRIAS DE IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES NO RECIFE</u>	113
3.1 – MEMÓRIA E HISTÓRIA: TECENDO NARRATIVAS HISTÓRICAS POR MEIO DE RELATOS ORAIS	115
3.2 – OS CONSELHEIROS TUTELARES: OS CAMINHOS QUE OS LEVARAM PARA ELEIÇÃO E A POSSE	122
3.3 – O PROCESSO FORMATIVO: COMDICA E CENDHEC	133
3.4 – OS OLHARES DOS CONSELHOS DA CIDADE SOBRE SUA ATUAÇÃO	140
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	156
<u>FONTES</u>	160
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	164

INTRODUÇÃO

No dia 13 de julho de 1990, o Brasil dava um passo importante para o reconhecimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Nessa data, era sancionada em Brasília a Lei Federal N° 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa legislação é o que fundamenta a criação do órgão que será objetivo de nossas investigações e análises, os conselhos tutelares. Esse aspecto será apresentado e debatido no decorrer do trabalho, mas antes, se faz importante caminhar pelas motivações que nos trouxeram para essa pesquisa, buscando compreender não só a identificação entre o pesquisador e seus objetivos de pesquisa, mas a relevância que o processo de historicizar o tema pode proporcionar socialmente e academicamente para a historiografia.

Ao me deparar com as leituras historiográficas sobre infâncias, assim como, os aspectos mais temáticos a partir do Estatuto, recordo-me de crescer no bairro da Mirueira, localizado no município do Paulista, consideravelmente perto da capital, pois faz parte da Região Metropolitana do Recife, tendo uma distância de dezoito quilômetros entre os dois. Bairro mais pobre da cidade citada, estudei em uma escola municipal a qual era conhecida por ser a “escola dos leprosos”, dada a localização próximo ao Hospital da Mirueira¹, conhecido em boa parte do século XX por tratar pessoas com Hanseníase, na época, tratada como lepra. A Escola Municipal Frei Guido, atendia filhos desses sujeitos e os moradores de Paulista estimularam um estigma quanto a instituição e parte do bairro.

No cotidiano escolar, era recorrente a necessidade familiar da merenda para sobrevivência, mães que iam com seus filhos com vasilhas, as conhecidas marmitas, para levarem comida da merenda escolar para casa. A cada quinze dias na escola, tinha uma ação, dia da higiene, essa ação se dava com o apoio de uma assistente social e consistia em realizar escovação bucal com a profissional, além da certificação se havia piolhos nos estudantes, ou seja, em mim. Nesses dias específicos, o discurso era baseado no medo, discursos como “tem que escovar os dentes e passar flúor, o Conselho Tutelar tá vindo aí,

¹ O Hospital Colônia da Mirueira, outrora chamado de Sanatório Padre Antônio Manoel e conhecido por Cidade dos mortos-vivos, fica localizado no bairro da Mirueira, município do Paulista. Foi fundado em 1941 para atender as diretrizes de tratamento da lepra, o que naquele momento significava o total isolamento e afastamento familiar. Ver a tese de doutoramento em História: MACIEL, Laurinda Rosa. **“Em proveito dos sãos, perde o lázaro a liberdade”**: uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941-1962). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2007

viu? Se não tiver limpinho, vai reclamar com a mãe pra saber por que tá sujo, vocês não são meninos de rua”.

De dia ir à escola para se alimentar e poder ter comida durante a noite em casa, comida vinda dessa mesma escola. Algumas dores eram sentidas, mas naturalizadas de tão repetitivas, morte de estudantes – crianças, por leptospirose, pois nesse mesmo bairro há ainda hoje um “lixão”, um aterro sanitário que servia, durante a década de 2000 como fonte de renda para muitas famílias que buscavam sua sobrevivência no lixo. Nesse mesmo ano, cursava a primeira série e perdi um “coleguinha” porque teve a “doença do rato”. Naquele momento lembro que chorei, fiquei triste. Naquele mesmo ano, outro colega morreu, assassinado com seu irmão que era bem mais velho, dentro de sua casa; chorei, fiquei triste e sem entender muito bem o que acontecera, até que no ano seguinte parecia que nada tinha ocorrido na escola.

Recordar minha trajetória é constatar que os caminhos da minha vida fazem parte da escolha do tema de pesquisa. O historiador Antônio Paulo Rezende, afirma que as decisões em torno do tema de pesquisa são momentos que se confundem com outros de sua vida. “Sua escolha está cercada por questões que revelam alucinações da sua época, desejos e desencontros do seu tempo, sem que haja linearidade.”²

A banalidade da miséria e da violência foi cenário para algumas crianças e adolescentes no final da década de 1990 e início dos anos 2000, cenário de reorganização do Estado e das políticas empreendidas. Essas memórias foram construídas em um município da Região Metropolitana do Recife, justamente nesse recorte temporal, momento sociopolítico brasileiro de intensificação das políticas neoliberais e avanço das desigualdades sociais, podendo-se fazer essas afirmações por meio de dados que serão discutidos no decorrer do trabalho dissertativo.

À vista disso, falamos um pouco sobre infâncias, formas de vivê-la e de se recordar desse momento da vida, contudo, e as instituições que se ligam a essas infâncias? Onde elas entram na discussão? As respostas a essas perguntas serão desenvolvidas no decorrer do texto introdutório, tecendo as relações e as imbricações, principalmente as formas de atrelar as crianças e adolescentes a institucionalização, abordando quais objetivos margeiam essas questões.

² REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de 1920**. Recife: FUNDARPE, 1997, p.19.

As Infâncias, as políticas e o tempo: notas de uma abordagem histórica do tempo presente

O trabalho tem como objetivo historicizar o processo de implantação dos conselhos tutelares na cidade do Recife, órgão criado após a Lei N° 8.069 que dispõe da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em 1990. Sendo questão central na pesquisa, o Estatuto proporcionou a criação de conselhos de proteção que para além do Conselho Tutelar, também é composto pelo Conselho de Direito. Assim, será debatida a questão da municipalização do atendimento e as experiências dos conselheiros tutelares da cidade no final do século XX.

É importante compreender o Estatuto como um arcabouço jurídico e de legislação, como também uma nova definição de relação entre as crianças e adolescentes com o Estado brasileiro. Estabelecendo novas fronteiras entre sociedade, Estado e família, aproximando as políticas públicas dos sujeitos e sujeitas que são as protagonistas desse dispositivo legal.

Dessa forma, se torna relevante justificar a escolha do tema de pesquisa e o seu recorte temporal. Dado que um projeto de pesquisa é construído aos poucos, muitas vezes relacionando-se com quem é o pesquisador e o que o motiva. O historiador Michel de Certeau afirma que toda produção historiográfica tem seu próprio lócus e dinâmica.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.³

Adotamos no trabalho a perspectiva que a pesquisa histórica é produzida em uma relação contínua de trocas do historiador com as múltiplas realidades sociais que o cerca, assim como as suas vontades, suas motivações, desejos e incertezas. Certeau argumenta que o processo de escrita e produção historiográfica está intimamente ligado ao lugar e condições proporcionadas para a construção do texto, onde o espaço social é o meio que articula a relação entre o pesquisador e seu projeto de pesquisa.

³ CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 66.

Como caminho teórico, adotamos também as concepções de tempo produzidas por Reinhart Koselleck na obra *Futuro Passado*, o qual percebe e toma para si o tempo histórico de forma em que suas principais características são as (re)significações produzidas em seu entorno, “o tempo histórico não apenas é uma palavra sem conteúdo, mas uma grandeza que se modifica com a história, e cuja modificação pode ser deduzida da coordenação variável entre experiência e expectativa”⁴.

Pensando o conceito de tempo a partir de Koselleck, podemos compreender a História por meio dos movimentos. Movimentos das pessoas, da sociedade, dos valores, dos embates e disputas, havendo constante idas e vindas, como um processo de ebulição. Dessa forma, os problemas da pesquisa são construídos no presente vivido em diálogo com o passado experienciado, o que é chamado pelo autor de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, sendo isso, uma imbricação entre as três temporalidades que conhecemos.

A relação entre a História e o tempo, nos permite a reflexão acerca das experiências dos sujeitos no mundo e na sociedade sem pôr o passado que se presentifica por meio da memória em oposição a expectativa que é presente a vida do indivíduo, ou seja, colocamos essas duas posições em situação de complementaridade. Assim, os problemas da pesquisa surgem em um presente vivido, que dado momento foi o horizonte de expectativa de outros sujeitos, esse presente que também é o espaço de experiência, de projetos de outrora, frustrações e decepções do presentismo que foi gestado de outra maneira e tem traços de outros tempos vividos. Assim, construir essa dissertação nos anos de 2018 – 2021, é ter como questões postas alguns fragmentos de realidade do contemporâneo.

O que busco com essa discussão é evidenciar que a pesquisa é transpassada por problemas sociais do hoje, dessa forma, os cortes de direitos sociais e os retrocessos vividos nos últimos anos, também tem sua parcela de presença e contribuição nas questões do trabalho. Uma presença que é também ausente, um movimento que permite as indagações para o pesquisador, que podem estar implicitamente colocadas, ou explícitas como nesse momento. Porém, o que não pode deixar de ser dito é que a forma

⁴ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006, p. 309.

como o Estado se relaciona hoje com as crianças e adolescentes, propõe as políticas e pensa acerca dessas sujeitas e sujeitos foi o principal combustível para as investigações.

O caminho político de desoneração do Estado que permeia a política nacional nos últimos anos, atrelado ao avanço de pautas mais conservadoras que podemos acessar pelo discurso político do atual Presidente da República⁵ no campo dos direitos humanos e sociais, que sob alegações de corte de custos e verbas, impõe para as crianças e adolescentes rumos diferentes do que vinham sendo tomados no campo político, em uma perspectiva que remonta o menorismo que marcou a trajetórias das políticas públicas no Brasil durante o século XX.

O caminho teórico utilizado para o desenvolvimento desse trabalho, será amadurecido ao longo do texto e das discussões que o seguem. Considero importante apresentar que metodologicamente o trabalho será estruturado por meio da história oral, amplamente utilizada e fruto de muitos debates, principalmente com os historiadores ao longo do final do século XX e que se solidificou também como campo de pesquisa. Desse modo, cabe compreendermos essa metodologia enquanto uma ferramenta que pode estar ao lado do historiador a depender da concepção de História que ele adota. De acordo com a historiadora Verena Alberti:

Se podemos arriscar uma rápida definição, diríamos que a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo.⁶

Alberti junto ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, promoveram grandes avanços quanto a institucionalização da história oral no Brasil. No presente trabalho, as contribuições metodológicas da historiadora será a principal referência para utilizar os relatos orais como fonte de nossa pesquisa, levando em consideração que antes do relato tornar-se fonte, há formas de

⁵ Jair Bolsonaro enquanto candidato à presidência, afirmou no dia 23/08/2018 em uma coletiva de imprensa que *O ECA tem que ser rasgado e jogado na latrina. É um estímulo a vagabundagem e à malandragem infantil*. Consultar: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-diz-que-eca-deve-ser-rasgado-jogado-na-latrina-23006248>>. Acesso em: 03/01/2020. Já eleito, em 2019 teve como ação prática a tentativa de esvaziamento e desmonte do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, exonerando conselheiros e diminuindo a paridade entre os membros eleitos da sociedade civil e os escolhidos pelo governo, sendo exclusividade do governo a escolha do Presidente do Conselho, diminuindo inclusive o número de conselheiros da sociedade civil organizada e mudando os critérios de eleição. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/em-decreto-bolsonaro-esvazia-conselho-de-protecao-a-direitos-da-crianca.shtml>> Acesso em: 03/01/2020.

⁶ ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3º Edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 24

realizar as entrevistas e estruturar a prática, pois como a pesquisadora afirma, “Fazer história oral não é simplesmente sair com um gravador em punho, algumas perguntas na cabeça e entrevistar aqueles que cruzam o nosso caminho.”⁷

Aliando os debates metodológicos as questões teóricas do uso da memória, é importante compreender as narrativas orais ou também chamados de relatos de memória. Os relatos tornam-se fonte documental após um processo que passa desde a escolha do método, a escolha dos entrevistados, o tipo de entrevista, o roteiro construído baseado nos objetivos pretendidos pelo pesquisador, aos equipamentos utilizados até chegarmos no momento de transcrição.

É necessária atenção ao tipo de narrativa que o historiador visa construir por meio dos relatos. Alguns teóricos como o Alessandro Portelli, afirmam que boa parte dos erros ao se apropriar da história oral é crer que naquela entrevista, naquele momento, naquela pergunta específica, toda uma realidade vai se apresentar para ele, como um retrato por meio da memória do que foi o real vivenciado. Segundo o historiador:

Os historiadores estão interessados em reconstruir o passado, os narradores estão interessados em projetar uma imagem. Portanto, enquanto os historiadores muitas vezes se esforçam por ter uma sequência linear, cronológica, os narradores podem estar mais interessados em buscar e reunir conjuntos de sentidos, de relacionamentos e de temas no transcorrer de sua vida.⁸

As fontes utilizadas que são frutos de relatos orais, não serão analisadas pela ótica de uma verdade absoluta. Há muito tempo isso não faz parte do trabalho do historiador, e é importante levar em consideração a memória como um terreno arenoso, de fácil mudança. A memória não é resultado somente do passado vivido, mas das experiências que são construídas, inclusive da tentativa de busca dessa memória para determinado fim, onde cada indivíduo faz esse movimento de forma única e particular por meio das (re)significações.

Utilizaremos também como fonte os jornais locais, principalmente o *Diário de Pernambuco*, periódico mais antigo em circulação da América Latina e que foi administrado desde 1994 até 2015 pelo grupo *Diários Associados*, conglomerado de mídia que administra alguns portais como *Correio Braziliense*, além de emissoras de

⁷ *Ibid.*, p. 37

⁸ PORTELLI, Alessandro. **O momento de minha vida: funções do tempo na História Oral**. In: Muitas memórias, outras histórias. FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; LAMEIDA, Paulo; KHOURY, Yara (Orgs). São Paulo: Olho D'água, 2004.p. 300.

rádio e de TV. Destaca-se localmente pela qualidade de material impresso, além de ter um histórico posicionamento a favor da ditadura civil-militar brasileira, porém, é escolhido por ser o mais conhecido na cidade do Recife.⁹

O diálogo entre relatos e jornais, serão feitos levando em consideração que os periódicos não são a verdade, mas uma interpretação, uma forma de veicular determinadas notícias e conteúdos que chegam à sociedade, sendo lidas e consumidas pelas pessoas em seu cotidiano. Justamente nesse ponto que os jornais se tornam importantes para o historiador, segundo as historiadoras Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.¹⁰

Os tipos de fontes utilizados são diversos para tecer a presente narrativa. Serão relatos orais e jornais, já citados, além de documentos oficiais de cunho legislativo e jurídico, como o Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim como documentos produzidos pela Prefeitura da Cidade do Recife acessados por meio de um *Software* e material do Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA/Recife instrumentalizado por meio dos conselhos tutelares da cidade.

Cada fonte requer um tratamento diferente, assim, é sempre recomendado aos pesquisadores uma variedade de fontes equilibradas, o suficiente para serem analisadas com um aporte metodológico satisfatório. Entretanto, o aspecto de certo ineditismo do tema abordado pelas lentes da História impôs algumas dificuldades para nesse quesito, sendo preciso abarcar essa diversidade de fontes para conseguir responder as principais questões impostas pelo projeto de pesquisa.

O *Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife* é a principal fonte para auxiliar o debate acerca da cidade no primeiro capítulo. Esse documento foi desenvolvido em parceria do Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Nacional, a Fundação João Pinheiro com o Governo de Minas Gerais e apoio do Programa das Nações Unidas

⁹ LENE, Hérica. **Jornais centenários do Brasil**. Corvilhã, ed. LabCom.IFP: Universidade da Beira do Interior, 2019. p. 33.

¹⁰ CAPELATO, Maria H.; PRADO, Maria L. **O Bravo Matutino**. São Paulo: Editora Alfa-Romeu, 1980, p. 19.

para o Desenvolvimento – PNUD Brasil. O projeto foi gestado em 2001 por ação do então prefeito do Recife, João Paulo, finalizando-o em 2005 com a publicação de artigos, dados e um *software* que permite o cruzamento de dados acerca de vários âmbitos sociais.

Nosso principal uso do Atlas, se dará por meio do *software*, ferramenta que possibilita estabelecermos as variáveis que queremos acessar, tanto de faixa etária, como de bairros, rendas e diversos outros fatores, como acesso à educação, atenção básica de saúde nos anos de 1990. Assim, novos desafios são postos para o exercício do historiador, o mundo virtual e suas ferramentas não podem ser ignoradas, mas apropriadas para o benefício da pesquisa e da produção historiográfica. Segundo o historiador André Pereira Leme Lopes, nos últimos anos vivemos uma fase de aproximação e de acesso a novas formas de produzir conhecimento histórico.

Houve uma ‘virada digital’ na fase de pesquisa da operação historiográfica. Mesmo quando iniciamos uma pesquisa com dados extraídos do ‘mundo físico’, parte considerável da mesma é realizada no ciberespaço, com métodos informáticos e arquivos digitais que borram as dicotomias de nossa epistemologia tradicional e trazem novos problemas para a crítica dos documentos¹¹

Levando em conta essas possibilidades, iremos nos ater a essa documentação materializada pelo *software* e pelo Atlas, o qual em diálogo com as outras fontes citadas será importante para a narrativa em construção. Destaco também a fonte produzida pelos conselhos tutelares da cidade, a qual utilizaremos o relatório de balanço dos dois primeiros anos de atuação dos órgãos, emitido em fevereiro de 1999 e que será melhor apresentado no decorrer do terceiro capítulo, cabendo nesse momento, localiza-lo no escopo de nossas fontes, chamado “Considerações a cerca das Crianças e Adolescentes, proferidas ao longo dos 02 anos de existência dos Conselhos Tutelares do Recife”.

Por fim, destaco a contribuição de Marc Bloch ao problematizar o uso das fontes pelos historiadores, afirmando que é preciso a pluralidade de fontes, de documentos. Apesar de serem de matrizes diferentes, o compromisso com a pesquisa e com o tratamento da documentação requer a mesma ética.

Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, específico para tal emprego. Quanto mais a pesquisa, ao contrário, se esforça por atingir os fatos profundos, menos lhe é permitido esperar a luz a não ser dos raios convergentes de testemunhos muito diversos em sua natureza. Que historiador das religiões se contentaria em compilar tratados de teologia ou coletâneas de hinos? Ele Sabe muito bem que as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e o

¹¹ LEME, André. **Virada digital? Pesquisa histórica no ciberespaço**. Revista Tempo & Argumento, v. 10, p. 136-169, 2018.

mobiliários dos túmulos têm tanto a lhe dizer sobre as crenças e as sensibilidades mortas quanto muitos escritos.¹²

Os debates teóricos relevantes a essa dissertação, a partir das escolhas obtidas previamente, serão aprofundados no decorrer do trabalho. Assim como, os caminhos metodológicos serão resgatados e discutidos nos capítulos, juntos a utilização das fontes para facilitar a compreensão de suas análises.

A historiografia das infâncias em Pernambuco e os diálogos possíveis

Os historiadores brasileiros vão se aproximar das crianças como possíveis sujeitos para análise histórica entre as décadas de 1970 e 1980¹³, muito influenciados pela obra do historiador francês Philippe Ariès, *História Social da Criança e da família*, traduzida para o Brasil em 1981, abordando o que ele chamara de *sentimento de infância*. A maior contribuição do autor, foi proporcionar uma nova possibilidade de análise da infância, pelas lentes da História, o que ainda não havia sido feito. A partir desse momento passam a surgir novas pesquisas e novas abordagens, a maioria com diálogos interdisciplinares, ponto importante para o presente trabalho.

O debate historiográfico pretende ser organizado no que se refere as crianças e adolescentes, seus dispositivos de controle e suas políticas públicas, buscando o que já foi produzido pela historiografia acerca dessas questões. Então, pensar a relação do Estado com esses sujeitos pelas lentes da História é o maior objetivo deste texto introdutório, pensando rapidamente no período colonial e imperial, atendo-se a república e principalmente no século XX, espaço temporal da nossa pesquisa.

A colônia é marcada quanto a criação da roda dos expostos, onde o trabalho da historiadora Alcileide Cabral do Nascimento se destaca, sendo fruto de sua tese de doutoramento *A sorte dos enjeitados: O combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789 – 1832)*, publicada em 2006 e transformada em livro em 2008. Em seu trabalho, a autora tensiona e se propõe a visibilizar as vidas que outrora foram ocultadas pelo poder público, sendo a roda dos

¹² BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001, p. 80.

¹³ O trabalho que pode ser visto como pioneiro na abordagem sobre os problemas enfrentados pela criança, chamado de “menor” ainda na sua abordagem, é o de Esmeralda Blanco Bolsonaro, tese defendida em 1977 e que se transformou em obra publicada. Ver: MOURA, Esmeralda B.B. **Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital**. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

expostos de Recife, instalada na Santa Casa de Misericórdia e recebendo crianças abandonadas de 1789, sob alegações de combate ao infanticídio cometido por mães que abandonavam suas crias em ruas e praças públicas. Além disso, é visto como a autora aproxima as infâncias com as questões de gênero na sua tese, pois desvela os diversos estigmas que cercavam, no século XVIII, as mulheres que eram mães nas situações mais diversas, sendo o caminho do abandono um dos mais “visíveis”, dada a falta de uma estrutura que possibilitasse a criação de seus filhos.

Pensar sobre isso dá margem para um deslocamento temporal, onde o estigma da mãe solteira, das mães pobres, das mães sem apoio familiar e sem suporte do Estado as acompanharam por muito tempo. O filme do diretor cearense Karim Ainouz, “A vida invisível”, é uma obra cinematográfica que ao abordar a vida das mulheres no Rio de Janeiro na década de 1950, serve de reflexão, ao discutir como era possível abandonar uma criança no período por conta das pressões sociais que margeavam as mulheres¹⁴.

Tivemos outros trabalhos que abordam os infantes abandonados em Pernambuco, como a dissertação do historiador Gabriel Navarro de Barros, intitulada *Órfãos pobres, desvalidos, “ingênuos ou menores?”: Infâncias “perigosas” e a vigilância dos Juízos de Órfãos de Pernambuco. (1888 – 1892)*, de 2014. No trabalho de Barros, destaca-se a relação entre o imediato pós-abolição e os interesses acerca dos filhos das mulheres escravas como força produtiva, como mão de obra para repor as de seus pais.

O interesse na mão de obra negra infantil, é objeto também de pesquisa da historiadora Vera Lúcia Braga, em dissertação defendida em 2003, sob título de *Pequenos aprendizes: Assistência à infância desvalida em Pernambuco no Século XIX*. No trabalho, a autora se propõe a historicizar as instituições de atendimento e assistência aos infantes que se enquadravam em categorias vigentes no período pelo governo imperial e provincial. Destarte, é tecida a relação entre a caridade católica com a instrumentalização do Estado para a gestão desses infantes vistos como desviantes, sejam estes desvalidos, órfãos, pobres e/ou abandonadas.

Quando chegamos no século XX temos algumas reorganizações nas políticas de atendimento e de assistência a infância. Na década de 1920 iremos ter o Código de Menores, depois na década de 1940 a instituição do Serviço de Assistência ao Menor –

¹⁴ **A VIDA** invisível. Direção de Karim Ainouz. Rio de Janeiro: Canal Brasil; Vitrine Filmes, 2019. (145 min).

SAM, ligada ao Departamento Nacional da Criança – DNCR. Posteriormente a reorganização do Código de Menores na década de 1970 e, por fim, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que será debatido no decorrer do trabalho.

O século XX foi marcado por avanços e modernizações que mantinham o caráter conservador e excludente da relação do Estado para com as crianças e adolescentes, dado que o Brasil constrói em 1927 o primeiro conjunto de leis voltados para esse grupo social que significou um avanço jurídico. Porém, a que custo foi esse “avanço”? Alguns pesquisadores, como o historiador Humberto da Silva Miranda em sua dissertação *Meninos, moleques, menores... Faces da infância no Recife (1927 – 1937)*, defendida em 2008, problematizam a criação do Código de Menores de 1927 e a sua utilização que legitimava um processo de segregação por classe, cor e gênero, assim como a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM e conseqüentemente as instâncias estaduais, conhecidas como Febems – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, até a reformulação do Código de Menores em 1979 que mantém o caráter punitivo.

Além do trabalho de Miranda, temos a dissertação do historiador Ailton José Morelli que será revisitada ao longo do trabalho, intitulada *A criança, o menor e a lei: uma discussão em torno do atendimento infantil e da noção de inimputabilidade*, defendida em 1996 e que se tornou referência ao problematizar o Código de Menores e a construção da noção de inimputabilidade das crianças e dos adolescentes, abordando posteriormente em outros trabalhos as mudanças nas políticas de atendimento.

A historiadora Silvia Maria Fávero Arend se destaca como uma referência na história das infâncias, evidenciando na sua tese de doutoramento, cujo título *Filhos de criação: Uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930)*, defendida em 2005, a construção da noção do menorismo, em diálogo com os dois últimos trabalhos citados. Arend problematiza a assistência ofertada pelo Estado em Santa Catarina, tensionando como foi operacionalizada a noção de menor e instrumentalizada para a institucionalização das crianças oriundas de famílias pobres, discutindo a perspectiva de abandono e do encaminhamento dado pelo poder público.

A jornada percorrida até a construção de uma política e uma legislação mais humanizada foi palco de pesquisas e contribuições historiográficas bastante significativas para o presente trabalho. Algumas dessas pesquisas evidenciam o controle e cerceamento que deixaram marcas nas representações sociais relacionadas as infâncias, visto por

exemplo, a carga simbólica que carrega a expressão “menor” ainda hoje na contemporaneidade.

O Código de Menores de 1927 contribuiu para o fortalecimento de juizados específicos para crianças e adolescentes, fortalecimento da figura do Juiz e da figura do comissário de menor, além das casas de detenções e escolas correccionais que privavam tais sujeitos do seu convívio social. A primeira política pública exclusivamente voltada para as crianças e adolescentes estava posta em prática, buscando a legitimação a partir da violência, medo e pela força.

Em um momento em que o discurso de modernidade ganhava cada vez mais corpo e legitimidade, o sistema de justiça não ficaria de fora. Patrice Shuch, socióloga e pesquisadora da Antropologia do Direito, afirma que havia um ideário de reorganização das forças públicas que partiam de uma perspectiva civilizatória para a sociedade, assim, para a questão das infâncias seria necessário novos mecanismos de controle e de assistência, atrelando o poder jurídico com as questões de saúde e de higienismo, “Saberes médicos e jurídicos envolveram-se significativamente nessa tarefa de construir esse novo espaço de intervenções sobre a vida de crianças e adolescentes.¹⁵”

O Código vai se configurar principalmente como uma medida de vigilância que deveria ser aplicada a crianças e adolescentes abandonadas e em situação vista como “delinquência”, dado isso, é compreensível o motivo do termo “menor”¹⁶, carregar símbolos e significados ligados a negatividade e a violência, o que influi na configuração do imaginário social referente as políticas públicas para esse recorte específico.

A nomenclatura foi construída pautada na restrição de forma realmente repressiva que subverte o termo menor para algo além da menoridade, ou seja, além do caráter biológico e etário da palavra, e implanta uma perspectiva de periculosidade e violência a

¹⁵ SCHUCH, Patrice. **Práticas de justiça: Antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. p. 110

¹⁶ O termo menor se configura como uma alcunha pejorativa, fortalecida através do Código de Menores de 1927 e perpassando o século XX. O termo servia para diferenciar as crianças que poderiam serem vistas como perigosas para a sociedade, majoritariamente de origem pobre, negra e marginalizada. Era comum encontrar nos jornais do início do século XX matérias que mostravam os riscos que os “menores” ofereciam a sociedade, em um momento de avanço das concepções de progresso e civilidade, esses sujeitos que estavam por muitas vezes ocupando as ruas das cidades são taxados como “menores perigosos”, sendo necessário uma preocupação do estado para resolução desses problemas, para compreensão aprofundada da discussão, ver: MIRANDA, Humberto da Silva. **Meninos, moleques, menores... Faces da infância no Recife 1927-1937**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História. Recife: UFRPE, 2008.

esse termo, fabricando um simulacro de sujeito perigoso ou com grande possibilidade de ser perigoso e violento no convívio em sociedade.

Devido às mudanças jurídicas, podemos pontuar que as décadas de 1920 a 1940¹⁷ é um período de estímulo a formação de um imaginário coletivo e de suas representações imagéticas ou discursivas referentes às crianças e adolescentes. A partir do discurso jurídico e os discursos presentes nos jornais que chegavam as cidades, percebemos a importância de que os símbolos vão possuir, especialmente se formos refletir sobre a função social e os aspectos políticos que são envolvidos durante esse processo.

O historiador José Murilo de Carvalho contribui discutindo a relação da legitimação de um projeto a partir das mentalidades que, sendo importante compreender como os projetos políticos são compostos de desejos e interesses, os quais são cotidianamente trabalhados na formulação e regulação de um imaginário coletivo, que ora cristaliza estereótipos, como também desconstrói verdades estabelecidas socialmente em prol de uma mudança direcionada.

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também - e é o que aqui me interessa - por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos.¹⁸

O imaginário coletivo ou social que foi sendo construído no pós-abolição, tem seu grande projeto prático se efetivando com o Código de Menores de 1927. A relação entre criminalidade e menoridade, construída por meio do preconceito a negritude, criminalização da pobreza e da miséria, aspectos que serão melhores debatidos no decorrer do trabalho. Porém, tomamos o conceito de imaginário coletivo, chamado pelo filósofo e historiador Bronislaw Baczko, de social, o qual atribui a esse fenômeno uma

¹⁷ O imediato pós-abolição é marcado pela tentativa de escamotear as desigualdades. Assim, desde o início do século XX, a higienização dos centros urbanos é uma constante no intuito de repelir do dito “progresso” os mais pobres que habitavam as regiões centrais em moradias populares. No Recife teremos o bairro de Santo Antônio, São José e o bairro do Recife como os principais alvos da modernização que cunhava um novo modelo de circulação na cidade. Acerca da temática, podemos ter como referência os trabalhos dos historiadores Gustavo Acioli Lopes, em sua dissertação, ver: LOPES, G.A. **A cruzada modernizante e os infiéis em Recife 1922-1926**, Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História. Recife: UFPE, 2003. assim como a obra de Maria das Graças Ataíde, ver: ALMEIDA, M. G. A. A. **A Construção da Verdade Autoritária**. São Paulo: HUMANITAS, 2001.

¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas – O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 10.

das instâncias de regulação da vida social, definindo e hierarquizando verdades, valores e referências, ou seja, uma instância que tem importância significativa na compreensão que a sociedade e os sujeitos têm acerca de processos cotidianos.

Por um lado, trata-se da orientação da atividade imaginativa em direção ao social, isto é, a produção de representações da “ordem social”, dos atores sociais e das suas relações recíprocas (hierarquia, dominação, obediência, conflito, etc), bem como das instituições sociais, em particular as que dizem respeito ao exercício do poder, as imagens do “chefe”, etc. Por outro lado, o mesmo adjetivo designa a participação da atividade imaginativa individual num fenómeno coletivo.¹⁹

A leitura de cenário da criação do Código de Menores de 1927 é imprescindível para compreender a importância dada a essa legislação na época. A década de 1920 vai ser marcada não só por grandes mudanças urbanísticas que se iniciaram nos anos anteriores pelas cidades brasileiras, as quais Recife não ficou de fora, mas também há um movimento de organização do Estado brasileiro em busca de uma modernização aos moldes do ideário burguês que ganhou cada vez mais espaços.

Essas mudanças urbanas que ocorrem nas cidades pelo Brasil vão se ancorar no crescente entusiasmo da ideologia de higienização social e urbana segundo o historiador Sidney Chalhoub²⁰, de forma que os projetos urbanísticos e as suas aplicações vão se pautar no discurso do progresso e da civilidade. Isso acarretaria a busca pelo fim dos mocambos, dos pensionatos e das estalagens, moradias ocupadas em sua maioria por pessoas pobres e negras, muitos ex-cativos libertos ou descendentes de ex-escravizados.

De acordo com Baczko, esse movimento de constructo identitário compartilhado socialmente, é responsável por engendrar percepções e leituras de mundo, de modo a instrumentalizar a formação dessas identidades por uso de símbolos e discursos.

Em cada formação social, as representações ideológicas da classe dominante constituem, também, a ideologia dominante, no sentido em que esta é vinculada e imposta por instituições tais como o Estado, a Igreja, o ensino, etc. [...]É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súbdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma

¹⁹ BACZKO. B. **Imaginação social**. In: Enciclopédia Einaudi. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

²⁰ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

“ordem” em que cada elemento encontra o seu “lugar”, a sua identidade e a sua razão de ser.²¹

Cabe ressaltar como as mudanças urbanas e sociais estão relacionadas com as políticas públicas empreendidas, sejam elas por meio de um aparato jurídico legal, como um código, no caso, o Código de Menores de 1927 ou a criação do SAM, fundado no Estado Novo. Os pesquisadores em Educação e em políticas públicas brasileiras, José Roberto Ruz Perez e Eric Fernando Passone²², afirmam que o SAM, mantinha o caráter higienista, reiterando que seu atendimento era voltado para os “desvalidos” e “menores delinquentes”, em parceria público/privada para os atendimentos das crianças e adolescentes. O internamento era visto como a solução dos problemas, porém, há uma alteração proposta pelo decreto N° 6.865 em 1944, aumentando da inimizabilidade penal de 14 para os atuais 18 anos, sendo um marco importante desse período.

O pesquisador Vicente de Paula Faleiros aponta que a implementação desse sistema estava mais orientada para a ordem social que para a assistência, sendo ele vinculado com o Ministério da Justiça e com o Juizado de Menores, sendo este criado anteriormente, onde vão operar teoricamente na orientação e fiscalização de educandários públicos e privados, além de investigar os menores com objetivo de internação para o que é chamado de “ajustamento” social.²³

A partir da criação das chamadas FEBEMs teremos uma ampliação do encarceramento das nossas crianças e adolescentes em todo território nacional. Nesse cenário, Pernambuco é um dos primeiros estados a pôr em prática a definição nacional e tem aos poucos a construção de unidades de reclusão e de internação na capital e nas outras regiões. Segundo Miranda, em sua tese intitulada *Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964 -1985)*²⁴, esse fato foi noticiado em tons de comemoração e com perspectiva de sucesso dessa política, se caracterizando como uma boa alternativa, uma visão que é difundida nacionalmente pelo governo militar já instaurado.

²¹ BACZKO. B. **Imaginação social**. In: Enciclopédia Einaudi. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985, p. 304 e 309.

²² RUS PEREZ, José Roberto; PASSONE, E. F. **Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes**. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Imprensa), v. 40, p. 649-673, 2010.

²³ FALEIROS, V. P. Infância e processo político no Brasil. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (Org.). **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3º Ed. – São Paulo: Cortez, 2011, p. 33 – 96.

²⁴ MIRANDA, Humberto da Silva. **Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964 – 1985)**. 2014. 348 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

Assim, esse projeto Febem/Funabem tem como pilar de sustentação o antigo Código de Menores que é reformulado em 1979, com mudanças no que tange a concepção de abandono e de menor abandonado, visto que as crianças em situação de desamparo eram as mais atendidas por esse modelo de assistencialismo com justificativas para a época plausíveis, pois tirava das ruas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Referente a isso, a psicóloga e hoje professora de Políticas Públicas Esther Maria Arantes, afirma que não há uma mudança estrutural com a reforma em 1979.

Pela legislação que vigorou no Brasil de 1927 a 1990, o Código de Menores, particularmente em sua segunda versão, todas as crianças e jovens tidos como em perigo ou perigosos (por exemplo: abandonado, carente, infrator, apresentando conduta dita anti-social, deficiência ou doente, ocioso, perambulante) eram passíveis, em um momento ou outro, de serem enviados às instituições de recolhimento. Na prática isto significa que o Estado podia, através do Juiz de Menor, destituir determinados pais do pátio poder através da decretação de sentença de "situação irregular do menor". Sendo a "carência" uma das hipóteses de "situação irregular", podemos ter uma idéia do que isto podia representar em um país, onde já se estimou em 36 milhões o número de crianças pobres.²⁵

Arantes aponta que praticamente durante quase todo o século XX, o Código de Menores de 1927 é que vai ditar a forma como o discurso oficial vai tratar esses sujeitos, assim como Miranda e Faleiros. Dessa forma, a continuidade epistemológica é dada pelo Estado, contribuindo para que determinados posicionamentos conseguissem ganhar corpo ao ponto de se estabelecer como normativo.

Dentre tantas permanências, podemos destacar o quão presente é o marcador da classe social como característica das legislações posteriores. Até o Estatuto da Criança e do Adolescente entrar em vigor em 1990, as práticas jurídicas foram se modelando e remodelando ainda em torno do mesmo aparato de 1927, com mudanças de acordo com a necessidade do momento e dos interesses que permeavam as classes dominantes. Podemos perceber isso através da obra de Maria Luiza Marcílio, intitulada "*História Social da criança abandonada*" de 1989 e do trabalho de Miranda de 2008, ambos problematizando as distinções de tratamento a partir da classe do indivíduo, dialogando com os trabalhos do Chalhoub. Segundo Marcílio, "A distinção entre criança rica e a criança pobre ficou bem delineada. A primeira é alvo de atenções e das políticas da família e da educação, com o objetivo de prepará-la para dirigir a sociedade."²⁶

²⁵ ARANTES, Esther Maria. De "criança infeliz" a "menor irregular" – vicissitudes na arte de governar a infância In: Jacó Vilela, Ana Maria, Jabur, Fábio e Rodrigues, Hiliana de Barros Conde. *Clio – Psiché: Histórias da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999. p. 258.

²⁶ MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1989. P. 224

Com isso, historiadora afirma que “A segunda, virtualmente inserida nas ‘classes perigosas’ e estigmatizada como ‘menor’, deveria ser objeto de controle especial, de educação elementar e profissionalizante, que a preparasse para o mundo do trabalho.²⁷” Dessa forma, em sua obra, é visto que o novo código de 1979 ao determinar criação de entidades de proteção e assistência ao menor que iriam dispor de centros especializados, na verdade, utilizou os espaços já existentes, somente repassando-os para a obrigação do governo estadual de administra-los e criar a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, sob a égide da política prevista na FUNABEM.

Nesse balanço historiográfico, é percebido como faltam pesquisas que proponham a relação entre infância e redemocratização, como a tese de Ailton José Morelli, intitulada *Memórias de infância em Maringá: transformações urbanas e permanências rurais (1970/1990)*, o qual se torna bastante significativo por abordar um período caro a presente pesquisa, a ruptura que o advento da redemocratização proporciona na forma que o Estado se relaciona e compreende as crianças. Morelli afirma que ao fazer o levantamento historiográfico, é visto que aos poucos as produções foram se diversificando e ampliando as formas de compreender as infâncias, porém a maior parte dos trabalhos ainda se atém a história das famílias.

Na produção historiográfica percebe-se uma trajetória um pouco diferente. Sem envolvimento direto com o atendimento à criança, os historiadores se voltaram para essa questão a partir do interesse na análise das organizações familiares, das instituições e da exploração econômica.²⁸

O panorama trazido de maneira linear até a década de 1980/1990, se mostra importante para compreensão da trajetória da institucionalização das infâncias no Brasil, mas notadamente em Pernambuco. O século XX é espaço de mudanças significativas das políticas construídas em torno das infâncias, inclusive a própria concepção de infância. É no início do século que temos a criação do “problema do menor” de uma maneira que condiciona um cuidado como alternativa para a não entrada na criminalidade, se cuidada ou se colocada para o trabalho ela não se desviaria do aceitável para convívio social. Há nítidas permanências quando é visto as crianças e adolescentes que são passíveis a serem tratados enquanto problemas sociais, as mais pobres, as que vivem em situação de vulnerabilidade, estabelecendo relações com os diferentes marcadores sociais, mas é inegável que a criança do início dos 1900, não é a mesma do fim do século.

²⁷ **Ibid.**, p. 224

²⁸ MORELLI, Ailton José. **Memórias de infância em Maringá: transformações urbanas e permanências rurais (1970/1990)**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo: USP, 2010. p. 55

O Estatuto da Criança e do Adolescente e os conselhos tutelares

Até a Constituição Federal de 1988, as crianças serão objetos da política nacional de assistência, indivíduos a serem controlados e tutelados, onde sua origem familiar, sua cor e condição econômica eram fatores determinantes nos rumos dados pelo Estado a esses sujeitos. Assim, sendo a década de 1980 um momento de reorganização, reabertura do processo democrático.

A mudança nas políticas públicas relativas a essa parcela da sociedade são objetos importantes para a história das infâncias no Brasil e para os Direitos Humanos. Entender esse processo passar por considerar alguns elementos da historiografia e algumas questões metodológicas, onde segundo a Historiadora Isabel Frontana novas abordagens e novos objetos de estudos permeiam o fazer historiográfico, indica a busca dos historiadores brasileiros que atuam no campo social, voltarem suas pesquisas para temas ligados ao cotidiano, levando em consideração as diversidades de práticas e de pontos de vista que circundam os processos históricos. De acordo com a autora:

Passou a haver interesse cada vez maior em explorar as experiências históricas de grupos ou indivíduos cuja existência era ignorada ou superficialmente abordada pela história tradicional: as formas de organização da família e de relacionamento entre seus membros; a condição das mulheres no lar e no trabalho; as atitudes com relação à criança e ao adolescente; a experiência e o cotidiano de idosos e de grupos étnicos.²⁹

Partindo das contribuições de Frontana, historicizar os conselhos tutelares e sua atuação é conhecer e reconstituir os papéis sociais exercidos por esse órgão e pelos sujeitos envolvidos. Dessa forma, Simone Assis, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz e organizadora do livro *Teoria e Prática dos Conselhos Tutelares e Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente*, problematiza a conceituação do conselho tutelar que por ser um órgão municipalizado e está ligado a toda uma rede do Estado, atua em vários campos diferentes por ter como finalidade o atendimento as crianças e adolescentes, com funções que indicam a necessidade de ligação com outras instituições.

Apesar de estar vinculado administrativamente ao Poder Executivo Municipal, não é um órgão do governo, mas sim um órgão do Estado. Em geral, atende à camada da população desassistida pelas políticas públicas, mas não é um órgão ou setor da assistência social. É responsável por acompanhar crianças de 0 a 12 anos incompletos, autoras de ato infracional, mas não é órgão da segurança

²⁹ FRONTANA, Isabel. **Crianças e Adolescentes: nas ruas de São Paulo**. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p. 17

pública. Apesar de suas determinações possuírem peso de lei, não é um órgão da justiça.³⁰

Essa conceituação do que viria a ser o conselho tutelar, alude a responsabilidade que esse órgão tem, a tratar de sujeitos que muitas vezes estão passando por um processo de negação de direitos. Compreender a formação dessas instituições e o exercício da atividade dos primeiros conselheiros em um cenário de altos índices de crianças e adolescentes no mundo do trabalho, meninos e meninas em situação de rua e de vulnerabilidade social, se revela uma tarefa imprescindível.

O historiador, ao buscar seus objetos e seus recortes, não pode se afastar das demandas sociais existentes. O historiador Oliver Dumoulin, pesquisador que se dedica a história social e a historiografia francesa, retoma um pensamento de Antoine Prost relacionado a missão ou a função que os historiadores devem buscar ao produzir conhecimento, “superar o desafio da sentimental febre comemorativa e transformá-la em tentativa racional de explicação para preparar o amanhã.³¹”

Essa contribuição de Dumoulin, deixa como questão que a análise do Estatuto e da formação dos conselhos de proteção, ou seja, os de direitos e tutelares, não pode ser algo comemorativo. Não historicizar esse processo por meio de uma perspectiva militante comemorativa, mas sim, analisar pelas lentes da história os movimentos que possibilitaram a reorganização do Estado quanto a relação com as crianças e adolescentes por meio de seus instrumentos legais e de controle.

As demandas sociais apontam para uma História que traga novos sujeitos, os quais já foram silenciados, ou não visibilizados, mas que precisam serem ouvidos. O sociólogo Eder Sader ao discutir sobre movimentos sociais e participação popular, traz reflexões muito importantes ao justamente evidenciar a chegada de novos personagens em cena, novos no que toca a historicização desses sujeitos, os quais não faziam parte do discurso oficial e do que era reproduzido socialmente a partir da década de 1980. Dentre esses, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, foi um corpo político extremamente mobilizado e importante para pressão popular e aprovação do Estatuto³².

³⁰ ASSIS, Simone Gonçalves; BARCINSKI, M. (Org.); SILVEIRA, L. M. B. (Org.); SANTOS, B. R. (Org.). **Teoria e prática dos conselheiros tutelares e conselhos dos direitos das crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 148

³¹ DUMOULIN, Oliver. **O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal**. 1º Ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017. P. 20

³² SADER, Eder. **Quando Novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Esse novo dispositivo de controle previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, se manifesta como uma instituição que altera o cotidiano de meninos e meninas pelo Brasil. Teremos como questão central do trabalho, a criação dos primeiros conselhos tutelares na cidade do Recife a partir de 1990 e conseqüentemente, o surgimento da atividade de conselheiro tutelar, profissional que passa a ser agente central dessa nova política das infâncias.

O estabelecimento da criação de todos os órgãos públicos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, foi possível após diversas lutas travadas no período de redemocratização do país. É importante lembrar que segundo Bobbio, não pode haver uma democracia de fato, se não houver os direitos dos sujeitos reconhecidos legalmente, e o autor afirma que há uma busca constante em Estados democráticos por direitos que possibilitem e promovam a igualdade entre os indivíduos, e que no decorrer da história, cada vez mais os cidadãos buscam a efetivação desses mesmos direitos, reconhecendo as responsabilidades do Estado³³.

A historiografia brasileira pouco produziu acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como, sobre os Conselhos Tutelares. As teses e dissertações produzidas com esse recorte temático são oriundas de áreas como Serviço Social, Direito e Pedagogia, com outras abordagens e metodologias. Desse modo, nossa pesquisa deve contribuir para historiografia ao procurar abordar a temática central, a partir da perspectiva histórica, sob as lentes da História.

Abordar a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente e a criação dos primeiros conselhos tutelares na cidade do Recife se manifesta como um grande desafio, além do caminho teórico-metodológico empreendido, onde se faz necessário o cuidado que qualquer historiador tem com suas fontes, porém, uma ética ainda mais presente, devido a tratar de História do tempo presente, narrativas orais de sujeitos ainda em vida.

O caminho escolhido para a escrita do trabalho, foi de realizar discussões teóricas no decorrer dos capítulos, no intuito de tornar o texto mais dialógico e de reafirmar a finalidade democrática do trabalho, onde ao historicizar os conselhos tutelares e de direitos, esperamos o retorno da produção para os profissionais da área, servindo também de referencial para futuras formações. A dissertação nos é vista de maneira a ultrapassa o caráter historiográfico acadêmico, é posto como uma ferramenta política e pedagógica.

³³ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 7º Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. P. 95

Por fim, teremos três capítulos a serem desenvolvidos à frente, sendo necessário uma breve apresentação aos leitores. O capítulo 1, chamado *A cidade do Recife: Entre as desigualdades e os horizontes de mudanças*, se dedica a fazer uma leitura da cidade do Recife do século XX e de suas tramas sociais e políticas por meio da historiografia local e análise de algumas de nossas fontes citadas na introdução, como o *software* e o Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife, além do jornal *Diário de Pernambuco*.

O segundo capítulo avança em direção as nossas questões centrais, intitulado por *Sujeitos de direitos? Os conselhos tutelares e o Estatuto da Criança e do Adolescente como questões para análise histórica*. A proposta é tensionar os limites do Estatuto da Criança e do Adolescente em sua aplicação no período estudado, abordando as lutas para a sua provação e principalmente o uso feito pelo poder público na estruturação do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA. Nesse sentido, iremos debater e conceituar os conselhos de proteção, no caso o conselho tutelar e o conselho de direitos. Esse movimento será realizado a partir das fontes legislativas e dispositivos jurídicos em diálogo com narrativas orais de sujeitos ligados a construção do Estatuto e das políticas que começavam a serem construídas.

Cabe ressaltar que as principais fontes serão os relatos de memória de Olga Câmara, uma ex-delegada de polícia de Pernambuco, que atuou junto ao Departamento de Polícia da Criança e ao Adolescente – DPCA, além de Antônio Fernando do Amaral e Silva, jurista que teve longa jornada de atuação junto as questões das crianças e adolescentes, sendo ex-desembargador e um dos membros da comissão de redação do Estatuto. Esses aspectos estarão melhores debatidos e apresentados no decorrer do capítulo.

Para finalizar o trabalho dissertativo, o último capítulo se dedicará a investigar o processo de implantação dos primeiros conselhos tutelares da cidade do Recife. Com a dificuldade imposta ao acesso de determinadas fontes, tivemos como principais documentos, os relatos orais produzidos por dois conselheiros tutelares e uma professora e pesquisadora que estava envolvida no processo de formação desses sujeitos. Alexandre Bezerra e João José foram bastante importantes para a construção da pesquisa, com entrevistas que abordaram suas trajetórias pessoais e ligações com as infâncias, mas que proporcionaram principalmente o acesso a algumas de suas experiências enquanto conselheiros tutelares no momento de implantação do órgão, trazendo o processo de eleição, as formações e a estrutura de trabalho em 1996 até o fim de seus mandatos. Assim

como, Valéria Nepomuceno, trouxe suas experiências enquanto pesquisadora e profissional que atuava junto a sociedade civil organizada, promovendo formações sobre o Estatuto para a sociedade recifense, além de ser uma das responsáveis pelas atividades pedagógicas formativas com a primeira equipe eleita de conselheiros tutelares.

A história é um constante movimento de leituras e interpretações do mundo e de seus processos. A narrativa trazida não é a história dos conselhos tutelares do Recife, mas uma possibilidade de compreensão da implantação, dos desejos, dos desafios e as possíveis mudanças que esse órgão pudera ter proporcionado a cidade. Várias questões poderão ser levantadas a partir da presente investigação, o intuito é contribuir para novas pesquisas e debates em torno das infâncias e da relação política que o Estado brasileiro estabelece ao longo do tempo com as crianças e adolescentes.

PRIMEIRO CAPÍTULO

A CIDADE DO RECIFE: ENTRE AS DESIGUALDADES E OS HORIZONTES DE MUDANÇAS

*E a cidade se apresenta centro das ambições
Para mendigos ou ricos e outras armações
Coletivos, automóveis, motos e metrô
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs
A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce
A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce*

A cidade se encontra... ³⁴

Chico Science na letra da música acima, se propõe a visibilizar os diversos sujeitos que compõe a cidade, que constroem e são construídos pela urbanidade recifense no cotidiano, tentando expor e problematizar as contradições e exclusões que fazem parte do cenário da capital pernambucana na década de 1990. Apontando a cidade como espaço de ambições, vamos ao decorrer do capítulo explorar essa urbanidade que está inserida em outros cenários de interesse e de atuação econômica e política.

A Cidade do Recife e suas tramas diárias podem ser alvos de nossa reflexão sob vários aspectos, desde pensar a urbanidade do espaço central da cidade, seu projeto de modernização e a quais interesses tais questões fazem parte, como o deslocamento para além do entorno do “centro”, espaço que quando pensado no Recife, temos os bairros do Recife, São José, Santo Antônio e Boa Vista, utilizados como cartões postais e pontos

³⁴ CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI. **A cidade**. Rio de Janeiro: Chaos/Sony Music, 1994

turísticos, explorando a perspectiva de polos de irradiação da cultura popular³⁵ e do comércio recifense.

Os anos de 1990 são envoltos da dicotomia *progresso x pobreza*, o horizonte de expectativa³⁶ ao sair dos anos de 1980 era de melhoria dos índices econômicos e atrelado a isso, uma ideia de crescimento ao acesso aos bens sociais e materiais de condições de vida, com renda, emprego, oportunidades e um pacote de serviços essenciais à construção de um Estado democrático de Direito para o exercício da cidadania, sendo preciso discutir posteriormente tal conceito.

Quando visitamos os arquivos, as hemerotecas e os acervos de imprensa e mídia impressa, encontramos nos periódicos um cenário um tanto quanto frustrante diante das expectativas que a sociedade brasileira e especificamente a recifense projetava. Ao problematizar o espaço de experiência dos sujeitos³⁷ é visto como o projeto de sociedade estava em conflito com a materialidade do desemprego e do não acesso a melhoria de vida. De acordo com o *Diario de Pernambuco*:

A notícia já nem merece destaque na imprensa. O IBGE, na sua pesquisa mensal, apurou que o Recife continua campeão de desemprego no Brasil. Desde os tempos de Sarney nossa capital ostenta esse triste galardão. Os jornais dão conta das extensas filas à porta do Sine – Sistema Nacional de Emprego. Mas a “chômage” não é retratada só por essas filas, nem pelo IBGE, nas suas cifras cruéis. Ela está à vista nas ruas e praças superlotadas de desocupados, nas portas das fábricas e dos escritórios, no crescimento espantoso do número de camelôs, muitos tentando sobreviver com a venda de sacos de pipoca. [...]

³⁸

³⁵ Apesar de não ser discussão presente no trabalho, refere-se Cultura Popular a partir das contribuições e conceituação de Peter Burke, assim sendo, Cultura como um aspecto amplo que pode ser apreendido pela sociedade e aliando-se a isso, o termo Cultura Popular, como algo que pode ser acessado e apreendido por todos, no caráter mais geral, não focalizando nas discussões entre popular e erudito, mas compreendo que existem produções culturais que não são populares, por serem produzidas e veiculadas socialmente de maneira a qual não pode ser consumida pelos sujeitos de classes sociais e espaços sociais diversos. Ver: BURKE, P. **Cultura Popular na idade moderna**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

³⁶ A compreensão de temporalidade e tempo histórico para o trabalho, parte do historiador Reinhart Koselleck, o qual compreende o futuro e o passado imbricados no que ele vai conceituar de Horizonte de Expectativas. A discussão teórica acerca do tempo presente relacionado a História Social, será feita no transcorrer do trabalho, sendo mobilizado tanto o Koselleck como demais autores, não condicionando as discussões teóricas em um capítulo ou tópico em separado, mas de maneira fluída no texto.

³⁷ O Espaço de experiência parte também da mesma compreensão, assim, o passado, o presente e o futuro se entrelaçam na vivência cotidiana. Recomenda-se: KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: Estudos sobre História**. 1º Ed. – Rio de Janeiro, Contraponto: PUC – RIO, 2014.

³⁸ DIARIO DE PERNAMBUCO, **Desemprego**. Recife, 29 de julho de 1990. Caderno Cidade. Acervo: Arquivo Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano – APEJE.

A matéria veiculada no periódico, expõe em tom de criticidade a naturalidade em que se encontrava os altos índices de desemprego na capital, reitera que os dados alarmantes já não eram novidades, já não chocavam a mídia e conseqüentemente a sociedade recifense. As ruas sendo ocupadas pelos sujeitos em busca de emprego e renda de fato era um cenário vivenciado desde os anos de 1980, tanto as filas nas agências de emprego, como os diversos trabalhos informais que ganham forma e corpo nos momentos de crise do capitalismo, tal qual a tendência contemporânea.

Assim, se faz necessário compreender o que significou estar, viver, construir e ser construído por uma cidade como Recife, em uma década de reorganização do Estado e das forças produtivas do capitalismo, onde a ideia de globalização³⁹ se fazia presente nas discussões das políticas econômicas, onde suas reverberações se relacionavam com o campo político e principalmente social, materializando-se nas políticas empreendidas no decorrer dos anos de 1990 no Brasil e na cidade supracitada.

Perceber Recife como espaço não dissociado do Brasil e do mundo é extremamente importante para a construção da presente narrativa, porém, não homogeneizar e problematizar as especificidades locais também é preciso. Para historicizar os processos relacionados as crianças e adolescentes da capital pernambucana, explorando as diversas maneiras de vivenciar o espaço e de se relacionar com ele, não enxergando a cidade como palco, mas como a vida vivida, significada e ressignificada em um processo contínuo pelos sujeitos.

Com isso, nesse primeiro capítulo nos propomos a discutir o Recife, como se produz essa cidade e a relação com seus sujeitos, pensando a produção do espaço e suas interações com as crianças e adolescentes. Evidenciando as contradições econômicas, políticas e sociais, fazendo os deslocamentos a partir do periódico *Diário de Pernambuco*,

³⁹ A globalização no dicionário Michaelis, é compreendido entre outros, como a integração entre os mercados produtores e consumidores de diversos países, por meio do barateamento possibilitado por meio dos avanços tecnológicos, etc. Porém, quanto processo histórico, Koselleck proporciona uma reflexão que pode ser deslocada ao pensarmos a globalização, ao pensar como o progresso e o avanço descortina um futuro capaz de ultrapassar o espaço do tempo e das experiências tradicionais, antes estabelecidas, dialogando com o conceito cunhado pelo geógrafo Milton Santos, sendo pra ele, o estágio maior de internacionalização do capital e que envolve outras questões para além do âmbito econômico, envolvendo a cultura, as técnicas e as informações. Esse movimento, pode ser visto teoricamente e na prática política, como tentativa de subordinação de países emergentes aos interesses de nações que determinam e estabelecem os parâmetros comerciais e econômicos. Para mais, ver: SANTOS, Milton. **O país distorcido: O Brasil, a Globalização e a Cidadania**. Publifolha: São Paulo, 2002, p. 78

além das fontes produzidas pelo Instituto de Brasileira de Geografia e Estatística – IBGE, Prefeitura da Cidade do Recife e órgãos públicos, dialogando com as produções historiográficas que nos proporcionam pensar a cidade e os conceitos presentes no trabalho.

Destarte, o primeiro momento desse trabalho tem o intuito de visualizar a capital pernambucana para além de uma leitura somente de índices e dados, mas pensar a partir da perspectiva de uma cartografia de circularidade, quais espaços as crianças e adolescentes estavam presentes? Onde elas eram vistas? Como esses sujeitos modificavam a cidade? Ou seja, pensar o Recife e os infantes como uma teia que se liga em vários pontos da sua materialidade, problematizando o que significou viver em uma periferia do capitalismo, com uma economia emergente⁴⁰ neoliberal, buscando compreender como isso se manifestou em ações do Estado na área social, principalmente no tocante as crianças e adolescentes.

Para pensar o neoliberalismo, partimos das contribuições de Pierre Dardot e Christian Laval, em que se é construído o conceito além de sua aplicação econômica, que tem suas raízes nos pensamentos de autores como Friedrich Hayek e que ganha espaço no debate acadêmico com a Escola de Chicago⁴¹. Segundo os autores:

Com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade”. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, íntima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa.⁴²

⁴⁰ O Brasil faz parte dos países “emergentes”, antes chamados subdesenvolvidos e depois em desenvolvimento. O país integra o grupo de economias emergentes de acordo com o Banco Mundial, por produzir riquezas abaixo dos ditos desenvolvidos ou ricos, porém, do grupo de emergentes, existem os que estão em situação de média-alta produtividade de riquezas e de renda, como o Brasil. Assim, desde a década de 1990 o Brasil se destaca junto a outros países, passando a integrar posteriormente o BRICS, criado em 2006, como o bloco econômico mais importante depois do G7, que reúne as principais economias do mundo. Para mais, ver: GONÇALVES, Williams da Silva. **O BRICS e as Mudanças na Ordem Internacional**. Revista da Escola de Guerra Naval, v. 20, p. 49-75, 2014.

⁴¹ A Escola de Chicago consiste em uma corrente de pensamento formada por estudiosos da Universidade de Chicago em meados do século XX, tendo Milton Friedman como seu principal expoente. As teorias gestadas por esses economistas, foram aplicadas inicialmente pela ditadura de Pinochet no Chile (1973-1990) pelos conhecidos “Chicago-boys”, e posteriormente por Margareth Thatcher no Reino Unido (1979-1990) e Donald Reagan nos Estados Unidos (1981-1990). Para mais, ver: POGGI, Tatiana. **Do liberalismo ao neoliberalismo: as influências do ideário liberal na conformação da Escola de Chicago**. LEITURAS DE ECONOMIA POLÍTICA (UNICAMP), v. 12, p. 97-127, 2009.

⁴² Dardot, Pierre; Laval, Christian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016, p. 15.

Dardot e Laval, conceituam o neoliberalismo pensando na dinâmica social e política vigente desde a década de 1970, pois seria o momento que a Escola de Chicago ultrapassa a produção acadêmica e passa a influenciar diretamente nas políticas empreendidas em algumas nações, onde algumas instituições como o Fundo Monetário Internacional – FMI vão determinar a forma que países como o Brasil, definirá sua política econômica e fiscal.

Além de ser espaço de circularidade dos sujeitos, problematizar a cidade é também abordar as condições postas para a reorganização da política de atendimento as crianças e adolescentes, pois o poder municipal se torna sujeito ativo do processo de garantia de direitos segundo o Estatuto, ponto que será discutido no capítulo seguinte. Consequente, através dos conselhos tutelares, o município assume uma responsabilidade permanente, que não pode ser transposta para outra esfera do poder público.

1.1 – O Brasil da redemocratização: neoliberalismo e novas políticas?

Minha geração não admite mais conviver com um Brasil gigante econômico, mas pigmeu social: a décima economia do globo com indicadores sociais registrando tanta penúria, tanta doença e tanta desigualdade. Não concebemos a modernidade sem sua componente de justiça, nem o progresso sem que todos possam beneficiar-se de seus frutos. A finalidade maior de meu Governo é libertar o Brasil da vergonha da miséria e da injustiça.⁴³

A primeira eleição livre do Brasil para presidente após os governos militares implantados a partir do golpe, elegeu democraticamente em segundo turno o então atual governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo⁴⁴. Teve como bandeira de campanha o fim as benesses do Estado para com os servidores, além de fortalecimento econômico por meio da abertura comercial para capital estrangeiro e incentivo a financeirização⁴⁵, no

⁴³ BRASIL, Biblioteca da Presidência da República. **O projeto de Reconstrução Nacional**. Brasília – DF, 15 de março de 1990, p. 18. Documento disponível na Biblioteca Digital da Presidência da República.

⁴⁴ Exerceu a presidência da República de 15 de março de 1990 à 29 de dezembro de 1992, assinando a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente no dia 13 de julho de 1990.

⁴⁵ O Processo de financeirização da economia, passa antes pela abertura econômica ao capital estrangeiro, aspecto em que a economia nacional empreende o movimento de aumento entre a dinâmica financeira do capital, ou seja, investimentos especulativos e projeccionistas, frente ao capital produtivo, que se delimita no que é gerado de riqueza por meio de produção industrial e de serviços, mas que tem como cerne a produção de capital ligado a materialidade social. Para mais, ver: RODRIGUES, Carlos H. L.; JURGENFELD, Vanessa F.. **Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de Collor ao primeiro governo FHC)**. ECONOMIA E SOCIEDADE, v. 28, p. 393-420, 2019.

intuito de buscar capital internacional, sob os pilares da privatização e parceria público-privada em todos os setores.

O caminho escolhido pelo governo, teve como ferramenta para tornar possível as privatizações e concessões, a lei N° 8.031 de 1990, que tratou da criação do Programa Nacional de Desestatização – PND. Em um dos artigos, afirma que o objetivo principal é reordenar a estratégia econômica do país, transferindo para a iniciativa privada o que o Estado julgar não essencial, além de reduzir a dívida pública e fortalecer o mercado de capitais, ou seja, o setor financeiro da economia. Segundo documento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, até 1992 tinham sido previstas 31 empresas a serem privatizadas, boa parte delas de setores estratégicos da metalurgia, energia e petroquímicas.⁴⁶

SIDERURGIA	8 CSN (13)	PETROQUÍMICA	OUTROS
1 CST (31)	FERTILIZANTES	16 COPEL (21)	23 MAFERSA
2 USIMINAS (12)	9 GOIASFÉRTIL	17 PPH	24 MINERAÇÃO CARAÍBA
3 COSINOR	10 ICC	18 PETROQUÍMICA TRIUNFO	25 CELMA
4 AÇOS PIRATINI	11 FOSFÉRTIL (50)	19 POLISUL	26 CIA. NAC. ÁLCALIS (61)
5 ACESITA (28)	12 ULTRAFÉRTIL (44)	20 PETROQ. UNIÃO (27)	27 FRANAVE
6 AÇOMINAS (30)	13 NITROFÉRTIL (49)	21 PETROFLEX (40)	28 ENASA
7 COSIPA (16)	14 ARAFÉRTIL (70)	22 NITRIFLEX	29 SNBP
	15 INDAG		30 LLOYD
			31 EMBRAER

Tabela 1: Empresas previstas a serem privatizadas em 1992. Fonte: IPEA, 1992.

Ao fim do seu governo, segundo os economistas Carlos Rodrigues e Vanessa Jurgenfeld 18 delas foram privatizadas, destacando-se a USIMINAS, por ser vendida pelo maior valor dentre elas, cerca de 1 bilhão de dólares. Comprada por diversos grupos acionistas, teve seu controle repassado do setor público para bancos, como Banco Bozano, Simonsen e Banco Econômico, além de entidades ligadas a previdências privadas. Vale destacar, que um dos proprietários do Banco Bozano, Simonsen naquele momento, foi ministro de planejamento do Governo João Figueiredo, Mário Henrique Simonsen⁴⁷. Além disso, empresas japonesas e estadunidenses, ganharam bastante espaço na economia brasileira por meio dos leilões promovidos pelo PND no Governo Collor e que se mantiveram com o Itamar Franco e FHC.

⁴⁶ PINHEIRO, Armando C. & GIAMBIAGI, Fábio. **As empresas estatais e o programa de privatização do Governo Collor**. Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, 1992.

⁴⁷ RODRIGUES, CARLOS HENRIQUE LOPES; JURGENFELD, VANESSA FOLLMANN. **Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de Collor ao primeiro governo FHC)**. ECONOMIA E SOCIEDADE, v. 28, p. 393-420, 2019.

Esse modelo defendido pelo Governo Collor, subsidiou a reforma do Estado tão defendida pelos setores mais conservadores da sociedade, o que expõe as contradições entre uma nova constituição promulgada em 1988, conhecida por Constituição Cidadã, ante um projeto neoliberal que tinha suas próprias definições de cidadania implícitas, mas que podem ser discutidas por meio dos projetos instituídos no decorrer dos anos de 1990 e também pelas entrevistas dos presidentes na década. Collor, discursou:

A cidadania é o direito do indivíduo na convivência republicana, na liberdade como diálogo e na justiça como respeito mútuo entre as pessoas e os grupos. Por isso me esforçarei por governar sem jamais perder de vista o valor do cidadão. Entre nós o poder foi quase sempre exercido principalmente para reforçar o Estado. E hora de exercê-lo para fortalecer a Nação, como coletivo da cidadania.⁴⁸

O discurso de Collor exalta o exercício da cidadania e da democracia, renegando seu papel construído sob bases de um messianismo, o qual o historiador José Murilo de Carvalho problematiza e tensiona a sua imagem, expondo algumas das frustrações que o período do fim do governo Sarney (1985-1990) proporcionaram a sociedade e o que significou a eleição de Collor naquele momento, em que a economia estava extremamente fragilizada, com a inflação muito alta e que retirava o poder de compra dos trabalhadores, trabalhadores esses que formalizados eram poucos, o desemprego estava assolando o Brasil, principalmente na capital pernambucana.

Houve frustração com os governantes posteriores à democratização. A partir do terceiro ano do governo Sarney, o desencanto começou a crescer, pois ficava claro que a democratização não resolveria automaticamente os problemas do dia-a-dia que mais afligiam o grosso da população.⁴⁹

Atribuir a melhora das condições de vida a uma constituição e a um sistema eleitoral democrático é um equívoco, um Estado democrático de Direitos não é composto somente por esses elementos, é preciso que o Estado seja eficiente nas políticas públicas redistributivas, principalmente pela construção histórica do país, com alicerces profundos na desigualdade de renda e exploração dos trabalhadores, com uma forte herança colonial e de segregação. Tais aspectos são importantes para reflexão acerca de como vão ser introduzidas as políticas sociais e qual o projeto de sociedade que vai ser posto como modelo.

⁴⁸ BRASIL, Biblioteca da Presidência da República. **O projeto de Reconstrução Nacional**. Brasília – DF, 15 de março de 1990, p. 12. Documento disponível na Biblioteca Digital da Presidência da República.

⁴⁹ CARVALHO, José Murilo de. **A cidadania no Brasil. O longo caminho**. 3º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 203.

Carvalho⁵⁰ aponta que a tradição de imbuir a responsabilidade pelas mudanças sociais a figuras messiânicas vai acompanhar a redemocratização brasileira. Para o historiador, a eleição de 1989 é uma das materializações desse imaginário coletivo, pois apesar da não aceitação e da reprovação do governo Sarney, a proposta que iria de encontro ao projeto político vigente perdeu nas urnas por meio da utilização de um discurso de moralidade e uso de expressões fortes no que tange a corrupção e os temas mais sensíveis a população.

Desse modo, o autor infere que Collor representou o caminho da continuidade, apesar de fazer parte de uma elite local alagoana, usufruir dos privilégios políticos e econômicos que a ele e a sua família eram concedidos, trilhou discursivamente o caminho do ataque a sua classe, numa perspectiva de negar sua identidade de elite política e se mostrar como uma figura ética.

As primeiras ações do governo Collor foram ousadas, voltadas para a política econômica e redução da inflação, o presidente reduziu vagas no serviço público, se propôs a vender estatais e abrir a economia para o mercado internacional. Essas ações a curto prazo foram bem-vistas pelos setores mais conservadores do país, segundo o historiador David Maciel em sua tese, essas pautas já eram defendidas desde o período na Assembleia constituinte (1987–1988) por meio do apoio financeiro de setores do empresariado brasileiro a alguns deputados, como o Delfim Neto eleito em 1986 até os anos 2000, com forte apelo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, instituição com forte poderio econômico e capital político.⁵¹

A aliança entre empresários e políticos não é algo exclusivo dos anos de 1990, é algo que perpassa as décadas da ditadura e recrudescimento do autoritarismo, com uma diferença importante na redemocratização, o discurso de valia e de ganho para o país com essas alianças. A perspectiva de redução do Estado foi algo que ganhou corpo pós Constituição de 1988, influenciado pelo cenário internacional de crise na URSS e de fortalecimento da política capitalista estadunidense, parte dos políticos brasileiros passaram a defender uma reforma do Estado por completo, voltado para a sua redução, Collor afirmou “Tudo isso, Senhores Congressistas, possui como premissa maior uma

⁵⁰ **Ibid.**, p. 203 - 204.

⁵¹ MACIEL, David. **De Sarney a Collor: Reformas políticas, democratização e crise (1985 – 1990)**. 387 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

estratégia global de reforma do Estado. Para obter seu saneamento financeiro, empreenderei sua tríplice reforma: fiscal, patrimonial e administrativa”⁵²

Retirar do Estado o poder de investimento para estimular a entrada de capital internacional não foi uma escolha que renderam bons frutos para a economia brasileira, o resultado foi o inverso no governo Collor. Os índices não melhoraram, o desemprego não cessou, a desigualdade não diminuiu e conseqüentemente a crise de representação se instalou, a tão sonhada estabilidade política não veio e o Brasil se posicionava mais claramente como periferia do capitalismo, atrelando segundo a economista e socióloga pernambucana Tânia Bacelar de Araújo, as decisões da política econômica aos interesses da política econômica internacional. De acordo com a economista:

Submisso ao rentismo mundial, o Brasil assiste à sua economia ser garroteada, apresentando desde 1994 taxas cada vez mais modestas de crescimento até chegar à recessão em 1999. Paralelamente, cresce com rapidez a taxa de desemprego com o País apresentando cerca de 10 milhões de desempregados urbanos ao lado de outros 12 milhões em precárias condições de emprego.⁵³

O Governo Collor pouco durou, dois anos após eleição sofreu *impeachment*, assume Itamar Franco, o qual dá prosseguimento as políticas econômicas que visavam abertura para o capital estrangeiro e venda de empresas públicas, porém, cria um novo plano monetário junto ao então seu ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso, o plano real. A construção do plano real contribuiu significativamente para a eleição em 1994 de FHC, que foi reeleito em 1998. Esse percurso político é importante para compreender o cenário da década de 1990, quais as questões que estavam em voga e principalmente como os brasileiros viviam, quais as condições e como isso fazia parte do cotidiano das crianças e adolescentes.

As políticas sociais empreendidas nesse momento se manifestavam como de extrema relevância para amenizar a desigualdade e situação precária em que muitas famílias brasileiras se encontravam, os dados sociais disponibilizados pelo IBGE, apontam que a fome, a pobreza e o desemprego não eram fatores pontuais, mas até certo ponto endêmicos, principalmente quando regionalizados os problemas

⁵² BRASIL, Biblioteca da Presidência da República. **O projeto de Reconstrução Nacional. Brasília – DF**, 15 de Março de 1990, p. 18. Documento disponível na Biblioteca Digital da Presidência da República.

⁵³ ARAUJO, T. B. Brasil nos anos noventa: Opções Estratégicas e Dinâmica Regional. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, n° 2 / Novembro 1999.

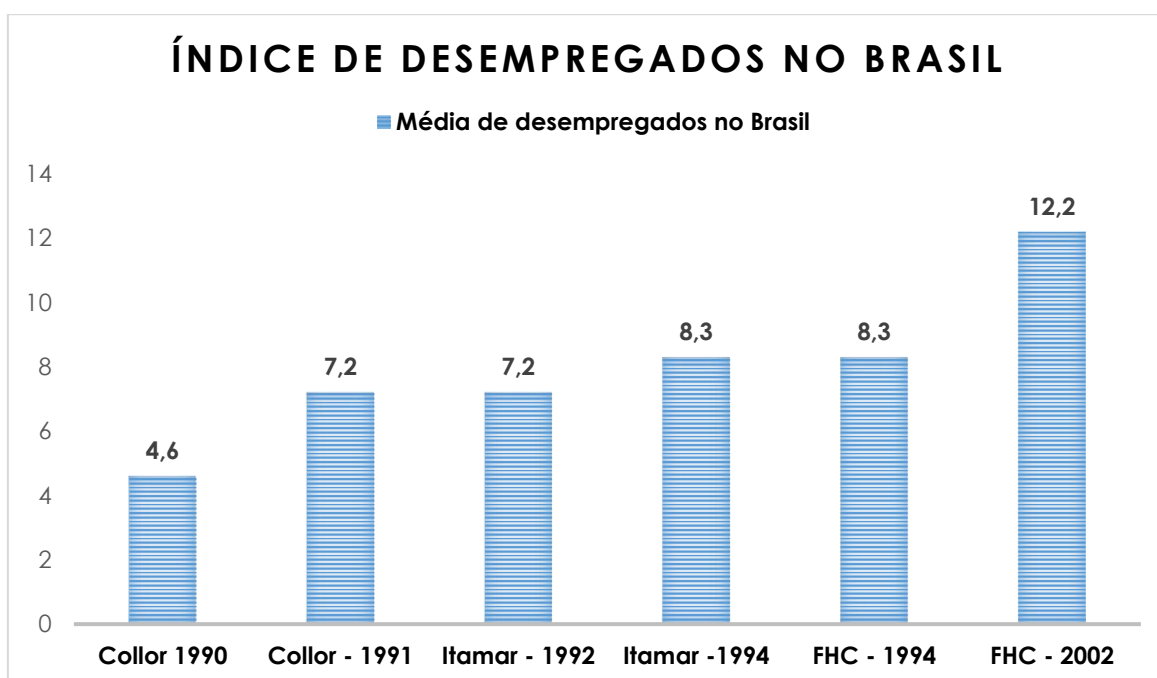


Gráfico 1: **Índice de desempregados no Brasil**. Fonte: IBGE/PME/PEA, 2003. Gráfico produzido pelo autor, 2020.

O gráfico acima retrata em dados a escalada do desemprego no Brasil no decorrer dos anos, evitando uma análise de números pelos números, porém, não os ignorando, o projeto de redemocratização do país se iniciou em instabilidade, em não alcance imediato de melhoria de condições materiais de vida. Collor, o primeiro presidente eleito pós regime militar, fracassou em seus projetos econômicos e registrou um aumento de desemprego mais do que significativo, passando de 4,6% em 1990 para 7,2%. Nesse cenário de participação popular e primeira eleição livre pós regime ditatorial, a sociedade se utilizou do poder da mobilização e gozando das liberdades asseguradas constitucionalmente foi as ruas e o *impeachment* foi aprovado⁵⁴.

Em 1992 assumiu o vice presidente, Itamar Franco que tinha como Ministro da Fazenda o futuro presidente Fernando Henrique Cardoso. Os dois anos de governo de Itamar foram marcados por continuidade da crise econômica, hiperinflação a pleno vapor e o desemprego se manteve como aspecto estrutural da sociedade.

Quando regionalizamos o gráfico vamos perceber que a região nordeste se destaca negativamente quanto a falta de empregos, atingindo as famílias mais pobres, com o não aumento da renda que se relaciona diretamente a vida das crianças e dos adolescentes,

⁵⁴ Não é questão relevante ao trabalho debater o que levou a pressão social para o processo de *impeachment*, assim como, a saída do então presidente Collor que renunciou antes do fim do processo.

pois afeta o acesso a educação, lazer, segurança e tantos outros fatores essenciais para a garantia de direitos que acabara de serem aprovados pela lei N° 8.069/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que será foco do trabalho no capítulo posterior.

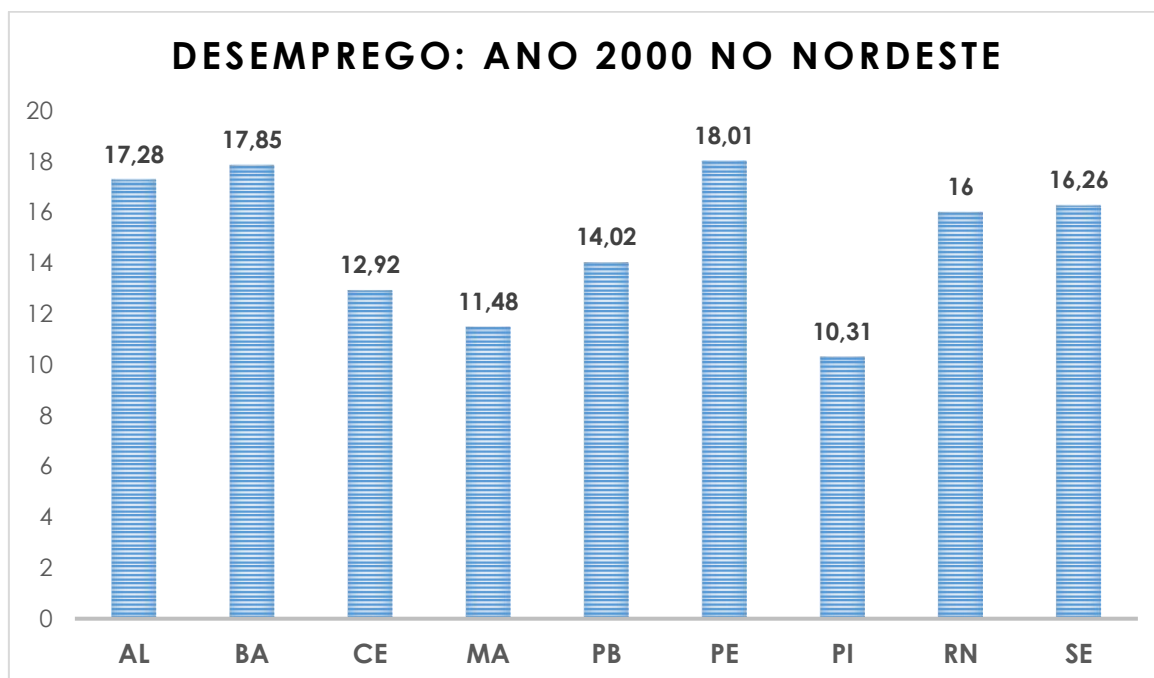


Gráfico 2: **Desemprego: ano 2000 no Nordeste.** Fonte: IBGE/PME/PEA, 2003. Gráfico produzido pelo autor, 2020.

O gráfico acima expõe a contradição de Pernambuco e da Bahia, os Estados com maiores Produto Interno Bruto – PIB e maiores índices econômicos⁵⁵, eram os que menos ofertavam oportunidades de emprego, os que tinham o maior número de desempregados e de adultos a procura de trabalho. Aspecto esse que será alvo de debates, problematizando crescimento x situação social nas grandes cidades do Nordeste, focando no Recife.

Pernambuco demonstrou durante a década de 1990 uma fragilidade grande quanto a crescimento econômico e geração de empregos. Segundo dados da SUDENE⁵⁶, postos de trabalho foram fechados em vários setores, desde a agropecuária e a indústria sucroalcooleira, aos setores mais ligados a cidade do Recife, como comércio e serviços. Os economistas João Policarpo, Abraham Sicsú e a economista Maria Fernanda Padilha,

⁵⁵ Segundo o IPEA, Bahia e Pernambuco tinham os maiores PIB's do Nordeste, com tendência de crescimento para a Bahia e estagnação em Pernambuco.

⁵⁶ SUDENE/CPE/INE. **Região Nordeste do Brasil em Números.** Recife, 1999.

afirmam que o apesar da retração dos serviços, foi o setor terciário⁵⁷ que mais gerou emprego e manteve o PIB do Estado.

A economia de Pernambuco sustentou suas baixas taxas de crescimento do PIB graças ao setor terciário, sendo neste o peso maior dado pelo segmento de transporte, armazenagem e comunicações, particularmente este último ramo.⁵⁸

Não podemos reduzir a problemática da condição social e econômica da região nordeste e do Recife ao desemprego, porém, ignorar que quase 20% da população estava desempregada no final da década de 1990 seria um erro. A relação entre a desigualdade social e falta de oportunidades de emprego, se imbricam de acordo com o historiador e sociólogo Alvaro Augusto Comin⁵⁹, onde aponta que um fator importante para esse desemprego foi a desindustrialização que andou a passos largos durante a última década do século XX.

Além do desemprego exposto no gráfico acima, há a invisibilidade dos trabalhadores autônomos, parte da população sem trabalho formal que se utiliza da informalidade para buscar renda e sobrevivência. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, feita IBGE do ano de 1999⁶⁰, indicam que cerca de 55 milhões de brasileiros estavam ocupados, porém sem seguridade, sem garantias trabalhistas por serem autônomos. Ou seja, o Brasil, o nordeste e a cidade do Recife, vivenciavam altas taxas de desemprego e informalidade, o que interfere diretamente na renda das famílias e em sua qualidade de vida.

Portanto, os governos Collor, Itamar e FHC, se propõem a economizar e retirar investimento público do campo social, focar em infraestrutura, sob os argumentos que geraria emprego e circulação de capital, conseqüentemente isso iria combater a pobreza e a miséria. Essa lógica não intervencionista do Estado só faz sentido justamente quando se pensa que investir em minorar desigualdade é gasto e não investimento, mas que direciona o gasto público de acordo com os interesses privados, como o incentivo ao rentismo financeiro para ser atrativo internacionalmente.

⁵⁷ Segundo a divisão internacional do trabalho e da indústria, o setor terciário corresponde ao setor de prestação de serviços e comércio.

⁵⁸ LIMA, J. P. R. ; SICSÚ, A. B. ; PADILHA, M. F. F. G. . **Economia de Pernambuco: Transformações Recentes e Perspectivas no Contexto Regional Globalizado**. Revista Econômica do Nordeste, v. 38, p. 525-541, 2007.

⁵⁹ COMIN, A. A.. **Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil:1960-2010**. In: Marta Arretche. (Org.). *Trajetórias das Desigualdades. Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. 1ºed.São Paulo: Editora da Unesp, 2015, v., p. 367-394.

⁶⁰ IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – volume 21. Rio de Janeiro –RJ, p.1 – 113, 1999.

Para pensarmos como que o país lidou com as questões sociais, tivemos no governo FHC (1994 – 2002), o programa *Brasil em Ação*.

Lançado em agosto de 1996, o Brasil em Ação agrupa 42 empreendimentos: 16 na área social e 26 na área de infra-estrutura. Todos com o objetivo de reduzir custos na economia, propiciar o aumento da competitividade do setor produtivo e melhorar a qualidade de vida da população.⁶¹

As propostas dispostas por FHC não foram cumpridas em parte, ao ponto de na virada do milênio, ser reformulado para *Avança Brasil*, com a mesma base de atuação, tendo propostas no âmbito social, mas focando na infraestrutura com as parcerias público-privadas. Em fevereiro de 1999, a *Isto é*, publicou uma matéria chamada “*Recua Brasil*”, em ironia e crítica aos caminhos trilhados pelo governo, afirmando que foram feitos “cortes nos programas sociais para cumprir metas do FMI levam Fernando Henrique Cardoso a enterrar promessas de investimentos feitas na campanha.”⁶²

Nesse cenário de cortes, as crianças e adolescentes foram atingidos logo de início, e apesar do Estatuto que fora aprovado em 1990, indicar as responsabilidades do Estado quanto a minoração das desigualdades e a garantia dos direitos, dentre os quais, a criança e o adolescente no mundo do trabalho deveria ser alvo das ações para erradicação, FHC, em 1999, cortou 8 milhões dos projetos referentes a rede de proteção dos mesmos.⁶³

Essa leitura de cenário da política nacional, serve para pensarmos como isso se relaciona com as políticas públicas sociais empreendidas durante a década. No dia 15 de julho de 1990, Collor funda o Ministério da Criança, numa ideia de palanque de uma pauta que estava sendo discutida a anos, os direitos das crianças e adolescentes, a solenidade reuniu crianças em Brasília, um teatro de participação política a qual os protagonistas não eram quaisquer crianças ou adolescentes, segundo o *Diário de Pernambuco*, os participantes foram escolhidos a dedo pelo próprio presidente.

Filhos, parentes de ministros e crianças selecionadas em escolas de Brasília assumiram ontem, no Palácio da Alvorada, cargos de Ministros e secretários do Governo Collor. Foi a primeira reunião do Ministério da Criança, lançado há um mês. O evento teve, além de reivindicações lidas pelas crianças-ministras em cumpridas reuniões comandadas pelo presidente Fernando Collor de Mello, um mini-show da apresentadora Angélica, nos jardins do Palácio. A cerimônia, iniciada com quarenta e cinco minutos de atraso, se estendeu por

⁶¹ BRASIL, Presidência da República. **Programa Brasil em Ação (Dois anos)**, Brasília – DF, 1998.

⁶² EVELIN, G. e MELLO, R. **Récua Brasil**. *ISTO É*. 24 de fevereiro de 1999. Disponível em: <https://istoe.com.br/28807_RECUA+BRASIL/>, acessado em 15/12/2019.

⁶³ Em outra matéria, dessa vez da Folha de São Paulo, encontra-se a mesma afirmativa de cortes que está presente na *Isto É*. Ainda localizando Pernambuco no debate, aponta que o corte foi de R\$ 689 mil e na Bahia uma perda mensal de R\$ 100 mil. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3004200002.htm>> Acessado em 15/12/2019

duas horas, coincidindo com o horário do lançamento do Governo paralelo do PT.⁶⁴

A partir dessa notícia, é percebido o caráter de palanque eleitoral que a criação desse Ministério teve, com crianças oriundas de uma elite política em grande parte, sendo filhas de ministros e de parentes ligados a política, além de uma parcela não especificada vinda de escolas públicas. Sendo conduzido em formato de espetacularização, demonstrando traços de instrumentalização da pauta para finalidades de marketing do governo Collor, com a presença de uma cantora e apresentadora que fazia parte dos programas infantis dos anos de 1990.

Essa reflexão que parte da notícia acerca do Ministério da Criança, serve de mote para relacionarmos a leitura de cenário nacional feita anteriormente e todos os processos políticos que estavam em curso. Havia entraves e disputas que legitimavam uma forma de pensar a sociedade brasileira e que envolvia a economia e o papel do estado frente as desigualdades, que está intimamente relacionado aos processos ocorridos localmente, ou seja, na cidade do Recife. Para o historiador, diferentemente de algumas possibilidades de análises históricas, a história social não permite a dissociação dos níveis de experiência humana, assim, pensar o Recife as políticas sociais referentes as crianças e adolescente, envolve questões políticas, econômicas, culturais e sociais.

1.2 – Recife e o cenário das desigualdades: debate historiográfico e as narrativas históricas

*É Macaxeira, Imbiribeira, Bom Pastor
É o Ibura, Ipsep, Torreão, Casa Amarela
Boa Viagem, Jenipapo, Bonifácio, Santo Amaro
Madalena, Boa Vista, Dois Irmãos
É Cais do Porto, é Caxangá, é Brasilit
É Beberibe, é CDU, Capibaribe, é o Centrão, eu falei...*⁶⁵

⁶⁴ DIARIO DE PERNAMBUCO, **Collor reúne ministros mirins**. Caderno Nacional, Recife, 16 de julho de 1996. Apeje.

⁶⁵ CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI. **Rios, Pontes & Overdrives**. Rio de Janeiro: Chaos/Sony Music, 1994

Recife de alagados, Recife de rio, Recife de mar, Recife de pontes, Recife de mangue... A cidade poética posta em versos por João Cabral de Melo Neto, por Manuel Bandeira, cidade romantizada que é incrustada na lama, mas que nem só disso é feita. Recife composta por becos, vielas, morros, palafitas, casebres, favelas, opostas as grandes planícies ocupadas por torres empresariais, residenciais de luxo e de boa aparência estética ao modelo empreendido na contemporaneidade, que se misturam na paisagem ao ponto do céu não ser visto, edificando a cidade que é chamada ora ou outra de “Capital do Nordeste”, então vem a questão, que capital estamos falando?

Que cidade é essa? O trecho da música acima de Chico Science, cita alguns dos bairros e comunidades do Recife, espaços esses complexos, com suas próprias dinâmicas e formas de organização. O historiador pernambucano, Dênis Bernardes em sua obra *Recife, o caranguejo e o viaduto*, de extrema importância para a historiografia do Recife, aponta que apesar da dificuldade de abordar as diferenças encontradas dentro desse espaço urbano, é inegável que não há uma homogeneidade em pensar o Recife e nem experiênciá-lo cotidianamente. Segundo o autor:

Não existe nesse sentido, uma Cidade do Recife, mais várias, embora estas “várias cidades” – espaço sociais diferenciados – criem, por vezes, elementos de identificação comuns, que são espaços simbólicos, seja de atividades materiais, seja de atividades culturais simbólicos.⁶⁶

Antes de problematizar a dinâmica social do Recife, é importante buscar e conhecer a historiografia acerca da cidade do Recife do século XX. Além dos trabalhos de Denis Bernardes, mais notadamente o trabalho supracitado, destacam-se a pesquisadora Zélia de Oliveira Gominho⁶⁷, com trabalhos que abordam a década de 1930 e 1940, o historiador Antônio Paulo Rezende⁶⁸, mais especificamente uma obra, fruto de sua tese que tem como recorte temporal a década de 1920, abordando a modernização e o projeto de progresso.

Gominho, aborda um aspecto importante para as discussões que procederão no capítulo, sobre a moradia e forma de ocupação espaço, a qual a historiadora ao problematizar o termo cunhado de “Veneza Americana” x “mucambópolis”, tensionando a forma como o Recife abriga os sujeitos recém chegados na cidade, oriundos do sertão e

⁶⁶ BERNARDES, Denis. **Recife, o caranguejo e o viaduto**. 2º Ed., Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013, p. 153.

⁶⁷ GOMINHO, Z. O. **Veneza Americana X Mucambópolis. O Estado Novo na Cidade do Recife (Décadas de 30 e 40)**. Jaboatão dos Guararapes: Ed. do Autor, 2007.

⁶⁸ REZENDE, A. P. **(DES)Encantos Modernos: Histórias da Cidade do Recife na década de vinte**. Recife: UFPE, 1997.

do agreste na década de 1930 e 1940, discutindo o aumento populacional⁶⁹ e a aglutinação dos mesmos em espaços que eram alvos do progresso, os mocambos.

O transcurso dessas desigualdades, desembocam em um Recife que naturaliza a pobreza e a exclusão, sendo esses trabalhos acima citados, referências para pensarmos a cidade em um panorama de temporalidade maior, porém, com a lente de historiadores da localidade, elucidando e abrindo caminhos para reflexão. Assim como os trabalhos que abordam temporalmente períodos mais recentes, como a tese de doutoramento de Humberto da Silva Miranda⁷⁰, localizado no período da Ditadura Civil – Militar, buscando historicizar a experiência dos sujeitos na FEBEM/PE – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor de Pernambuco, proporcionando debates e reflexões importantes para a construção da presente dissertação, e que será utilizado posteriormente ao pensar as violações voltadas para os infantes da cidade.

As pesquisas sobre a capital pernambucana que tem como recorte temporal as décadas de 1970 até os anos 2000, tem em maioria estudos voltados as questões culturais do Recife, pensando o carnaval e a cultura popular, como as dissertações de Walter Ferreira de França Filho, com o trabalho *Tradições compartilhadas: Maracatus-nação e grupos percussivos na efervescência cultural de Pernambuco dos anos 1990*, e a dissertação de Wayne Rodrigues de Lima, *“Recife é festa, Recife é folia”: Identidade, Mercado e Turismo na Cidade Alto-Astral (1993 – 2003)*, os dois sob orientação da historiadora Isabel Cristina Guillen, a qual também tem inúmeros trabalhos abordando o mercado cultural recifense e seus desdobramentos sobre a produção cultural negra na cidade.

A historiografia sobre o Recife é vasta, porém, a maioria das produções pela História Social, tem como enfoque a modernização da cidade, o ideário de progresso empreendido em alguns momentos no transcurso do século XX, principalmente nas décadas de 1920 a 1940, trabalhos importantes para a compreensão da construção das

⁶⁹ A cidade do Recife, segundo Gominho, teve um aumento populacional entre 1931 – 1939, de pessoas vindas do interior do estado de Pernambuco, onde ela afirma que uma parte significativa morria na cidade por conta das condições de saúde em que se encontravam. Nessa década, o número de prédios e mocambos se equivaliam, passando dos vinte mil imóveis cada, sinalizando como a ocupação urbana era dividida, evidenciando a saga que o poder público se dispôs para demolir as moradias populares.

⁷⁰ MIRANDA, Humberto da Silva. **Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964 – 1985)**. 2014. 348 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

desigualdades, as quais segundo Miranda (2014) não eram visíveis somente no centro da cidade.

O Recife da década de 1970 possuía, nos seus bairros periféricos, centros comerciais que se tornaram espaços marcados pelas desigualdades e conflitos sociais, levando o Estado a articular um sistema de segurança caracterizado pela atuação do aparato policial.⁷¹

Em visita aos trabalhos citados, é notada a constante presença da desigualdade e Miranda evidencia acima como o Estado brasileiro e o Recife, atuaram frente aos problemas sociais vividos nos anos de 1970, destacando o caráter repressivo e violento com as forças policiais. Quando estendemos nossa abordagem para o recorte proposto no trabalho, é pensado a expectativa de mudança em uma nova forma de governo, dessa vez de cunho democrático, onde uma constituição construída por meio de uma assembleia constituinte, em que tem a democracia como um dos pilares de sustentação. Segundo Koselleck, a história vai se constituindo por meio das expectativas e das experiências, assim, a expectativa de uma cidade melhor, vai sendo confrontada com a experiência cotidiana da desigualdade.

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitidas por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiência alheia.⁷²

Pensar no período de redemocratização também passa por compreender como a cidade pode ser dura e, por meio de seus aparatos institucionais, reproduzir a violência. Dessa maneira, é vista que a expectativa de novos tempos e novos rumos para o Recife se intensificaram no final dos anos de 1970, com a gestão do prefeito Gustavo Krause e que segundo Bernardes, o prefeito que assume em 1979, “coincidindo”⁷³ com Marco

⁷¹ MIRANDA, Humberto da Silva. **Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964 – 1985)**. 2014. 348 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2014, p. 150

⁷² KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: PUC, 2006. p. 309 – 310.

⁷³ Nesse período, os cargos políticos eram escolhidos pelo regime civil-militar, ganhando o termo popularmente como político biônico, deste modo, tanto Marco Maciel, governador do Estado de Pernambuco entre 1979 – 1982 e Gustavo Krause, prefeito da capital, foram escolhidos não por meio do sufrágio universal.

Maciel no governo do Estado de Pernambuco e João Figueiredo na presidência, é visto socialmente como uma mudança.

O historiador dedica páginas a debater como essa mudança não era só vista no campo simbólico, por meio de um populismo corriqueiro e característico da política nacional, como gestos os quais ele tinha, “[...] prefeito despachando em magas de camisa e nas suas caminhadas nas ruas, ladeiras, morros e mangues, indo ao contato direto com os problemas da população [...]”⁷⁴, mas que não se resumiam a isso, não se resumia ao poder público ser visto na periferia por meios que não somente o da repressão, mas também pela valorização das políticas sociais.

Dois aspectos essenciais marcam a gestão Krause, enquanto definição de objetivos: a prioridade dada aos problemas sociais da cidade e a preocupação em explicitar um projeto cultural para o município, afirmando buscar valorizar, promover e proteger sua identidade cultural própria.⁷⁵

A década de 1980 inicia com uma nova visão acerca do poder municipal, para além das grandes obras que marcam a cidade no regime autoritário, o estímulo a participação social e popular foi marca da gestão Krause. O *slogan* e mote central da Prefeitura muda, sendo “Desenvolvimento com participação”, instrumentalizando tal frase por meio dos barracões da Prefeitura e ações que propõem uma “redescoberta do social”⁷⁶

Porém, evitando a cristalização da análise, outros trabalhos historiográficos que abordam a gestão Gustavo Krause, constroem importantes reflexões entorno dessa redescoberta democrática em um momento ainda de cerceamento da liberdade e de traços autoritários, como as contribuições da historiadora Geane Bezerra Cavalcanti, na dissertação intitulada *Lutas e resistências dos moradores da periferia da Cidade do Recife (1955-1988)*. Segundo a historiadora:

Os barracões concentravam todas as atividades que a prefeitura exercia, recebiam as reivindicações e forneciam o material para as melhorias nos bairros. Assim sendo, a prefeitura também evitava que as mobilizações populares fossem para as ruas por meio de manifestações, já que essas atividades se mostravam como uma maior ameaça ao governo.⁷⁷

⁷⁴ BERNARDES, **Op. Cit.** p. 114.

⁷⁵ **Ibid.**, p. 114.

⁷⁶ **Ibid.**, p. 118

⁷⁷ CAVALCANTI, Geane Bezerra. **Lutas e Resistências dos moradores da periferia da cidade do Recife (1955 – 1988)**, Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2017, p. 132

Dessa maneira, o papel do historiador não é fazer sua análise se utilizando de juízo de valor, porém, se faz necessário desvelar as contradições e os interesses que perpassam as ações políticas, não naturalizando-as. Contudo, ações que se manifestam como modificador do cenário social e do cotidiano dos sujeitos são marcas importantes para serem historicizadas e discutidas. Nesse escopo, a gestão Krause foi marcada por essas dicotomias, como a entrega de títulos de propriedade em favelas e comunidades da cidade, como em Brasília Teimosa, que sofria de incursões de projetos desde o início da década de 1970 para desapropriações do espaço e sua utilização para construção de edifício garagem e de novas moradias que não iriam contemplar seus moradores.

Inclusive, tais projetos de urbanização e reorganização do espaço público ocuparam grande parte das ações políticas, desde as construções de grandes avenidas, como as Avenidas Agamenon Magalhães e a Dantas Barreto, também na década de 1970, o qual segundo o historiador da cidade do Recife, Luís Manoel Domingues do Nascimento, era símbolo de uma cidade de capitalismo tardio⁷⁸, que sofria dos enalços do desejo da modernização visando o lucro, em diálogo feito com Bernardes.

Para Nascimento, esse progresso era erigido sob os pilares da vigilância e do controle que permeavam a política nacional do período, assim, as especificidades construídas localmente na cidade dialogam diretamente com os valores empreendidos nacionalmente. Dessa forma, um traço importante que é percebido na década de 1970 vai se manter nos anos seguintes, com outras roupagens e formas de ações, mas o controle das populações mais pobres vai se manter. Segundo o historiador, o objetivo era:

Dotar a área central do Recife de um território passível de controle, de meios para efetivar uma sociabilidade vigiada, de mecanismos que pudessem operar a exclusão daquilo que consideravam pobreza e politização da vida urbana, dotando-a de espaços orientados às atividades consumistas e isentos dos aspectos indesejáveis comuns nas grandes cidades.⁷⁹

A violência, a exclusão e a pobreza se imbricam no cotidiano do cidadão recifense, a urbanidade é um espaço de selecionar o que deve e pode ser visto pelos transeuntes, a miséria e a fome são marcas que não valorizam o espaço e que evidenciam a falha do poder público quanto a seu papel. Com o passar dos anos, o avanço do

⁷⁸ NASCIMENTO, Luís Manoel Domingues do. **Recife: Uma capital do Nordeste no capitalismo tardio**. Revista História Unicap, v. 1, n. 2, jul./dez. de 2014.

⁷⁹ NASCIMENTO, Luís Manoel Domingues do. **Recife: Uma capital do Nordeste no capitalismo tardio**. Revista História Unicap, v. 1, n. 2, jul./dez. de 2014, p. 138.

capitalismo com novas formas de empreender seu poder na vida dos sujeitos, se materializa com a naturalização do que sempre foi negado.

Se na década de 1920 a saída para urbanidade era expulsar os moradores dos mocambos para os morros e ladeiras, na década de 1940 isso se repete, em 1970 os projetos continuam a pleno vapor, a partir da redemocratização isso vai perdendo o ímpeto. Os projetos neoliberais vão tomando outras formas, se remodelando com a perspectiva de teoricamente agregar os moradores dos bairros periféricos, não mais os excluí-los, ao menos em discursos e justificativas.

Com isso, esses novos empreendimentos que são edificados por meio de aterramento de manguezais e de rios, estariam levando às palafitas empregos e oportunidades. A exemplo, temos a construção do Shopping Recife no bairro de Boa Viagem, que se tornam possibilidades de empregos para os moradores da comunidade Entra Apulso, localizada no entorno, essa nova ótica é reproduzida até os dias atuais, como também pode ser visto com o Shopping Rio Mar⁸⁰. Assim, a pobreza que antes era expulsa na tentativa de invisibilizá-la, hoje ela é escondida por entre os prédios e empresariais que tomam as ruas que outrora eram de manguezais e de antigas moradias.

Quando falamos de uso do espaço urbano na cidade do Recife, vale ressaltar a repetição dos processos segregatórios que se dá nos empreendimentos comerciais, como os Shopping Centers, onde atende a interesses de grupos políticos e econômicos que visam a lucratividade do investimento, em detrimento do interesse social e das populações circunvizinhas. O grupo a que pertence o Shopping Rio Mar e o conglomerado empresarial, é de posse do Grupo JCPM, responsável por ter criado uma rede de supermercados, cartão de crédito, proprietário de jornal e administrador de vários empreendimentos no Nordeste, dentre eles o Shopping Recife, Plaza Casa Forte, Tacaruna e Guararapes.⁸¹

Rezende, um historiador localmente identificado com o espaço, ponto que vale o destaque, reitera como a contemporaneidade pode ser repleta de simulacros que omitem

⁸⁰ A construção do Shopping Rio Mar, se deu entre os anos de 2010 e 2012, com entraves ligados a legislação ambiental, dado que o perímetro urbano que hoje é ocupado pelo empreendimento é marcado por ser um dos maiores manguezais em área urbana do país. Além desse aspecto, vale destacar que o Shopping fica no meio de várias comunidades marcadas pela falta de planejamento urbano, e constantes alvos de especulação imobiliária, como a Ilha de Deus, Brasília Teimosa, Pina e Encanta Moça. Para mais, ver: SILVA, Kelly Regina S. da. **A reprodução da geografia social do capitalismo no território do Pina (Recife - PE)** – (Dissertação de mestrado). Recife, UFPE, 2014.

⁸¹ Todos esses empreendimentos se localizam na Região Metropolitana do Recife, ver: <<http://www.jcpm.com>> Acesso em: 15 abr. de 2020.

e que jogam um véu na historicidade dos espaços, mas que não rompem com a memória que é ressignificada, valorizada e vezes e outras disputadas. Nessa ilustração de um Recife que é composto pelas contradições do capitalismo periférico⁸², é vista a disputa cotidiana entre a exploração dos seus sujeitos nos espaços e a resistência dos mesmos com seus subterfúgios diversos. De acordo com o autor:

O Recife se torna um cenário onde o império das lembranças gloriosas consegue conviver com as mais indescritíveis misérias. O presente é vivido com as dificuldades que enchem o cotidiano de incertezas e receios que deixam os espaços mínimos para construção das utopias, mas grávido de nostalgias e lembranças.⁸³

A década de 1990 inicia com as utopias democráticas e aspirações de avanços sociais, no entanto, a materialidade se mantém de negações e desencontros com o bem-estar social. A reorganização constante do espaço urbano sob interesses mercadológicos e empresariais, subjuga os anseios e desejos que partem de uma população marcada pela violação cotidiana de direitos, sendo as classes populares postas ao lado do processo dito “progresso” que acompanha as cidades brasileiras desde o início do século XX. A pobreza no Nordeste que tanto foi retratada, nas décadas anteriores, se mantém nos jornais, no *Diário de Pernambuco*, encontra-se em 1995 dados que alertam a situação.

Nos últimos 30 anos, o Nordeste ficou mais rico ou mais pobre? [...] Em 1960, os pobres eram 61% da população. Em 90, eram 56,2. O problema é que, em números absolutos, aumentaram: de 3,5 milhões, passamos para 9,7 milhões. É muita pobreza, ainda.⁸⁴

Contudo, Bernardes afirma que o Recife cresceu e continuou crescendo, lembrando que as reflexões do autor são envoltas do seu presentismo dos anos de 1996⁸⁵, e esse crescimento demográfico que acompanhou a cidade em meados do século XX até

⁸² O conceito de capitalismo periférico entra em diálogo com a perspectiva de uma economia emergente, pois seria uma economia que tem trajetória instável de crescimento, certa fragilidade em períodos de crise e forte dependência de capital internacional. Porém, compreendemos o capitalismo periférico sob a concepção da interdependência econômica, ou seja, países com economia mais sólida e com forte estrutura e acumulação de capital, dependem dos emergentes e do controle do crescimento dessas economias. Para mais, ver: CARCANHOLO, M. D.. **Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica**. Revista de Economia Contemporânea, v. 12, p. 247-272, 2008.

⁸³ REZENDE, Antônio Paulo. **O Recife: Os espelhos do passado e os labirintos do presente ou as tentações da memória e as inscrições do desejo**. Proj. História, São Paulo, Maio de 1999.

⁸⁴ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Os pobres do Nordeste**. Coluna Periscópio, 19 de novembro de 1995. Recife, Apeje.

⁸⁵ O Texto original e publicado foi feito no transcurso dos anos de 1990, havendo escritos feitos especificamente para reflexão do Plano Diretor da Cidade do Recife, finalizando a obra e sua primeira edição de publicação em 1996, pela Editora da UFPE, sendo reeditado em 2013, em homenagem póstuma ao historiador.

o final do mesmo, não foi atrelado a um desenvolvimento estratégico quanto a integração dos sujeitos no mercado de trabalho e no acesso a renda. Formando assim, segundo Bernardes, uma leva de trabalhadores reservas, sempre na espera de oportunidades vindouras que nem sempre chegavam.

Essa desigualdade pode ser vista até os presentes dias, na forma de moradia e habitação, ou seja, como os sujeitos ocupam o espaço urbano e as condições as quais constroem o seu lar. Nessa perspectiva, tivemos no fim dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, a reorganização da área entre Olinda e Recife, com destruição de mocambos e mudanças na Ilha de Joana Bezerra e no Coque, locais constantemente atrelados a violência urbana. O que é mais irônico para Bernardes, é a antiga sede da Companhia de Habitação Popular, a COHAB – PE, ser edificada onde havia mucambos outrora, sendo arrasados para o “avanço”.

Fazer o deslocamento do presente vivido hoje com o passado que ainda é presente, é imprescindível para o historiador que se propõe as questões impostas a temas e as discussões da História do Tempo Presente, com isso, pensar como as moradias foi um fator segregador do espaço e do direito à cidade e seus serviços que efetivam a cidadania se tornam definidores de como o pesquisador enxerga e compreende a História e suas funções. Rezende, afirma que o que foi vivido está em constante contato com o que está sendo vivido, ou seja, o que está em curso na contemporaneidade.

O contar a história não deve se resumir, portanto, a uma cronologia precisa de datas e nomes, mas a um diálogo incessante entre o passado e o presente, pois a história não se limita a um sentido único, ela é um devir que não conseguimos aprisionar com as nossas frágeis e mutantes certezas.⁸⁶

Apesar do autor partir dos estudos da pós-modernidade da História cultural, é uma reflexão que contribui para a leitura da cidade, dado que o autor se dispõe a pensar o Recife e seu processo de modernização. Assim, a temporalidade que é a matéria prima principal do historiador, é vista como uma instância a par da sociedade, estática, linear, questão que corrobora com perspectivas cristalizadas e totalizantes. Com isso, pensar a História como as ações dos sujeitos no tempo e seus embates, suas relações conflituosas e por muitas vezes, contraditórias, proporciona que possamos ler um Recife contemporâneo que é imerso numa modernidade tardia que assolapa os sujeitos mais

⁸⁶ REZENDE, Antônio Paulo. **O Recife: Os espelhos do passado e os labirintos do presente ou as tentações da memória e as inscrições do desejo**. Proj. História, São Paulo, Maio de 1999.p. 165.

pobres, mas que não é somente isso, é mais complexo que isso, é composto por diversas realidades, o Recife da Madalena não é o Recife do Coque.

O trabalho se coloca na fronteira de pensar a cidade para as crianças e adolescentes, focando nas suas negações de direitos e nas formas de vive-la que são heterogêneas, mas que tem como principais sujeitos os infantes das classes populares, as crianças e adolescentes periféricos não de localidade, mas de situação cidadã.

1.3 – As crianças e adolescentes na “capital da violência”

A violação de direitos pode se manifestar em vários quesitos e práticas da vida cotidiana, contudo, um fator determinante para a realidade social vivenciada pelos sujeitos é a pobreza e o risco que é transversal a vida das crianças e adolescentes por conta do fator econômico. Dando continuidade a reflexão feita em outro momento do capítulo, as desigualdades que acompanham as grandes cidades brasileiras e no caso específico, o Recife, é visto que quando transposto isso por idades, percebe-se como essa pobreza atingiu um contingente alto de infantes na “Veneza brasileira”, tal qual Gominho ironicamente se refere.

Entretanto, é preciso pôr que a pobreza é uma situação social que ultrapassa os rendimentos e o acesso ao emprego, é relacionado ao acesso aos serviços, tanto quanto saúde, educação, segurança pública, saneamento, lazer, etc. Esses serviços se ligam diretamente ao bem-estar e ao conceito de cidadania que ainda será alvo de reflexões e discussões, no momento, as contribuições da cientista política Marta Arretche, servem de mote para pensarmos como esse conceito de pobreza que será problematizado no trabalho, gestado durante o século XX e que atrelou as desigualdades não somente a renda dos indivíduos. Para Arretche:

Diferentemente, a cidadania havia sido concebida como o direito dos cidadãos a um mínimo de bem-estar econômico e segurança, que lhes permitisse viver como seres civilizados conforme os padrões correntes na sociedade, de modo a expandirem suas liberdades reais. [...] Desse modo, o acesso a serviços sociais é uma dimensão do bem-estar distinta e não redutível aos rendimentos.⁸⁷

⁸⁷ ARRETCHÉ, Marta. **Trajetórias das Desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2015. p. 193-194

O conceito de pobreza e de não acesso a cidadania se imbricam, com proposições da Ciência política e da História estabelecendo diálogos. Se para Arretche, a cidadania é mais que um rendimento familiar e individual satisfatório nos moldes sociais de uma sociedade capitalista partindo de referenciais da sua área do conhecimento, do Serviço Social e da Economia, a historiografia brasileira pensada através de José Murilo de Carvalho, referência quanto a construção da cidadania no Brasil, tem seus aspectos que caminham no mesmo sentido.

Carvalho, afirma que a cidadania é composta e constituída por direitos assegurados em âmbitos e instâncias diferentes, e que sem a plena relação dos mesmos, é incompleta, se torna um processo do porvir, não devir, por não haver a seguridade que um dia ela poderá ser alcançada. Assim, a redemocratização garante segundo o autor, o acesso a direitos políticos, questão que rompe a cultura autoritária de privilégios a determinados setores sociais, porém, a cidadania que é edificada por meio dos direitos econômicos, sociais e civis não foi alcançada, por não serem universalizados e garantidos para a população.⁸⁸

Os direitos políticos adquiriram amplitude nunca antes atingida. No entanto, a estabilidade democrática não pode ainda ser considerada fora de perigo. A democracia política não resolveu os problemas econômicos mais sérios, como a desigualdade e o desemprego. Continuam os problemas da área social, sobretudo na educação, nos serviços de saúde e saneamento, e houve agravamento da situação dos direitos civis no que se refere à segurança individual.⁸⁹

Em vista disso, a cidadania como projeto de sociedade, deveria ser erigida sob alicerces da percepção que as desigualdades se manifestam de tantos modos, a ponto que o papel do Estado é atuar nesses aspectos, tanto nas questões civis, sociais, quanto nas econômicas. Destaca-se que essa desigualdade que constrói as relações no país, são de cunho regional e também racial, atingindo também as crianças e adolescentes brasileiras.⁹⁰

A partir de dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; Fundação João Pinheiro - FJP, é visto que entre 1991 e 2000, as crianças e adolescentes foram os sujeitos que mais

⁸⁸ CARVALHO, *Op. Cit.*

⁸⁹ CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 199

⁹⁰ *Ibid.*, p. 208

ocuparam faixas de pobreza e miserabilidade no Brasil, contudo, sendo expostos a situações de violações contínuas de abuso e de negação.

Recife entre 1991 e 2000, reduziu em quase 10% a relação de pobreza entre os infantes, em números absolutos ainda se manteve alto o índice de pobreza, principalmente se pensarmos que a cidade foi a quarta pior capital do Nordeste para as crianças viverem quanto a pobreza, evidenciando que a relação de crescimento econômico e acesso a renda não são proporcionais, dado que Recife e Salvador já se configuravam com os maiores índices econômicos da região, com exceção ao acesso a emprego.

Tabela 2: índice de pobreza de crianças no Nordeste 1991 - 2000

CAPITAIS	1991	2000	VARIAÇÃO %
Teresina	60,15	51,67	-14,10
São Luís	53,41	50,60	-5,26
Fortaleza	51,67	46,00	-10,97
Recife	50,01	45,10	-9,82
Maceió	47,42	51,54	8,69
João Pessoa	46,49	38,37	-17,47
Salvador	46,29	43,42	-6,20
Aracajú	42,83	41,98	-1,98
Natal	42,11	41,78	-0,78
BRASIL	51,30	45,99	-10,35

Tabela 2: Índice de pobreza de crianças no nordeste 1991–2000. Fonte: RECIFE, Prefeitura et al. **Desenvolvimento Humano no Recife:** atlas municipal. Recife, 2005. Software. Tabela produzida pelo autor, 2020.

Essa tabela expõe a situação de pobreza entre crianças no Nordeste, podendo ser vista até como uma melhora até a virada do milênio, porém, partindo dos dados do IBGE e do PNUD, é evidenciado que o número de crianças na cidade do Recife diminuiu de 224.670 mil para 204.670 mil, com redução na taxa de natalidade, de 2,29% para 1,81%, questão essa que pode ter contribuído para a redução, mas não sendo esse o único fator.

Recife e sua Região Metropolitana, tinha na década de 1990 dados preocupantes, assim como o Norte do país, ou seja, Carvalho quando afirma que a desigualdade social no Brasil é um aspecto dos fatores regionais, dialoga com o que é visto nos índices sociais oficiais. Os índices de pobreza, desemprego e menores rendas, se concentram no Nordeste, sempre acima da média nacional, isso desde que o IBGE, IPEA e outros órgãos passaram a divulgar relatórios e pesquisas.

ADE Recife, quinta-feira, 19 de julho de 1990 A-13

Cresce na Região índice de crianças desnutridas

Atualmente no Brasil, 30,7% do total de crianças, entre zero e cinco anos de idade, sofrem de desnutrição. Deste percentual, mais da metade estão na Região Nordeste, ou seja, 46% dos nordestinos menores de cinco anos apresentam algum tipo de desnutrição. Esse índice foi constatado no ano passado, em pesquisa por vários institutos brasileiros. A amostra revelou, também, uma queda na prevalência de desnutridos no País. Porém, o decréscimo leva a outra constatação trágica: as crianças no Nordeste estão cada vez mais se distanciando em termos nutricionais das demais do País.

Isso porque, da variação negativa registrada em todas as regiões, a do Nordeste foi a que registrou menor queda. Enquanto que, em 1974, data da última pesquisa, 56,6% crianças nordestinas eram desnutridas, atualmente, o percentual baixou 18,7%, ficando com 46%. Esta queda, em relação às outras localidades, entretanto, não é grande, considerando-se que o menor índice de queda na prevalência foi constatado, no Norte e Centro Oeste, menos 36,8%.

Em termos numéricos, há no País, hoje, mais de cinco milhões de crianças desnutridas, ficando mais de dois milhões e meio entre os nove Estados nordestinos. O Sul é a Região que apresenta melhor situação, com apenas 20,6% de suas crianças com desnutrição, uma queda percentual de 46,6% em relação à última pesquisa. No Norte e Centro Oeste, existem 573.176 menores de cinco anos desnutridos.

PESQUISA

Esta pesquisa, divulgada recentemente pelo grupo Origen, foi orientada pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA). O objetivo é uma avaliação do estado nutricional de toda a população. Porém, até o momento, apenas dados sobre a população infantil foram difundidos. Apesar de no trabalho ter sido constatado queda nos níveis da des-

nutrição no País em um terço, a situação não deixa de ser alarmante, devido às consequências que a má alimentação traz à população, alterando, inclusive, o crescimento.

Na pesquisa, foram consideradas desnutridas as crianças com peso inferior ao previsto para a idade. Isso leva a um crescimento do indivíduo abaixo da estatura considerada normal para sua faixa etária, principalmente nos casos de desnutrição crônica. Outro tipo de alteração encontrada diz respeito à desnutrição aguda constatada em crianças com peso insuficiente para altura.

AMAMENTAÇÃO

A Zona Rural também foi considerada como sendo a mais atingida com a desnutrição. Das 30,7% crianças desnutridas no País, 41,6% residem na área rural, enquanto que 25,7% na urbana. Nos primeiros seis meses de vida, a ocorrência de crianças abaixo do peso e da estatura já é alta. Na opinião, de Denise Arcoverde, do Grupo Origen, "parte desta situação pode ser atribuída ao fato de que a recomendação do alimento exclusivo nos primeiros seis meses de vida ainda não é seguida pela maioria das mães".

"Apenas metade das crianças é amamentada até o sexto mês, sendo que a minoria recebe o leite do peito como único alimento", revela Denise, baseando-se na pesquisa. Segundo ela, o leite materno tem todos os ingredientes nutricionais necessários a um bebê nos primeiros seis meses de vida, dispensando, as-

sim, qualquer outro tipo de alimento. "O aleitamento - continua - deve seguir até quando a criança não mais quiser, podendo, a partir do sexto mês, começar complementando-se a alimentação com outros alimentos.

Muitas mães, entretanto, reclamam que já estão desnutridas demais e que, por isso, "seu leite não é forte". Essa reclamação é constantemente ouvida pelos grupos de aleitamento do Origen, que vão às comunidades proporcionar orientação.

A desnutrição materna é um fator importante a ser levado em consideração. Porém, o reflexo disso no leite materno é insignificante, comparando-se com o das mães em melhores condições. É considerado, por isso, que o leite de uma mulher, mesmo desnutrida, é bem melhor do que o de uma vaca. Nós aconselhamos a estas mães que o dinheiro para alimentação complementar seja utilizado com elas mesmas e que continuem amamentando", diz Denise.

O Origen trabalha, basicamente, na formação de grupos de incentivo ao aleitamento materno. As pessoas que realizam esse trabalho, entretanto, têm notado que a receptividade em comunidades carentes é bem maior do que nas de classe média. "Nos últimos tempos, inclusive, o agravamento da crise econômica tem trazido esse efeito benéfico e as mães mais pobres optam mais pela amamentação", destaca.

Figura 1: Cresce na região índice de crianças desnutridas. DIARIO DE PERNAMBUCO, Recife, 19 de julho de 1990. Acervo: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

Em diálogo com a tabela 2, a matéria de jornal acima é datada de julho de 1990, onde quase 50% das crianças nordestinas, estavam em situação de desnutrição, o que explica os altos índices de mortalidade infantil que ainda se encontravam em 1996 que

está disposta abaixo pelo *Diário de Pernambuco*⁹¹ em 12 de setembro, uma matéria que expõe a mortalidade infantil se mantendo acima na média nacional, tanto em Pernambuco, quanto na Região Nordeste especificamente.

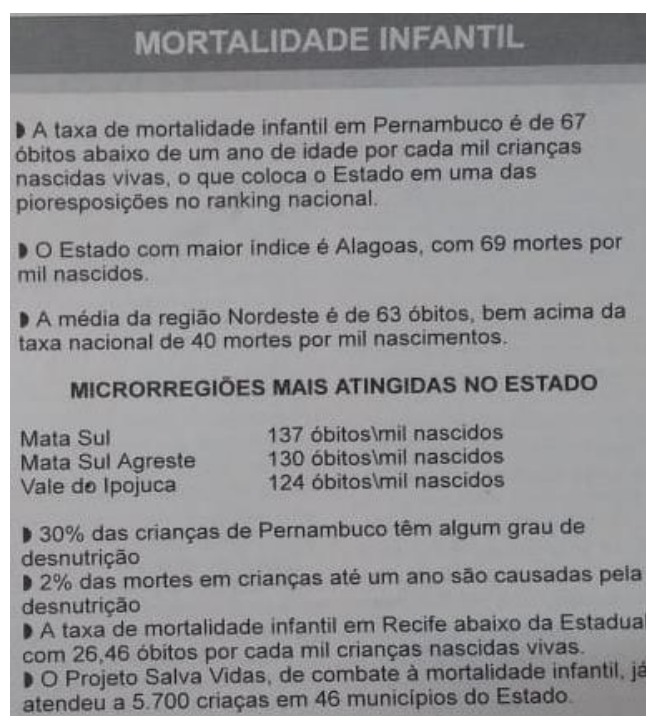


Figura 2: **Mortalidade infantil**. DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 31 de julho de 1996. Acervo: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

A imagem acima, foi acompanhada com uma matéria a qual coloca que o Recife em si melhorava seus índices em comparativo a década anterior, ao ponto de ser menor que a média do Estado e do Nordeste, mas sendo importante destacar que ser a capital de Pernambuco é um fator importante para alcançar essa redução, tendência inclusive de boa parte das capitais, deixando as cidades circunvizinhas ainda com taxas altas quanto a mortalidade infantil e havendo dentro da própria dinâmica da cidade, regiões que atingiam ainda números altos, sendo evidenciado pela fala da Técnica de Planejamento de Saúde da Prefeitura do Recife, Celeste Aida Moura de Souza Chagas, “*Dentro de um mesmo bairro as taxas variam muito. Em Casa Forte, por exemplo, os números são muito baixos, mas no bairro há favelas onde a situação é bem pior.*”⁹²

A desigualdade e a forma de experienciar e viver a cidadania pós o processo de redemocratização, entendendo o pós redemocratização como espaço temporal após a

⁹¹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, **Mortalidade infantil no Estado ainda supera a média nacional**. Caderno Vida Urbana, Recife, 31 de julho de 1996. APEJE.

⁹² DIÁRIO DE PERNAMBUCO, **Mortalidade Infantil no Estado ainda supera a Média Nacional**. Recife, 1996. APEJE.

constituição de 1988, é fator que deve ser pensada em múltiplas instâncias, nos seus desequilíbrios e desarmonias entre as regiões do Brasil, entre os estados da região, dentro dos estados e no nosso caso, até a circularidade dentro da cidade, ou seja, em seus bairros e comunidades.

Para ler essa cidade, caminhamos até o momento por meio dos jornais, dados do IBGE, PNUD e IPEA e a historiografia que aborda a cidade do Recife do século XX. Porém, para problematizar e possibilitar uma cartografia da capital, o *Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife*, será uma ferramenta importante durante todo o capítulo, auxiliando a fazermos um tensionamento acerca do cenário social.

Metodologicamente, o atlas foi transformado em diversos materiais que serão fontes para a presente pesquisa. O *Software* proporciona que acessemos a cidade por meio de suas Regiões Político-Administrativas – RPAs⁹³, Zona Especial de Interesse Social – ZEIS⁹⁴ e conseqüentemente todos os seus bairros. Possibilitando uma observação a respeito da população do Recife e seus modos de ocupação da cidade, acesso a cidadania e a sua negação, lendo as desigualdades territoriais⁹⁵, que Arretche afirma ter aumentado exponencialmente entre 1970 e 2010.

A desigualdade para além da renda, pode ser visibilizada por indicadores como expectativa de vida, índice de mortalidade infantil, número de moradores em ZEIS e áreas pobres, acesso a saúde, saneamento, nível educacional, entre outros. Pensando a partir da compreensão de cidadania, tanto de Arretche, quanto de Carvalho, nos propomos a analisar a cidade em sua complexidade, construindo tabelas e gráficos que problematizem a década de 1990 e sua transição para o Século XXI, pensando assim, como as crianças e adolescentes estavam vivenciando esse espaço temporal, a partir dos seus bairros e comunidades.

Com isso, traçaremos perfis dos bairros separadamente para dessa maneira, poder fazer um paralelo com outras realidades, sendo importante para conseguinte no último

⁹³ A Cidade é dividida em seis Regiões Político-Administrativas, as quais serão discutidas ao longo do trabalho.

⁹⁴ As Zonas Especiais de Interesse Social, foram criadas em 1983, através da Lei Ordinária 14.511/83. Até os dias presentes, essas zonas foram modificadas com o reconhecimento de outras regiões e sendo definidas como áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda e áreas de Programas Habitacionais de Interesse Social. Para mais, ver: <<https://planodiretor.recife.pe.gov.br/>> Acesso em: 20 abr. de 2020.

⁹⁵ A autora se refere as regiões Norte e Nordeste passarem a concentrar cada vez mais pobres em detrimento das demais regiões brasileiras, assim, transpasso essa conceituação para a leitura dentro da capital pernambucana.

capítulo, problematizar as denúncias de violações recebidas pelos Conselhos Tutelares da Cidade e as ações que serão pensadas também no segundo capítulo, de responsabilidade do CEDCA/PE e do COMDICA- Recife, sendo previsto no Estatuto a responsabilidade por parte dos governos estaduais a organização dos Conselhos de Direitos, órgão que promove os direitos das crianças e dos adolescentes, cria e promove políticas sociais quanto a esses sujeitos, assim como, responsabilidade dos municípios a criação tanto dos conselhos de direitos municipais, os quais estabelecem relação próxima aos conselhos tutelares, também de responsabilidade dos municípios.⁹⁶

Um bairro que está presente ainda hoje no imaginário popular quando se pensa violência urbana e pobreza, é a Ilha de Joana Bezerra e o Coque, comunidade que integra o conjunto da Ilha de Joana Bezerra e de São José, a qual tem outra comunidade que tem sua identidade negativa sempre reforçada pelos noticiários, o bairro dos Coelho, fortemente marcado pela violência e estigmatizado, principalmente por se localizar em uma região central da cidade.

Antes de nos ater aos dados e as seguintes tabelas, é importante demarcar a sua localidade, assim como, de outros bairros circunvizinhos, aos quais serão postos como ponto para desenvolvimento analítico comparativo, sendo os bairros de Boa Vista, Ilha do Leite e Paissandu. Região da cidade que é composta pela Avenida Agamenon Magalhães, que foi construída a partir da demolição de mocambos no início de 1970, expulsando camadas populares para formação de comunidades que integram hoje a Joana Bezerra, o Coque e os Coelho, em São José. Assim, a utilização da cartografia da cidade é posta como importante instrumento para compreender a circularidade no espaço urbano do Recife e conseqüentemente, as dinâmicas sociais que permeiam a desigualdade.

Segue abaixo o primeiro mapa a ser discutido:

⁹⁶ A estrutura de funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGDC, será posteriormente trabalhado e discutido nos capítulos segundo e terceiro.

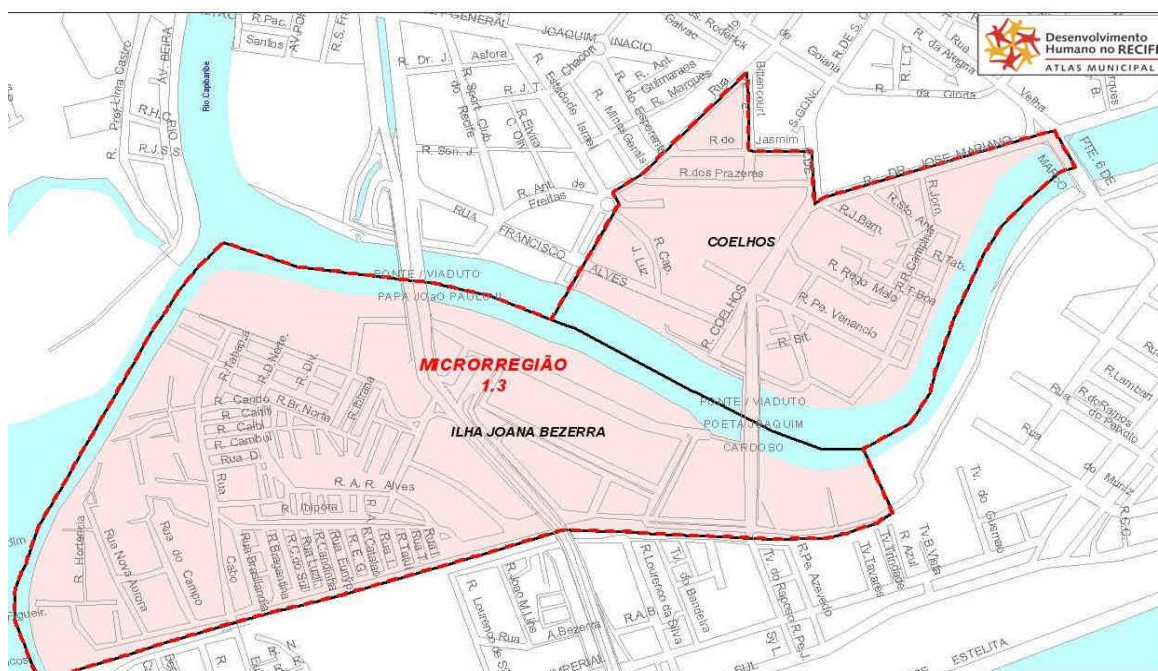


Figura 3: Mapa dos bairros de Ilha de Joana Bezerra e dos Coelhos. Fonte: RECIFE, Prefeitura et al. **Desenvolvimento Humano no Recife**: atlas municipal. Recife, 2005.

A imagem acima, reproduz em cartografia uma parte da RPA 1, que integra a região central da cidade do Recife. A escolha desse mapa, como do mapa a seguir, foram feitas justamente pela proposta do trabalho ao analisar a instalação dos primeiros conselhos tutelares, sendo o primeiro localizado nessa mesma região. Um recifense, um pernambucano que anda pela cidade, conhece e sabe da imagem construída negativamente desses bairros, no imaginário popular existe uma relação de marginalidade com esse espaço urbano, a própria produção cultural da cidade revela isso por meio de Chico Science, ao falar do Coque, comunidade localizada no bairro de Joana Bezerra.⁹⁷

Para fazer uma análise comparativa, iremos trazer o segundo mapa para ser analisado, deixando alguns dados para serem distribuídos em tabelas por seguinte, na tentativa de problematizar as relações de desigualdades dentro de um espaço urbano tão próximo, que se revela tão distante.

⁹⁷ Na música Banditismo por uma questão de classe, Chico Science & Nação Zumbi, evidenciam a violência na cidade, citando inclusive a comunidade do Coque, além disso, tomamos a Ilha de Joana Bezerra como Joana Bezerra, por ser localmente estabelecido e reproduzido o bairro como tal nome.

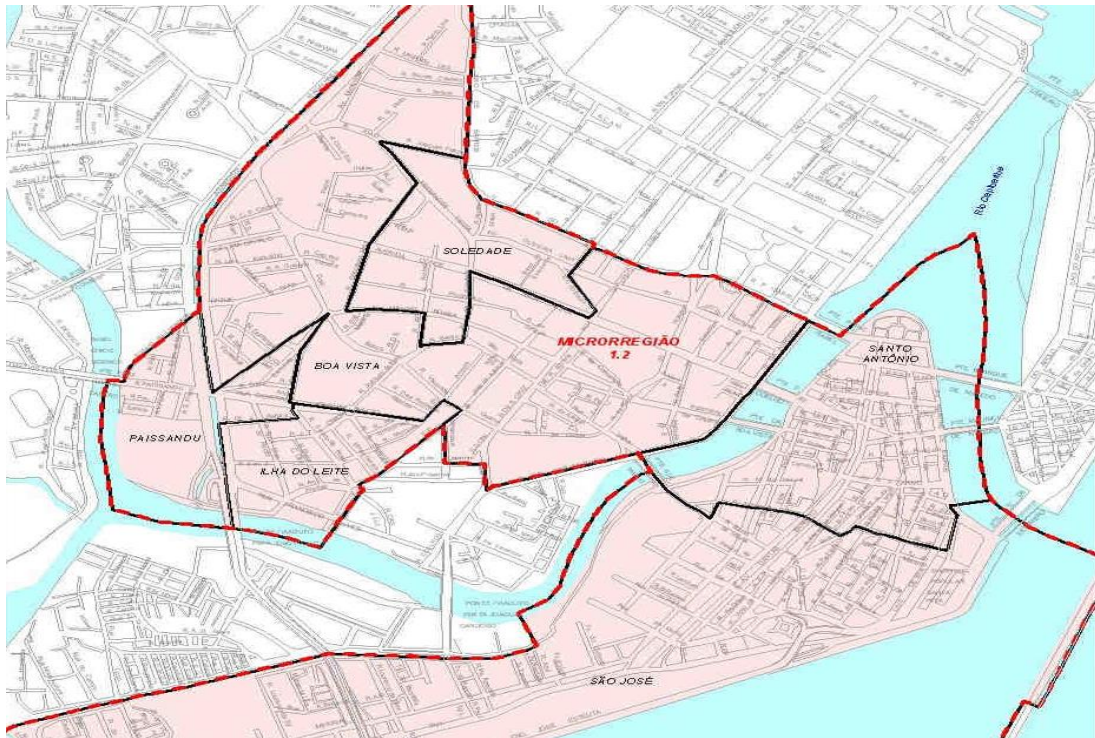


Figura 4: Mapa dos bairros de São José, Ilha do Leite e Paissandu, Fonte: RECIFE, Prefeitura et al. **Desenvolvimento Humano no Recife**: atlas municipal. Recife, 2005.

Analisando o segundo mapa, é visto como os bairros citados e utilizados como referência para a reflexão, antes de tudo, importante pontuar que esse quebra cabeça da segunda imagem é montado perfeitamente com a primeira cartografia, essa divisa territorial, serve para pensarmos que a primeira sede de atendimento do conselho tutelar foi justamente no bairro da Boa Vista, integrando essas comunidades e regiões supracitadas.

A proximidade dos bairros e a vizinhança deles, não significa que os moradores vivem a cidade da mesma maneira, nem tem o mesmo acesso aos serviços básicos da mesma forma. Com isso, as tabelas abaixo irão organizar as informações para uma leitura mais adequada desse abismo vizinho encontrado na formação social do Recife e a banalidade da desigualdade. Abaixo segue a tabela:

Tabela 3: Perfil Socioeconômico dos Bairros de Boa Vista, Ilha do Leite e Paissandu

BOA VISTA, ILHA DO LEITE E PAISSANDU	1991	2000
POPULAÇÃO TOTAL	18.845	15.523
POPULAÇÃO COM MENOS DE 15 ANOS	3.553	2.340
MORTALIDADE ATÉ 5 ANOS⁹⁸	24,0	19,9
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER	74,7	76,1
TAXA DE FECUNDIDADE	1,4	1,2
% DE ADOLESCENTES 15-17 ANOS COM FILHOS	0,0	3,2
% DE CRIANÇAS EM FAMÍLIAS COM RENDA INFERIOR A ½ SM	4,1	9,2
FREQUENTANDO A ESCOLA (7-14 ANOS)	93,2	98,3
RENDA PER CAPITA MÉDIA	807,1	868,6
PROPORÇÃO DE POBRES	3,0	4,0
ÁGUA ENCANADA	99,1	99,2
ENERGIA ELÉTRICA	100,0	100,0
COLETA DE LIXO	99,4	99,9

Tabela 3: Perfil Socioeconômico dos Bairros de Boa Vista, Ilha do Leite e Paissandu. Fonte: RECIFE, Prefeitura et al. **Desenvolvimento Humano no Recife:** atlas municipal. Recife, 2005. Software. Tabela produzida pelo autor, 2020

É relevante pontuar quais pontos são importantes e que serão levados em consideração para a análise da tabela acima e da seguinte. O primeiro aspecto é o comparativo feito entre os anos de 1991 e 2000, essa escolha metodológica se dá pelo recorte temporal presente na pesquisa, além de buscar na leitura da cidade por meio desses dados, como as crianças e adolescentes viviam o Recife logo após aprovação do Estatuto

⁹⁸ Proporção por 1000 nascidos vivos.

da Criança e do Adolescente, podendo comparar efetivamente a mesma localidade após uma década de efetivada a legislação.

O segundo aspecto para analisarmos a cidade por meio desses dados, dialoga com o debate cartográfico referente as desigualdades territoriais dentro de uma mesma cidade. Assim, além do deslocamento da análise por meio do recorte temporal, nos propomos pensar o Recife geograficamente ao passo que sua desigualdade se evidencia por meio das análises dos bairros e de suas regiões político-administrativas. Esse caminho é importante ser explícito, para pensarmos tanto o debate jurídico-epistêmico da efetividade do Estatuto na vida cotidiana, como a própria relação entre espaço urbano e direito humanos.

A tabela 3 se volta para os bairros de classe média e média-alta da Boa Vista, Ilha do Leite e Paissandu. Esses bairros têm destaque na década de 1990 quando se fala em Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, pois tinham números elevados em renda, em serviços básicos ofertados e baixo índice de pessoas em situação de pobreza. Todos esses aspectos são facilmente identificados na tabela, porém, algumas questões merecem serem fissuradas, a principal delas, volta-se para a vida de crianças e adolescentes.

É visto que a mortalidade infantil, problema amplamente vivenciado no Brasil durante todo o século XX e que tinha na região Nordeste os piores índices junto a região Norte, é diferentemente baixo nos bairros citados. Esse aspecto, tem relação com a situação social vivenciada por essa população, onde há famílias com emprego e renda per capita elevada, água encanada, coleta de lixo regular e uma expectativa de vida ao nascer, notadamente alta em comparativo com outros bairros. Em diálogo com a concepção de pobreza de Arretche, debatido anteriormente, as economistas Renata de Melo Caldas e Yony de Sá Barreto Sampaio, é preciso pensar a pobreza por meio da multidimensionalidade e das sobreposições.

Uma análise multidimensional da pobreza deve destacar isoladamente dimensões como a privação de alimentos, de acesso a serviços de saúde e a uma rede pública de ensino de qualidade, de acesso à rede d'água, entre outras, que se fazem presentes ainda em uma grande parcela da população brasileira[...], a pobreza também é caracterizada pela insuficiência de bem-estar, determinada por variáveis monetárias e não monetárias, como habitação, alfabetização, expectativa de vida etc., tornando inapropriados indicadores que utilizem unicamente a renda monetária como medida de bem-estar⁹⁹

⁹⁹ CALDAS, R. M.; SAMPAIO, Y.S.B.. **Pobreza no nordeste brasileiro: uma análise multidimensional**. Revista de Economia Contemporânea, v. 19, 2015, p. 76.

Antes de nos atermos a mais questões da primeira tabela, o movimento comparativo entre os bairros tornará o debate mais elucidativo e proporcionará uma leitura mais refinada dos dados dos bairros citados acima em detrimento da tabela seguinte.

Tabela 4: Perfil Socioeconômico dos Bairros de Joana Bezerra e São José

ILHA DE JOANA BEZERRA E SÃO JOSÉ	1991	2000
POPULAÇÃO TOTAL	13.826	16.013
POPULAÇÃO COM MENOS DE 15 ANOS	5.726	5.833
MORTALIDADE ATÉ 5 ANOS¹⁰⁰	90,5	72,2
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER	60,0	63,5
TAXA DE FECUNDIDADE	4,6	3,3
% DE ADOLESCENTES 15-17 ANOS COM FILHOS	10,4	30,2
% DE CRIANÇAS EM FAMÍLIAS COM RENDA INFERIOR A ½ SM	79,5	76,9
FREQUENTANDO A ESCOLA (7-14 ANOS)	72,3	93,4
RENDA PER CAPITA MÉDIA	72,4	86,2
PROPORÇÃO DE POBRES	69,4	66,2
ÁGUA ENCANADA	69,3	68,9
ENERGIA ELÉTRICA	99,9	100,0
COLETA DE LIXO	42,7	89,6

Tabela 4: Perfil Socioeconômico dos Bairros de Joana Bezerra e São José. Fonte: RECIFE, Prefeitura et al. **Desenvolvimento Humano no Recife:** atlas municipal. Recife, 2005. Software. Tabela produzida pelo autor, 2020.

Vemos na tabela acima a situação dos bairros da Ilha de Joana Bezerra e de São José, onde se analisado em comparativo com os bairros anteriores, fica evidente a

¹⁰⁰ Proporção por 1000 nascidos vivos.

desigualdade territorial da cidade do Recife. Deste modo, trilharemos o caminho comparativo para expor esse abismo e podermos analisar as possíveis mudanças entre os bairros e o período de uma década.

Em 1991 é visto uma taxa de mortalidade infantil de mais de 90 crianças mortas, um número absurdamente elevado e que se torna assustador quando comparado com o mesmo índice da tabela anterior, onde chega a 24 mortes por mil nascidos. Não podemos tratar essa diferença como algo menor do que se significa, pois não são só números, isso significa que nascer de um lado do viaduto possibilitava um bebê ter quase quatro vezes mais chances de viver do que do outro lado. Significa dizer, que várias crianças não puderam crescer por conta da desnutrição, por falta de acesso a um sistema de saúde satisfatório, por falta de estrutura sanitária adequada e tantos outros fatores que a desigualdade social incide.

A expectativa de vida ao nascer já revela muito sobre como era crescer nesses bairros, não passando de 60 anos de idade em 1991. Esse número se relaciona com outros dados, como a renda per capita, água encanada e coleta de lixo, por exemplo. Joana Bezerra e São José tinha em média uma renda que chegava a 72 reais¹⁰¹, em comparativo a outra tabela dos outros bairros da RPA 1, é visto um abismo de mais de dez vezes, dado que a renda média per capita era de 807 reais.

Quanto aos serviços básicos de água encanada e coleta de lixo, mais uma vez é vista a diferença abissal entre os bairros, sendo Joana Bezerra e São José com taxa de 69,3% das residências com água encanada e 42,7% com coleta de lixo de maneira regular, enquanto ao atravessar o viaduto Capitão Temudo ou o Joaquim Cardozo, o bem-estar social era notadamente maior, tendo 99,1% das residências água encanada e 99,4% com coleta de lixo, ou seja, quase universalizado o acesso a serviços que são basilares para vida em sociedade e para um desenvolvimento saudável da população.

A fronteira invisível se torna visível por meio das análises, o início da década foi marcado pela desigualdade social e territorial na cidade do Recife, a falta de estrutura urbana em determinados bairros incidiu diretamente na vida das crianças e adolescentes. O acesso a escola é outro dado importante, vemos que nos bairros mais periféricos da

¹⁰¹ O real tornou-se a moeda corrente no Brasil somente em 1994, substituindo o Cruzeiro Real, moeda provisória que substituiu anteriormente o Cruzeiro. Assim, o cálculo de valor e conversão foi feito pelo próprio software, com base no valor cambial no momento de implantação.

cidade somente 72% das crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos estavam matriculadas, enquanto nos bairros de classe média, o índice já havia chegado em 93%.

Como foi visto, em todos os índices a diferença entre os bairros era enorme, a vida das crianças e dos adolescentes de determinados lugares da cidade era muito mais difícil, os desafios eram outros para cada um. Quando falamos em renda, vimos a diferença entre os bairros e quando falamos de renda relacionados a essas crianças e adolescentes não poderia ser diferente, seguindo a tendência de desigualdade de mais de dez vezes de renda per capita, o percentual desses sujeitos em situação de miserabilidade, que seria fazer parte de famílias com renda mensal inferior a meio salário mínimo, Joana Bezerra e São José alcançam o assustador número de quase 80% nessa situação, em contraponto, Boa Vista, Ilha do Leite e Paissandu tem cerca de 4,1%, sendo somente 3% dos habitantes pobres, enquanto do outro lado dos viadutos, chegava a 69,4%.

De modo este, a cidade que por tantas vezes foi chamada de Cidade Anfíbia¹⁰², a qual Joaquim Cardozo chamou de “terra dos mangues”¹⁰³ e disse que ela tem olhos que viram e que continuam a ver o “progresso”, não vê a desigualdade que nega direitos as crianças e adolescentes. A cidade que aparenta ter um olhar seletivo para as questões norteadoras do debate público e do interesse político, que tem como preferência para sanar o problema da pobreza a destruição de moradias populares, aterramento de manguezais para grandes obras e a partir disso, emergir a narrativa de geração de empregos.

Porém, as duas tabelas trazem um paralelo extremamente pertinente para o trabalho, pois além de trazer o panorama do início da década proporciona lermos as possíveis mudanças em uma década inteira, sendo ela, a primeira de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dessa forma, na tabela 3 “Perfil Socioeconômico dos Bairros de Boa Vista, Ilha do Leite e Paissandu” é visto que de 1991 para 2000 houve uma diminuição da população de crianças e adolescentes nos bairros, além da redução de mortalidade infantil que já era baixa para aquele período histórico e também o aumento da expectativa de vida que já era quinze anos maior em comparativo aos bairros de Joana Bezerra e São José.

¹⁰² Josué de Castro, geógrafo pernambucano que ao escrever sobre a cidade, resgatava os termos cunhados poeticamente para problematizar a realidade social vivenciada, o mesmo faz isso em *Homens e Caranguejos*, de 1967 e em *Fatores de Localização da Cidade do Recife: Um ensaio de geografia urbana*, de 1948.

¹⁰³ CARDOZO, Joaquim. **Joaquim Cardozo: poesia completa e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007.

Além desses aspectos, é visto que o percentual de crianças e adolescentes que viviam em famílias com situação de vulnerabilidade econômica grave mais que dobrou, passou de 4,1% para 9,2%, situação que merece destaque, dado que quando posto em comparativo com os bairros com piores índices, houve uma redução de 79,5% para 76,9%. A redução é notadamente tímida e muito pequena, mais de 75% da população de crianças e adolescentes continuaram vivendo em situação de miserabilidade, com grave condição de desnutrição e acesso a bem-estar social. Nesse ponto, cabe a reflexão de que qualquer sujeito que saiu de situação de fome é um avanço e significativo, porém, socialmente é abaixo do esperado, uma grande capital brasileira passou uma década para reduzir 3% um índice tão grave quanto esse, e a questão do artigo 227 da constituição que preza e determina a prioridade absoluta de crianças e adolescentes, expõe as contradições do projeto de sociedade posto em prática.

Vemos nos bairros de Joana Bezerra e São José um avanço muito grande quando falamos de acesso à educação. De 1991 para 2000 houve um salto de mais de 20% de crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos matriculados na escola, o índice que era de 72,3% passou para 93,4%. Esse dado é imprescindível para os debates do terceiro capítulo da dissertação, pois muito se relaciona com os relatos trazidos pelos conselheiros tutelares da cidade quanto as atuações durante os anos de 1996 a 1999.

Todavia, o acesso à educação é um dos pilares para medir o desenvolvimento humano de uma cidade ou de um bairro, a qualidade de vida passa diretamente pela oferta dos serviços básicos, dentre eles, escola pública, gratuita e de qualidade. Além disso, é visto o avanço significativo de outro serviço essencial para dignidade humana e convívio social, a coleta de lixo regular que era de 42% mais do que dobrou para 89,6%, número bem abaixo dos bairros da tabela 3, que era de 99,4 e passou para 99,9, ou seja, quase universalizado.

Por fim, a renda, a proporção de pobres e o acesso a água encanada, foram números que deixaram o amargo da falta de desenvolvimento social dos bairros periféricos. Em 2000, somente 68% da população de São José e Joana Bezerra podia abrir suas torneiras e ter água encanada, enquanto a renda per capita que era 72 reais passou para 86, se levado em consideração que a inflação anual média foi de 499,2% segundo a FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, o aumento não foi real, foi muito abaixo do custo de vida cotidiano. Assim, a proporção de pobres continuou enorme nos bairros, sendo reduzido em somente 3% durante toda a década de 1990.

A poética do Recife de outrora encontra espaço para sobreviver em meio a desigualdade, a beleza do rio das capivaras¹⁰⁴ existe misturada com as palafitas nos braços de mar e do próprio rio. A ideia de um rio que se mistura com a água salgada do mar e forma a conhecida “água salobra”, é uma analogia para pensarmos o desenvolvimento do Recife do final do Século XX.

O Recife que destrói e repele as classes populares, a qual Sidney Chalhoub, vai teorizar pensando no Rio de Janeiro do fim do XIX e no processo civilizador que continua no decorrer do século XX, pode ser facilmente utilizado para analisarmos as grandes cidades brasileiras, incluindo o Recife e seu tratamento com as chamadas classes perigosas¹⁰⁵, pondo-as em espaços periféricos do perímetro urbano e conseqüentemente dos serviços básicos ofertados pelo Estado, no intuito de edificar uma nova ordem de funcionamento citadino, onde a circularidade de determinados sujeitos não deveriam ocorrer nos centros e nos espaços que se tornaram posteriormente bairros de classe média e de classe média alta.

Durante os trabalhos realizados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE, foi constatado a maneira que a imprensa local se referia as crianças e adolescentes da cidade do Recife, matérias que reproduziam a perspectiva do menorismo ainda se faziam presentes. Crianças e adolescente pobres, oriundos de bairros periféricos continuavam a serem chamados de “menores”, ao passo onde matérias que abordavam o lazer, a cultura e o esporte realizados entre crianças e adolescentes, o termo desaparecia e fazia emergir a ideia de infância. O *Diario de Pernambuco* foi o periódico mais analisado e diante disso percebemos como o aspecto da classe e da cor era determinante na forma de tratamento dos sujeitos, além do gênero ser um fator estruturante da veiculação de notícias referentes as crianças e adolescentes.

Por seguinte também foi possível analisar o periódico *Jornal do Commercio*, quando nos atemos aos anos de 1990 e 1991, o qual é marcado pela aprovação do Estatuto e por ser o primeiro ano em vigor respectivamente, é visto o constante retrato da violência urbana contra crianças e adolescentes. Em comparativo com *Diario de Pernambuco*, são encontradas mais notícias referentes a mortes e violência física contra esses sujeitos. Em

¹⁰⁴ Capibaribe, significa em Tupi, no Rio das capivaras. Junção dos termos Kapibara (Capivara), y (água, rio) e pe (em).

¹⁰⁵ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

setembro desse ano, há uma série de matérias de cunho denunciativo de mortes violentas para poder vincular a CPI dos menores que seria realizada em 1991.



Figura 5: **Matança de menores vai ser apurada no Recife**. JORNAL DO COMMERCIO, Recife, 7 de setembro 1991. Acervo: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

A matéria intitulada “*Matança de menores vai ser apurada no Recife*”, aponta que na década anterior mais de 1.300 criança e adolescentes haviam sido assassinadas no Recife e no Estado de Pernambuco. Nos cinco primeiros meses daquele ano, 76 crianças e/ou adolescentes haviam sido exterminados, o uso do termo pelo jornal, se vale da própria nomenclatura da CPI, baseado na morte sistemática desses sujeitos por grupos de extermínios¹⁰⁶ na região.

Dessa forma, o período de redemocratização, dado a perspectiva da década de 1990, representa um momento de busca por estabilidade dos processos democráticos, é

¹⁰⁶ De acordo com relatório final da comissão parlamentar de inquérito do extermínio no nordeste, datado de 2005, grupos de extermínios são caracterizados por: uma hierarquia estrutural; planejamento de natureza empresarial; claros objetivos ideológicos, alguns, ou de lucros; recrutamento de pessoas; tendência a durar muito na sua atividade, anos e anos praticando esse tipo de violência; divisão funcional das atividades; conexão estrutural ou funcional com o Poder Público, fundamental para qualquer organização criminosa; oferta de serviços sociais como, por exemplo, o afastamento de indivíduos indesejáveis numa determinada área; divisão territorial das atividades; alto poder de intimidação; e conexão local, nacional e até mesmo internacional com outras organizações. Para mais, ver: CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste**. Brasília, p.1-596, 2005. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/52-legislatura/cpiextermínio/reatoriointermediário/relatoriofinal.pdf>>. Acesso em: 03/03/2020.

mercado por avanço do neoliberalismo e de cortes nas políticas sociais previstas na constituição e no Estatuto, entraves no que diz respeito a implementação das políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes e manutenção de aspectos de outrora.

Os periódicos são marcados por matérias de crianças e adolescentes como objetos de intervenção, não protagonistas. A manutenção do menorismo como estrutura para relação com as crianças e adolescentes, se revelam não só no uso dos termos, mas a invisibilização desses sujeitos como agentes de sí, de mudanças da sociedade relacionados a ações dos mesmos, as constantes matérias não só denunciativas de violência contra a vida deles, mas a referência ao potencial perigoso encontrados em tantas notícias. Assim, a cartografia de circularidade almejada para entendermos a dinâmica social desses sujeitos na cidade, fica a cargo das violências expostas contra eles ou cometidas por eles, segundo os periódicos.

Nesse sentido, pensamos a cidade como parte de um cenário político, econômico e social que não necessariamente era somente local, porém, as especificidades foram debatidas no decorrer do capítulo, nos propondo na continuidade, abordar as políticas quanto as crianças e adolescentes e a formulação de uma nova relação entre Estado – infantes, agora vistos como sujeitos de direitos, questão cara ao trabalho, que merece ser problematizada.

SEGUNDO CAPÍTULO

SUJEITOS DE DIREITOS? OS CONSELHOS TUTELARES E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COMO QUESTÕES PARA ANÁLISE HISTÓRICA

Temos de dizer basta! Não podemos continuar a ser o Brasil das carências inaceitáveis e desumanas que afetam nossas crianças. Não podemos ser o Brasil dos <pixotes> [...] Vamos enfrentar o problema com determinação, com energia. Até hoje, pouco se fez. As iniciativas empreendidas foram sempre pequenas e inexpressivas diante da magnitude do drama. Pouco ou nada, nesse quadro. É preciso mudar, mudar muito. Por isso estou convocando a Nação, cada brasileiro, a engajar-se de corpo e alma na luta pela criança. Precisamos de todos: do cidadão, das famílias, da igreja e organizações religiosas, dos empresários, dos trabalhadores, dos partidos políticos, dos organismos representativos da sociedade, dos veículos de comunicação. O Brasil, enfim, tem de se conscientizar de que ou salvam-se as crianças ou perde-se o País.¹⁰⁷

O discurso de Collor acima, datado de maio de 1990 alude a um momento de disposição das forças políticas e de efervescência social que ganha corpo no final da década de 1980, para a mudança de um panorama negativo e de violação as crianças e adolescentes, o qual não era exclusividade daquele momento histórico. Esse ano é o marco temporal do redimensionamento jurídico e legislativo as infâncias, mais do que uma normativa, partimos da perspectiva que a aprovação do Estatuto, assume contornos de novas formas do Estado enxergar esses sujeitos.

¹⁰⁷ BRASIL, Biblioteca da Presidência da República. **Discurso Reunião Ministerial da criança**. Brasília, 31 de maio de 1990. Documento disponível na Biblioteca Digital da Presidência da República, discurso proferido pelo então presidente, Fernando Collor de Melo.

Dessa maneira, o presente capítulo objetiva historicizar a aprovação do Estatuto, buscando compreender o que estava sendo gestado naquele momento, quais os interesses e o que significava o reordenamento da relação do Estado com os infantes, estabelecendo um novo paradigma em detrimento do que foi posto desde o Código de Menores de 1927, saíamos do menorismo, para a Era dos Direitos, onde as crianças e os adolescentes passaram a serem vistos como Sujeitos de Direitos.

Tornar-se sujeito de direitos significa ter direito jurídico como indivíduo titular dos mesmos, não mais algo a ser repassado a criança ou adolescente, como uma espécie de concessão. Assim, o principal fator é deixar de ser um objeto passivo do Estado, uma extensão corpórea dos seus pais ou adultos que são responsáveis legais. Desse modo, a criança tem direito como sujeito desde sua concepção ao seu crescimento, prevendo a sua condição especial de desenvolvimento. Pensar esse conceito, tornar-se possível ao relacionar com a epistemologia que baseia o Estatuto da Criança e do Adolescente, a proteção integral, segundo o jurista Munir Cury:

A proteção integral tem como fundamento a concepção de que as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, frente à família, à sociedade e ao Estado. Rompe com a idéia de que sejam simples objetos de intervenção no mundo adulto, colocando-os como titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoas em processo de desenvolvimento.¹⁰⁸

Nesse cenário, novas instituições e órgãos foram criados, previstos no Estatuto e que iriam compor a rede de proteção e de garantia, dentre essas instituições, o conselho tutelar e o conselho de direito, portanto, o segundo objetivo do presente capítulo é analisar quais caminhos eram pensados para a atuação das mesmas, assim como, tensionar a função social empregada aos dois órgãos, deslocando a discussão para Recife e Pernambuco.

¹⁰⁸ CURY, Munir. **Estatuto da Criança e do Adolescente anotado**. 3ªed. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2002, p. 21.

2.1 Paradigma rompido? O Estatuto da Criança e do Adolescente e as potenciais construções de uma nova política

Como dito na introdução, o caminho percorrido até a chegada de uma política e legislação mais humanizada, passou antes pelo controle e cerceamento que deixaram marcas nas representações sociais relacionadas as infâncias, visto a carga simbólica que carrega a expressão “menor” ainda hoje na contemporaneidade. Assim, o marco legal da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, traz consigo não só um aparato legal com uma rede de proteção a esses sujeitos, mas vem a necessidade de atuar para promover o conhecimento e discussão sobre assuntos relacionados a proteção e as suas condições específicas. De acordo com Frontana:

A história da criança brasileira está relacionada às maneiras de ver, aos sentimentos e às atitudes que a sociedade, ao longo dos tempos, produziu e reproduziu em relação a infância. O desafio de escrevê-la consiste, justamente, em reconstituir os papéis sociais desempenhados pela infância e pela adolescência nos diversos momentos políticos, sociais, econômicos e culturais vividos pela sociedade brasileira, procurando compreender as formas peculiares de sua inserção nesses contextos históricos globais.¹⁰⁹

Isto posto, o Estatuto não está dissociado da materialidade e da dinâmica social vivida no início da redemocratização brasileira, ele se insere em um cenário mais amplo de busca pela efetivação da democracia e do acesso a cidadania aos indivíduos e aos grupos sociais. Isabel Frontana evidencia que a dificuldade em historicizar as infâncias é não cometer o erro de segregar e compartimentalizar a vida em dois mundos, o mundo dos adultos e o mundo dos infantes, como se as representações do que ser criança e adolescente no Brasil nos anos de 1990 por exemplo, não se relacionasse com a materialidade econômica do neoliberalismo que ganhava força e com a trajetória de negações e consequente desigualdade social e regional no país.

A aprovação do Estatuto, foi sendo construída ainda em meados da década anterior, com a mobilização social e pressão aos deputados, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR. Segundo Miranda¹¹⁰, o final da década de 1980 é marcado pela articulação do movimento para construção de ações sistemáticas, visando que as crianças e os adolescentes conseguissem tornar-se protagonistas da militância,

¹⁰⁹ FRONTANA, Isabel. **Crianças e Adolescentes: nas ruas de São Paulo**. São Paulo: Edições Loyola, 1999. P. 20

¹¹⁰ MIRANDA, Humberto da Silva. **Entre ruas e praças: a trajetória do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Recife (1980)**. XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015.

sendo nos níveis locais, ou seja, no nosso caso a cidade do Recife, como o diálogo para o cenário nacional.

A atuação do MNMMR, ia de encontro com as políticas estabelecidas pelo Estado, destarte, a formação de um corpo político de crianças e adolescentes culminaram em um movimento social que tecia críticas ao sistema FEBEM e FUNABEM, sendo realizado o I Encontro Nacional em 1986 e o II Encontro Nacional em 1989, o qual é marcado pela entrada das crianças e dos adolescentes no plenário do congresso, votando simbolicamente a aprovação do Estatuto e fazendo denúncias das violações tão naturalizadas pela sociedade. Segundo a pesquisadora Márcia Guedes Vieira¹¹¹, a denúncia do extermínio da juventude foi o principal foco das falas do MNMMR no plenário, evidenciando o papel que o Estado tinha na banalização da violência ao longo dos anos.

Os direitos humanos das crianças e dos adolescentes, era a bandeira maior do MNMMR e das entidades que estavam em defesa do fim das FEBEMs, desse modo, se faz importante destacar que a Política de Bem-Estar do Menor tinha seus alicerces fundamentados na repressão, no atendimento correccional, na coerção por meio da força, onde maus tratos eram constantemente noticiados. Assim, o historiador Solon Eduardo Annes Viola¹¹², ao discutir sobre a formação dos direitos humanos no Brasil, afirma que não seria possível essa pauta ser integrada a vida política, senão por meio dos movimentos sociais, os quais apesar do período de autoritarismo vigente, conseguiu reorganizar-se pela redemocratização.

Com a frase “Criança prioridade nacional”, o corpo político formado tornou-se um dos protagonistas dessa luta encampada pelo reordenamento da relação Estado – Crianças, no entanto, segundo a historiadora Silvia Arend, o debate em torno dessa temática não era exclusividade brasileira. A Organização das Nações Unidas começou a gestar ainda em 1978, uma normativa que levasse em consideração a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e a Declaração dos Direitos das Crianças de 1959.

Nesta normativa internacional encontramos expressos os direitos humanos de alcance homogêneo, ou seja, que são preconizados para a população em geral independente da faixa etária e aqueles de alcance heterogêneo, que são

¹¹¹VIEIRA, Márcia Guedes. Os direitos das crianças e dos adolescentes são direitos humanos. In: MOSER, Claudio e REICH, Daniel (Org.). **Direitos Humanos no Brasil: diagnósticos e perspectivas**. Coletânea CERIS, Ano 1, n. 1, Rio de Janeiro: CERIS/MAUAD, 2003. P. 295 – 233.

¹¹²VIOLA, S. E. A.. **Direitos Humanos e Democracia no Brasil**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008.

específicos para os considerados menores de idade. Os princípios jurídicos dos direitos homogêneos reafirmados durante a infância são os seguintes: a igualdade, a compreensão, o desenvolvimento, a liberdade, a dignidade e a integridade física, mental e moral.¹¹³

Essa normativa vai estabelecer em 1989 alguns direitos que vão ser base para a estrutura do Estatuto, dentre eles, teremos o direito à alimentação, educação, saúde e nacionalidade, além da convivência familiar, proteção e prioridade de socorro. Arend, apesar de ter como objetivo, tensionar a relação da lei com o trabalho de crianças e adolescentes, infere como o cenário internacional vai interferir e também compor o que seria feito com a aprovação no ano seguinte, para a historiadora, o que se fala oficialmente é que a estruturação da lei, foi fruto dos debates entre os operadores do direito, influenciados pelo momento de redemocratização, porém, é evidenciado a proximidade da proposta brasileira aprovada com o que foi definido na Convenção sobre os Direitos da Criança no ano anterior, coincidindo com a maior mobilização nacional de crianças até aquele presente vivido.

Com isso, partimos da perspectiva que a escrita do Estatuto e a sua aprovação é fruto de uma trama repleta de camadas e sujeitos, o que é evidenciado no decorrer do trabalho. Tendo como base teórica o diálogo entre História do Tempo Presente e a História Social, partimos da reflexão histórica que intercruza as temporalidades, possibilitando abrir níveis de compreensão dos processos que não singularizem as ações e os desdobramentos.

Nesse sentido, teorizar acerca da temporalidade e sobre o tempo presente é uma tarefa passível de desencontros, onde o historiador adentra em um labirinto de abordagens e tentativas de definições que não possibilitem deixar evidente ao leitor o seu caminho e suas escolhas teóricas e metodológicas. Portanto, é importante demarcar que pensamos o tempo presente a partir de Koselleck, conceituando como o condensamento entre o passado experienciado e o futuro projetado. Assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente é pensado nesse limiar, em que a construção da legislação é fruto desse momento histórico, onde há uma identidade temporal que se relaciona com os debates políticos e sociais.

A historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto, contribui ao problematizar como os historiadores podem lidar com a temporalidade do presente nas suas pesquisas,

¹¹³ARENDA, S. M. F.. **Convenção sobre os Direitos da Criança: em debate o labor infantojuvenil (1978 - 1989)**. Tempo e Argumento, v. 7, 2015. P. 33

afirmando que o caminho do Tempo Presente não pode ser o engendramento e a homogeneização, características comuns a historiografia mais clássica e de fundamentação positivista. As tramas contemporâneas não permitem que a complexidade da materialidade vivida, seja reduzida a uma ideia de verdade. Sobre isso, a autora afirma:

Situados cada vez mais no âmbito desse debate, muitos historiadores operam com uma concepção de passado que não se situa “fora do presente”, na perspectiva pensada por Koselleck, ao afirmar que todas as histórias são histórias do tempo presente (vistas no presente que se dissolve e/ou no presente que condensa...), entendendo que isso também significa imprimir uma dimensão mais dilatada à história do tempo presente.¹¹⁴

Ao passo que as histórias se diluem, dissolvem-se, também podem se condensar, esse ponto consideramos crucial para a presente pesquisa. No decorrer de boa parte do século XX, condensou-se e até certo ponto cristalizou-se a ideia de uma infância única, em que todos os indivíduos viviam a infância da mesma maneira, assim como, quase que antagônico a isso mais em um processo de sincronia, a perspectiva que criança pobre era menor e potencialmente perigosa a sociedade. Esse movimento um tanto que paradoxal, pôs as crianças em situação de empobrecimento e de vulnerabilidades, em sua maioria pretas, oriundas de bairros populares e com famílias pobres, havendo diferenças nas violações de direitos quando tratava-se de meninas, aspecto Oesse que será debatido e explorado no terceiro capítulo do trabalho.

Da mesma forma que somos contemporâneos a uma legislação que é vista como garantidora de direitos, que torna as crianças e adolescentes sujeitos de direitos, somos contemporâneos as mais diversas naturalizações da institucionalização desses sujeitos. Além disso, discussões ocorridas na década de 1990, se fazem presentes nos dias vividos hoje, como a própria maioridade penal, que foi mantido pelo Estatuto nos 18 anos, mas que foi alvo de críticas de muitos juristas, que mesmo após aprovação, continuaram a luta para redução, como visto no *Diario de Pernambuco*:

A maioria dos juízes do País é favorável a fixar em dezesseis anos de idade o início de responsabilidade penal e contrária à presença obrigatória de advogados em todos os processos. [...] Em relação a maioridade, 72,5% dos juízes de primeiro grau (titulares de varas e comarcas) e 73,6 % dos juízes de segundo grau (desembargadores de tribunais) são favoráveis à redução dos dezoito para os dezesseis anos. Entre os ministros (integrantes de tribunais

¹¹⁴GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz.. História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica. In: DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. (Org.). **História do tempo presente**. 1ºEd.Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014, v. 1, p. 37

superiores), em atividade e inativos, o percentual sobe para 77,6%.¹¹⁵

Contudo, perceber que o Estatuto apesar de ter sido utilizado como uma plataforma para o então presidente Collor, não era unanimidade quanto ao seu formato, alude os diversos entraves que foram sendo construídos ao longo dos anos para a aplicabilidade do mesmo. O caminho traçado pela nova legislação ia de encontro ao paradigma da doutrina da situação irregular, que determinava:

I - até dezoito anos de idade, que se encontrem em situação irregular;
II - entre dezoito e vinte e um anos, nos casos expressos em lei. Parágrafo único
- As medidas de caráter preventivo aplicam-se a todo menor de dezoito anos, independentemente de sua situação.

Art. 2º Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; /

III - em perigo moral, devido a:

a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI - autor de infração penal.¹¹⁶

Essas determinações do Código de Menores de 1979, possibilitava a institucionalização de crianças e adolescentes que estivessem vivenciando diversas maneiras de negações e violações. Partindo das contribuições de Irene Rizzini, essa legislação serviu para a segregação jurídica e social entre os infantes, os oriundos de famílias mais estáveis economicamente estavam livres para viver o que era visto como infância, os que pudessem serem vistos em alguma das situações descritas no Código

¹¹⁵DIÁRIO DE PERNAMBUCO, **Magistrados são favoráveis à maioria penal aos 16 anos**. Recife, 19 de junho de 1996. Vida Urbana. Acervo: APEJE

¹¹⁶BRASIL. Lei N. 6.697. **Código de Menores**. Brasília, 12 de outubro de 1979.

acima, era passível da institucionalização. Segundo a autora, esse caminho punitivo visava corrigir um problema que era visto como familiar, ignorando os fatores sociais e econômicos que margeavam a vida das famílias das classes populares.¹¹⁷

No final do ano de 2018, houve o I Encontro dos Idealizadores do Estatuto da Criança e do Adolescente, realizado em Moreno, município da Região Metropolitana do Recife. Algumas entrevistas foram realizadas no Encontro, sendo documentadas as narrativas de memórias de diversos sujeitos que foram sujeitos ativos na construção do Estatuto e de políticas empreendidas entre os anos de 1980 e 1990. Em entrevista realizada com Olga Câmara, delegada da Polícia Civil de Pernambuco e que atuou na DPCA na década seguinte, registram-se memórias importantes para compreender como se deu o processo de reorganização das forças policiais e de repressão na relação com os infantes.

A delegada afirma que a polícia não via na criança e no adolescente, também chamado de menor, sujeito a ser protegido, mas sim, sujeito a ser punido. O via institucionalmente como o agressor e violador, não alvo de violências.

Eu fui convidada pelo movimento civil, pelas unidades governamentais que trabalharam com a criança e o adolescente, por conhecerem meu perfil, combatendo na minha polícia, vamos dizer assim, qualquer tipo de violência contra a criança e do adolescente, porque só existia delegacia de infratores, não existia delegacia de combate a violência a criança e ao adolescente e quando fui ser diretora da unidade de infratores, eu vi que 90% daqueles meninos eram vítimas de violência e não autores.¹¹⁸

Assim, sob a premissa da doutrina da situação irregular que vigorava antes do Estatuto, é evidenciada pela delegada o alto índice de sujeitos que eram institucionalizados e passavam pelo sistema de justiça sem ao menos terem cometido infrações. Olga, em seus anos como policial civil, pôde visualizar a estrutura da polícia de menores que tinha membros que não eram policiais, advindos de um período não democrático das décadas de 1970 e 1980, atuavam como os antigos comissários de menores, mas com “carteirinha” de policial, segundo termos da delegada.

Independente das críticas que possam vir a serem tecidas na contemporaneidade pelos sociólogos, juristas, antropólogos e quaisquer áreas do conhecimento que se volte

¹¹⁷ RIZINNI, Irene. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZINNI, Irene (orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 98.

¹¹⁸ Entrevista com Olga Câmara. Realizada em Moreno, em 08 de agosto de 2018. Entrevistador: Humberto Miranda, Vera Braga. Transcrição: Equipe LAHIN.

a analisar o Estado, a polícia e a relação com as crianças e adolescentes quanto ao que se tornou a Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente – GPCA hoje, antiga DPCA. Naquele momento significava mudança, uma ruptura com a forma que a polícia lidava com os infantes. Olga endossa em seu relato que o Estatuto vir a ser promulgado não significou de imediato uma mudança, foi algo que já vinha sendo gestado e que continuou a ser construído.

A polícia de menores, ela era híbrida por que eram os antigos comissários de menores, que trabalhavam no juizado da infância e eles eram muito autoridade, eles faziam e desfaziam, mas eles não tinham o preparo técnico para isso. [...] Eles tinham a carteirinha de polícia de menores, dando direito a porte de arma, dando direito de “polícia”, status de “polícia”, mas lá eles não eram polícia.¹¹⁹

Essa leitura de Olga, possibilita pensarmos as permanências que foram sendo encontradas ainda do Código de 1927 e de 1979 nas instituições. Construir uma nova legislação foi um desafio que envolveu diversos sujeitos, desde a formação de um corpo político na sociedade civil, representado pelo MNMMR, as Organizações não governamentais – ONG’s , juristas, sociólogos, assistentes sociais e várias outras instâncias. Outro indivíduo importante nesse momento, também teve seus relatos orais registradas na mesma ocasião. Foi o Antônio Fernando do Amaral e Silva, um desembargador e ex-presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que teve seu papel reconhecido pela Governo Federal por contribuir com a redação do Estatuto, recebendo o prêmio de Direitos Humanos do ano de 1997 outorgado pela Presidência da República, ocupado pelo FHC no período.¹²⁰

Nos relatos de Amaral e Silva, ele destaca o que era visto como *Direito do Menor*, na verdade não era fundamentado em Ciência Jurídica e tão pouco na leitura das realidades brasileiras. A perspectiva de redemocratização do país, de uma nova constituição federal e reordenamento das instituições sob valores democráticos e participativos, possibilitou que ele pudesse tecer críticas à forma como se pensava os direitos dos infantes, tornando-se um dos protagonistas no processo de mudança de paradigma que o Estatuto viria a cargo.

Eu comecei a estudar e cheguei à conclusão que esse direito do menor era um... teratologia. Não tinha um embasamento científico, não tinha embasamento

¹¹⁹ Entrevista com Olga Câmara. Realizada em Moreno, em 08 de agosto de 2018. Entrevistador: Humberto Miranda, Vera Braga. Transcrição: Equipe LAHIN.

¹²⁰ O prêmio de Direitos Humanos foi criado em 1995 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo Decreto nº 9.331. Sendo premiado no ano de 1997 na categoria livre pela sua contribuição na redação do Estatuto. Ver: MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Antônio Fernando do Amaral e Silva**. 2020.

doutrinário. Era baseado em pressupostos assim arbitrariamente imaginados no sentido de proteger, se proteger do menor. [...] Com base no Direito comecei a ver então teratologias, monstruosidades. E comecei a fazer uma crítica ao então Direito do Menor, dizendo que de Direito aquilo não tinha nada. Não tinha nada a ver com Direito e com ciência. Aquilo eram normas que eram anti-jurídicas se você analisasse cientificamente.¹²¹

As críticas endossadas pelo ex-desembargador, incidem principalmente sobre como o Estado lidava com as diversas realidades de uma mesma forma, judicializando, assim, o mesmo afirma:

Eles tinham que ser objeto da tutela, da proteção... E quando cometiam algum ato antissocial, praticavam uma conduta irregular. Então, como se dava assim, estando numa situação irregular, o menor privado dos seus direitos, o menor que tivesse com dificuldades de sobrevivência, carência, dos pais, dos responsáveis. Ele estava numa situação irregular que o Estado tinha que interferir com a medida de... pedagógica, nem se dizia pedagógica... era uma denominação que eles usavam na medicina... uma medida terapêutica. Então o juiz aplicava as medidas terapêuticas. Isso não tem nada a ver com justiça.¹²²

Visto isso, as memórias de Amaral e Silva, trazem contribuições quanto a forma que foi feita a redação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Quando se pensa em uma legislação, as narrativas que mais destacam-se são as de sujeitos ligados a institucionalidade política. Assim, nomes de deputados estaduais, federais, nomes ligados ao poder executivo são os principais a serem lembrados. Porém, como dito anteriormente, o Estatuto foi possibilitado por meio da participação de diversos segmentos da sociedade e sujeitos, a sociedade civil teve papel preponderante nesse processo.

Antes mesmo da aprovação e entrar em vigor em 1990, o artigo 227 da Constituição Federal, deu base legal para esse novo dispositivo. Segundo Amaral e Silva, o fator mais importante desse artigo, foi promover o infante não mais como sujeito que merece e deve ser protegido, não mais “objeto de proteção”, mas sim, sujeito de direito. A redação do artigo foi feita com a contribuição dele, o qual foi convidado para colaborar com a sociedade civil no processo de formulação do Estatuto.

Na complexidade que é esse dispositivo, é previsto o direito a saúde, educação, assistência social, convivência familiar, entre outros aspectos. Contudo, a participação de profissionais de várias áreas se fez imprescindível, para além de encontrar as melhores alternativas embasadas em pesquisas e ciência, ter legitimidade para a sociedade.

¹²¹ Entrevista com Antônio Fernando do Amaral e Silva. Realizada em Moreno, em 09 de agosto de 2018. Entrevistador: Humberto Miranda, Vera Braga. Transcrição: Equipe LAHIN.

¹²² **Ibid.**

Fui pra comissão da sociedade civil e depois fui nomeado pelo Ministério da Justiça para participar da comissão elaboradora de uma nova legislação. Essa comissão composta por juízes de menores, que pensavam de formas diferentes; e outros membros da comissão concluiu o seu trabalho sem chegar a conclusão alguma e aí prevaleceu a proposta da sociedade civil, que hoje em dia é o Estatuto da Criança e do Adolescente. Então quais seriam as fontes do Estatuto da Criança e do Adolescente? A parte de respeito ao direito à saúde foram os médicos que colaboraram trazendo as suas sugestões e nós, então, fazíamos uma triagem disso. A questão da assistência social eram as assistentes sociais que traziam a contribuição. A questão jurídica, os juízes, E aí saiu o Estatuto da Criança e do Adolescente. Uma lei com legitimidade, porque era uma lei baseada em aspirações e desejos daqueles que conviviam com a realidade social, por isso que é uma lei com legitimidade.¹²³

Nas memórias dos dois sujeitos acima, oriundos de lugares diferentes e com uma atuação diferente nesse processo, se inter cruzam críticas à forma como o Estado via os infantes, majoritariamente como violadores, não como violados. Amaral e Silva ainda traz uma questão importante para o debate que será feito posteriormente sobre a tutela. O mesmo problematiza a ideia da infância empobrecida estar nas mãos do Estado, sempre a serem tutelados, numa perspectiva de proteção que por muito tempo não acontecia e que não era visível a forma que isso seria conseguido. “Mas o que me chamou atenção, sempre e até hoje chama é que esse direito se preocupava muito com a tutela, com a proteção. Então tudo era a tutela e a proteção. Na verdade, uma odiosa opressão.”¹²⁴

Segundo relato do ex-desembargador, opressão ao ponto em que essa proteção e tutela, possibilitava o Estado por essas crianças e adolescentes em uma *Situação Irregular*, igualando os problemas e pondo os mesmos em uma mesma forma de tratar. Assim, a criança que não tinha o que comer e uma criança que praticava um ato infracional equivalente ao roubo, estavam sob a mesma maneira de resolução e de tratamento.

O Estatuto estabelece uma nova premissa, a doutrina da proteção integral, baseando-se como dito anteriormente, no que foi construído em 1989 pela ONU, a construção da nova legislação que teve sua base constitucional já iniciada em 1988, com o artigo 227.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade

¹²³ Entrevista com Antônio Fernando do Amaral e Silva. Realizada em Moreno, em 9 de agosto de 2018. Entrevistador: Humberto Miranda, Vera Braga. Transcrição: Equipe LAHIN.

¹²⁴ **Ibid.**

e opressão (Art. 227, 1988)¹²⁵

Sendo assim, duas observações são pertinentes quanto a esse artigo, a primeira é que ele foi construído antes da Convenção realizada pela ONU, mas que tinha desde 1978 iniciado trabalhos periódicos quanto ao estabelecimento de parâmetros a serem universalizados para os países membros. A segunda, toca justamente nos novos sujeitos que são trazidos no campo da lei, para além do setor jurídico-institucional, como a polícia, o judiciário representado pelos promotores e juízes que eram protagonistas do conjunto de leis anterior.

Nesse novo cenário previsto no Estatuto, as famílias, a sociedade e o Estado emergem como integrantes desse contrato social em que os protagonistas são as crianças e os adolescentes, ao passo que também se mantém como objetos de controle, sob novos aparatos e outras concepções. Novos mecanismos abrem espaços para que as questões das crianças, que outrora, foi vista como “questão do menor”, não precisasse mais serem vistas pela ótica da repressão e do cerceamento da liberdade, assim como, a criminalização da pobreza, na verdade, não da pobreza, mas a criminalização do infante pobre. Segundo a socióloga Chiara Saraceno¹²⁶, as famílias pobres, vistas como irregulares, são as mais passíveis a terem a privacidade não respeitada pelo Estado, evidenciado as fraquezas e ausências dos familiares, quanto as famílias abastadas, independente da dinâmica cotidiana, não são passíveis a serem alvos do controle do Estado pelas políticas assistenciais.

Analisar a aprovação do Estatuto pelas lentes da História se torna possível a partir de diálogos da historiografia com produções mais amplas das Ciências humanas, como a antropologia do direito, a sociologia e o serviço social. Por conseguinte, a nova forma de intervenção das infâncias e das juventudes, põe nas tramas sociais outros regimes discursivos diferentes dos estabelecidos que possibilitavam a tutela do Estado quanto ao cotidiano das crianças e das famílias.

Para a antropóloga do direito Patrice Shuch, a legislação aprovada em 1990, tomou como caminho a perspectiva da universalidade da infância¹²⁷, seguindo tendências internacionais. Se antes o alvo do aparato jurídico legal eram os “menores em situação irregular”, passou a ser “crianças e adolescentes que são sujeitos de direitos”, uma

¹²⁵BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Brasília, 5 de outubro de 1988.

¹²⁶ SARACENO, Chiara. **Sociologia da Família**. Estampa: Lisboa, 1992.

¹²⁷ SCHUCH, Patrice. **Práticas de justiça: Antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

abordagem que não segrega e que não induz a uma separação de classe, raça ou gênero, porém, isso dito é reservado ao campo epistêmico da legislação, não fissurando a prática política e uso do conjunto de leis na vida cotidiana.

Patrice Shuch, propõe uma importante reflexão acerca desse dispositivo quanto a sua forma de governar as infâncias, se o Código de Menores tem como agente principal o Estado por meio do aparato de segurança e de justiça, como dito anteriormente, outros sujeitos vão surgir como atuantes do processo, o que para a autora não significa que o Estado perde “controle” quanto aos modos de controlar as infâncias, pois muito influenciados no final dos anos de 1980 pelas políticas neoliberais, o Estado opta por não ser o agente exclusivo responsável pela aplicação da política, o no campo teórico pode ser visto como uma terceirização de responsabilidades, mas que também, traz a sociedade civil para o cerne do debate, sendo para a antropóloga, uma forma de incentivar o espírito democrático e de busca pela cidadania.

Essa trajetória implicou transformações que envolveram múltiplos planos, isto é, processos definidos por instituições nacionais e internacionais, concepções acerca do papel do estado e das instituições jurídicas e noções de criança e família que pautaram o desenvolvimento de intervenções acerca do governo da infância e juventude. [...] Descentralizando o governo da infância e juventude, a tendência atual de gestão nos possibilita refletir sobre um conjunto social de agentes e instituições dispersas (educadores, movimentos sociais, ONG's, consultores internacionais, agentes estatais psicólogos, assistentes sociais, centros comunitários, agentes jurídicos, lideranças comunitárias, médicos, etc), através do qual visa-se governar a criança e o adolescente.¹²⁸

Destarte, após a ideia de universalização do que seria a infância, aos poucos foi “refinando” categorias e possibilidades de viver a infância pela ótica do Estado e das suas instituições. Assim, o Estatuto previu a responsabilidade e organização institucional em todos os âmbitos estatais, ou seja, em âmbito federal, estadual e municipal, onde a cada espaço foi destinado as suas funções.

A complexidade prevista envolve os três níveis de administração do Estado, onde vamos nos aproximar dos âmbitos Estaduais e Municipais, no intuito de historicizar a criação do CEDCA/PE e o COMDICA/Recife, junto a eles, a criação dos conselhos tutelares da Cidade do Recife. Não obstante, é preciso compreender e tensionar alguns conceitos que são caros ao trabalho, como os conceitos de conselho e tutela pelas lentes da história, logo, iremos partir da historicidade e de sua relação com as políticas empreendidas no Brasil quanto aos infantes.

¹²⁸**Ibid.** p. 127, 128.

Com isso, apesar do capítulo está temporalmente problematizando o século XX e mais especificamente as últimas décadas, será preciso um deslocamento temporal, essas idas e vindas ocorrem no intuito de perceber a não estaticidade dos conceitos e conseqüentemente da estruturação das políticas públicas.

2.2 A historicidade dos conceitos: Conselho e tutela no transcurso histórico

O Conselho Tutelar visto com um órgão que compõe o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e dos Adolescentes¹²⁹, sendo autônomo e atuando no que se pode chamar de “ponta de lança” da política de atendimento, não deixa tão visível a complexidade que essas duas palavras podem significar enquanto o que são, conceitos. Segundo Koselleck,¹³⁰ as palavras e os conceitos têm seus próprios regimes de historicidade e conseqüentemente não são letras estáticas que formam uma compreensão única no transcurso temporal, dessa forma, as mudanças que os significados e as suas utilizações podem ter tido se manifestam como questões importantes para a compreensão da construção dos significados e de seus usos sociais.

Inicialmente é importante diferenciar palavras e conceitos, todos os conceitos são palavras, mas nem todas as palavras são conceitos, ou seja, nem toda junção de letras que formam uma palavra são compostas por significados múltiplos que constroem um sentido para além da própria relação palavra-materialidade.

Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político. Conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos. A par disso, são entendidos pelas ciências históricas sempre como palavras, pura e simples.¹³¹

A História dos conceitos como um campo de análise histórica, proporciona ao historiador mobilizar e problematizar temas que por muitas vezes são naturalizadas e vistas como temas da área da linguística, porém, a análise a qual nos propomos a fazer não se baseia na estrutura da palavra e nem suas origens semânticas e menos ainda na formação morfológica, o ponto central é pensar e se deslocar para uma problematização

¹²⁹ O Sistema de Garantia de Direitos – SGD, se fundamenta no Art. 227 da Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Para mais, ver: NASCIMENTO, J. ALMIR.; GAMEIRO, T. G. S.. **Um Sistema para garantir Direitos de Crianças e Adolescentes**. In: Humberto Miranda. (Org.). *Quer um Conselho? A trajetória dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e Tutelares no Brasil*. 1º ed. Recife: Linceu, 2013, v., p. 39-52.

¹³⁰ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006

¹³¹ **Ibid.** p.108

entre o regime de significados que envolve tal palavra-conceito e o diálogo com o uso social de acordo com a temporalidade.

A proposição de Koselleck, muito se dá pelo seu caminho teórico empreendido, o qual foi muito influenciado pela virada linguística¹³², o autor propõe estabelecer diálogos entre a História Social e o que ele vai intitular de História dos conceitos. Essa proposição, se torna possível para o historiador alemão, a partir da compreensão da palavra e do conceito como questões não dissociáveis da experiência, assim, a tentativa empreendida não é trazer a linguística e seus métodos para a história e fazer o que poderia ser chamado de História da linguagem, ou História da linguística, mas sim, utilizar-se de discussões da linguagem a partir de métodos de análises históricas.

Dessa forma, o deslocamento a ser feito quando se pensa na palavra-conceito “conselho”, primordial para a construção do presente trabalho, é feito a partir não somente da palavra e seu significado, mas sim das suas utilizações no transcurso temporal, focando no que vamos chamar no Brasil de “período de redemocratização”, que compreende as décadas de 1980 e 1990. Mesmo oficialmente a redemocratização do país ocorrendo em 1988 com a nova constituição que pusera fim no regime político baseado em uma constituição outorgada pelo governo militar.

Posto isto, partimos da perspectiva de uma constante busca pela redemocratização do Estado, suas instâncias e dispositivos, conseqüente a isso, o processo de redemocratização não se finda com a promulgação da constituição de 1988 que ainda vigora, tem novos desafios impostos ainda na contemporaneidade.

A historiografia brasileira nesse processo de redemocratização, viveu uma reorganização e ampliação dos programas de pós-graduação, assim como aumento da sua produção de conhecimento, problematizando democracia, cidadania, pensando na redemocratização e seus processos históricos. Porém, pensando na área de concentração da presente pesquisa os trabalhos não foram feitos em grandes números, essa discussão será feita posteriormente.

No tocante ao conceito de conselho, um único autor foi mapeado, mesmo não operando tal conceito, pesquisa políticas de atendimentos às crianças e adolescentes e os impactos e mudanças proporcionadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

O autor citado é Ailton José Morelli, o qual debruça-se no campo da História das Infâncias, como alguns outros historiadores a serem destacados – Silvia Fávero Arend,

¹³² A discussão acerca da virada linguística não concerne no presente trabalho, para isso, consultar o artigo: SAMPAIO, E. **A virada linguística e os dados imediatos da consciência**. TRANS/Form/Ação (UNESP. MARÍLIA. IMPRESSO), v. 40, p. 47-70, 2017

Humberto Miranda, Esmeralda Blanco Bolsonaro, entre alguns outros que foram e serão utilizados como referência no decorrer da pesquisa. Morelli, se torna mais significativo nesse momento, ao passo em que sua tese defendida pela USP em 2010, intitulada *Memórias de infância em Maringá: transformações urbanas e permanências rurais (1970/1990)*, aborda o início do período temporal que contempla o nosso objetivo, além de problematizar as políticas de atendimento que vigorava tanto com o Código de Menores de 1979, como a proposta de mudança feita pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

Nesse panorama, buscar o que a historiografia compreende e problematiza como conselho e tutela, se mostrou um desafio, sendo encontradas produções que discutem tutela, mas nada que interprete o que seria conselho pela luz da História, então para operacionalizar e conseqüentemente historicizar tal conceito, é preciso dialogar com áreas do conhecimento diversas, como a Ciência Política, o Serviço Social e as Ciências Sociais.

Ao fazer esse movimento, busca-se uma compreensão para além do significado o qual o dicionário da língua portuguesa pode oferecer, mas pensando na sua utilização em um cenário histórico e político específico, marcado pelas questões contraditórias e complexas que se confluem no período temporal dos anos de 1980 e 1990 no Brasil evidenciados e problematizados no decorrer do primeiro capítulo.

Focando nas mudanças que a redemocratização proporcionou para a organização do Estado brasileiro, vale destacar que uma das demandas clamadas durante o processo de abertura política foi a participação da sociedade nas decisões, ou seja, a proposta era a ruptura com a cultura política da não participação e da gestão pública não democrática no sentido de não abarcar os cidadãos dentro das instâncias de decisão, conforme indica a economista e a cientista social Enid Rocha¹³³. Nesse sentido, a constituição de 1988 vai prever a estruturação das políticas públicas e de órgãos ligados a gerência dessas políticas, sob a organização de instituições e órgãos em formato de conselhos.

A Constituição brasileira estabeleceu sistemas de gestão democrática em vários campos de atuação da Administração Pública, tais como: o planejamento participativo, mediante a cooperação das associações representativas no planejamento municipal, como preceito a ser observado pelos municípios (Art. 29, XII); a gestão democrática do ensino público na área da educação (Art. 206, VI); a gestão administrativa da Seguridade Social, com a participação quadripartite de governos, trabalhadores, empresários e aposentados (art.114, VI), e a proteção dos direitos da criança e do

¹³³ ROCHA, Enid. A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In: VAZ, Flavio Tonelli; MUSSE, Juliano Sander; SANTOS, Rodolfo Fonseca dos. (Orgs.). **20 anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafios da seguridade social**. Brasília: Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, 2008.

adolescente.¹³⁴

Sob essa perspectiva de organização do Estado, os municípios foram obrigados pela constituição a formularem suas políticas em diversas áreas a partir da participação de representantes tanto do governo, quanto da sociedade, sendo membros do que será chamada de sociedade civil organizada, a qual segundo a socióloga Maria da Gloria Gohn, é imprescindível para a ampliação da cidadania.

A sociedade civil organizada é vista como parceira permanente na Participação Cidadã. A chamada “comunidade” é tratada como um sujeito ativo, e não como coadjuvante de programas definidos de cima para baixo. A participação passa a ser concebida como uma intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo circuito de formulação e implementação de uma política pública.¹³⁵

Com essa forma de atuação, a participação popular dentro das políticas públicas ganha o aspecto de mais propositivo e menos reativo, segundo a autora, essa forma de associativismo¹³⁶ é o da participação cidadã. Essa nova maneira de pensar e gestar a relação Estado – Sociedade e conseqüentemente as políticas construídas, baseia-se na aproximação entre as instâncias de decisão e os sujeitos, que historicamente não ocupavam tais espaços e por conseguinte, não tinham suas reivindicações atendidas, o que a partir da constituição de 1988, proporcionou que esses grupos participassem de maneira mais próximas das esferas representativas e decisórias, trazendo um aspecto mais de organização e de formulação de pautas.

Os sujeitos organizados tornam-se assim, mais que opositores ao Estado e suas esferas de poder, mas agora podem ser interlocutores de pautas e anseios para grupos sociais com o Estado. Essa interlocução é feita a partir justamente dos conselhos supracitados, quando se faz a inflexão pensando no trabalho presente, os conselhos municipais sejam eles de saúde, educação, assistência social ou dos direitos das crianças e adolescentes.

Dentro dos espaços de criação desses conselhos, uma área especificamente se destaca para discussão, o Conselhos de direitos das crianças e adolescentes, aos quais serão divididos em três níveis, nível municipal, estadual e federal. De acordo com Morelli¹³⁷, essa divisão proporcionou a organização e elaboração das políticas sociais de

¹³⁴ **Ibid.** P. 136

¹³⁵ GOHN, M. Gloria. **Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs**. Meta Avaliação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, mai./ago. 2013, p. 241.

¹³⁶ Associativismo como conceito das Ciências Sociais, utilizado por Gohn no sentido de organização coletiva entre sujeitos, com uma identidade coletiva construída.

¹³⁷ MORELLI, Ailton José. et. al. **Desenho da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Revista Psicologia em Estudo, DPI/CCH/UEM, V. 5, n. 1, 2000, p. 65-84

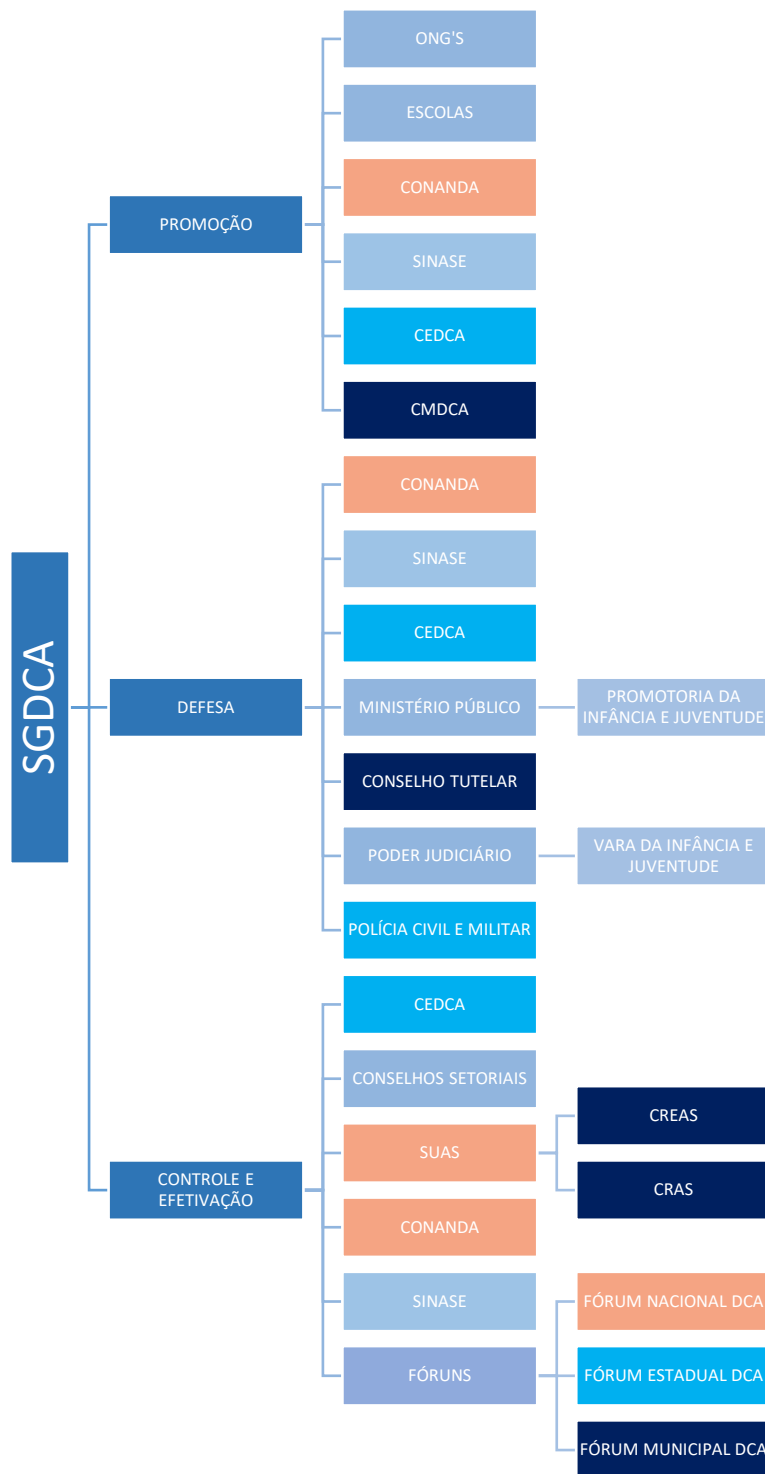
maneira mais participativa, tendo como base ações integradas entre a prevenção da violência e a proteção jurídico-social por meio das entidades, no caso do Recife, tendo o CMDCA – Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente, hoje chamado COMDICA e em Pernambuco, o CEDCA/PE.

Os conselhos de direitos são responsáveis pela formulação da seguinte política de atendimento de proteção e de programas socioeducativos (art. 90) destinados a essa população: Programas de proteção - Orientação e apoio sociofamiliar, apoio socioeducativo em meio aberto, colocação familiar, abrigo. Programas sócio-educativos - Prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e Internação.¹³⁸

A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, os municípios foram responsabilizados por terem um conselho ativo para a formulação das políticas e para a administração de um fundo para gerir e fomentar as ações, tendo representações paritárias, sendo oito representantes do Governo Municipal e oito representantes da sociedade civil organizada, num intuito de haver uma participação popular igualitária nas decisões defendidas pelo interesse estatal. Nesse sentido, se torna importante expor os órgãos e instituições que compõem o SGDCA, dividindo-os por seus níveis e pensando na estrutura local.

Segue abaixo um organograma feito em formato de tabela:

¹³⁸ **Ibid.** p. 71



Nível Federal
 Nível Estadual
 Nível Municipal
 Dispostos nos três níveis¹³⁹

Tabela 5: Organização do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes. Produzido pelo autor, 2020.

O objetivo desse organograma é expor de maneira didática, os órgãos e instituições que compõem o SGDCA, apesar da complexidade e do alto número de agentes do sistema, a divisão entre os níveis e entes da federação, tem o intuito de

¹³⁹ As Ong's não se enquadram em nenhum dos níveis por não fazer parte do aparelho estatal.

dinamizar o trabalho desses sujeitos, como também, descentralizar a atuação e as tomadas de decisão. Sobre isso, é importante destacar que a sociedade civil organizada está presente em várias dessas instâncias, como dito anteriormente, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente tem sua organização voltada para a participação social.

Compartilhar a responsabilidade no tocante a proteção integral como prioridade para o Estado, família e comunidade, evidencia o caráter de participação dos espaços de decisão. Com isso, é visto no organograma os múltiplos atores e as diversas ferramentas gestadas nos três eixos que estruturam o SGDCA, defesa; promoção; controle e efetivação, sendo alguns desses órgãos atuando nas três frentes, como os conselhos de direitos estaduais, sendo no caso específico, CEDCA/PE.

Contudo, essa maneira empregada de divisão das responsabilidades incute a perspectiva de busca por uma justiça social, no sentido de uma relação de poder menos desigual e o estabelecimento de um Estado democrático de Direito. Sob essa reflexão, Koselleck¹⁴⁰ aborda em sua obra *Estratos do tempo* que a relação entre justiça e História é imbrincada em vários momentos, mas que a principal questão é que tecer esses fios de diálogos e de aproximações é de extrema relevância para a experiência humana ser menos caótica e traumática. A diacronia do transcurso histórico para o autor, pode ser vista como um caminho para a formação do Estado de Direito, pela necessidade de garantir inclusive a sobrevivência dos sujeitos.

A concepção de justiça muda de acordo com as sociedades e as temporalidades, então, Koselleck reafirma que ao historicizar esses processos, é sempre importante pensar na justiça possível, independente dos padrões de interpretação e do caminho teórico, o autor aponta que as experiências históricas no que tange a ideia de justiça individual ou social, é baseado nas condições possíveis daquele momento histórico, então existe o utópico, o desejado, o eterno porvir, mas existe a materialidade tangível do vivido, da experiência dos sujeitos no tempo.

A partir das contribuições do historiador alemão, das especificidades de compreensão que cada momento pode ter, pensamos na trajetória das crianças e adolescente no Brasil no tocante as políticas sociais que nem sempre foram baseadas na proteção integral ou na ótica da participação e protagonismo desses sujeitos, dado que em alguns períodos históricos, nem como sujeitos eles eram vistos.

¹⁴⁰ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: Estudos sobre História**. 1º Ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

Para fazermos esse deslocamento, proponho utilizarmos como ponto para reflexão a própria conceituação do que seria a tutela e de como o Estado vai propor suas políticas e ações durante os séculos XVIII, XIX e XX acerca da tutela de crianças e adolescente no Brasil. O processo de tutelar crianças foi até o século XIX, feito por meio da Roda dos Expostos, mecanismo que integrava as Santas Casas de Misericórdia, o qual infere inclusive pensar a forma como o Estado se organizava no período ainda colonial, atrelando ações a igreja católica, além dos direcionamentos dados pela Coroa Portuguesa.

Como abordado na introdução, segundo a historiadora Alcileide Cabral do Nascimento, a instalação da Casa dos Expostos muito foi motivada para atenuar os abandonos em ruas, praças e locais públicos de bebês a dura sorte da sobrevivência, seguindo assim, se via a necessidade de uma ferramenta legal que se pudesse abandonar os filhos e filhas de maneira anônima, sendo segundo a autora, crianças que por muitas vezes eram frutos de relações sexuais as quais seriam condenadas socialmente, dado os valores misóginos que edificou a sociedade colonial, atrelada aos pesos e amálgamas da tradição religiosa cristã e da sociedade escravocrata que legitimava diversas desigualdades.

Esses “frutos do pecado” ou “frutos da miséria” abandonadas às intempéries e aos animais carnívoros estavam incorporados a paisagem do Recife e, no final do século XVIII, haviam se transformado em um problema social. “Enjeitadas”, “expostas”, “crianças em tenra idade”, “miúdas”, “pequenos”, “inocentes”... eram algumas das palavras que denominavam as crianças abandonadas, e que lhes davam significados, materializando-as no cotidiano. Palavras-conceitos, noções-imagens construídas no terreno fértil e mutável da cultura e utilizadas corriqueiramente no Império português e claro, no Recife.¹⁴¹

Nascimento em diálogo com Gabriel Navarro Barros¹⁴², historiador que se debruça sobre as infâncias, e em especial os processos de tutela no século XIX e as relações de orfandade em Pernambuco, aponta que havia uma complexidade de vivências das famílias, especificamente das mães, quanto as crianças enjeitadas, havia motivadores relacionados aos entraves sexuais que envolvia o cenário social do período, mas havia realmente as motivações ligadas ao arrimo dos bebês e da possibilidade material de desenvolvimento dessas crianças. Esse aspecto leva a não cristalizar o abandono, não o enxergar somente como fator ligado a pobreza e miséria, o que também não os nega, mas amplia o horizonte de percepção das múltiplas realidades.

¹⁴¹ NASCIMENTO, Alcileide Cabral. **A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789 – 1832)**. Tese (Doutorado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

¹⁴² BARROS, Gabriel Navarro de. **Muito além do abandono: Infâncias perigosas e a “justiça tutelar” em Pernambuco (1888 – 1892)**, CLIO: Revista de pesquisa histórica, n. 36, jan – jun, 2018.

As crianças abandonadas que sobreviviam, tinham garantia de moradia até os 7 anos completos, o que se chamava de idade pueril, a partir disso as crianças eram destinadas a outras instituições que promovessem orientação para o trabalho. Diante disso, Barros aponta em seu trabalho de dissertação e em artigo que o final do século XVIII vai se iniciar um discurso que ganha corpo e forma com o passar de anos, o discurso do medo e do pavor que passa a circundar a orfandade, estendendo-se posteriormente as crianças em situação de rua, filhos e filhas de trabalhadores sob a justificativa do perigo e risco a sociedade.

Acerca dessas questões, retornaremos a discutir a construção da cultura menorista, porém, é importante pensarmos a tutela como um instrumento legal criado pelo Estado, gestado pela igreja e que se adequou aos interesses de acordo com o período e a temporalidade, conseqüentemente as condições sociais. Assim, pensando em uma sociedade em que tinha como mote de organização social um sistema escravista e que legitimou a desigualdade racial por mais tempo nas Américas, é esperado que vários subterfúgios tenham sido criados e gestados para a manutenção das estruturas que eram convenientes aos senhores de escravos, donos de terra e possuidores de riquezas materiais das mais diversas.

A partir das legislações mais restritivas quanto a escravidão até a chegada da abolição, é visto a partir da trabalhos como o da historiadora Maria Aparecida Papali, o qual é feito uma pesquisa com acesso a uma vasta documentação, a autora conseguiu mapear no Vale do Paraíba no imediato pós abolição, as crianças que foram tuteladas por ex-proprietários de suas mães, alegando a incapacidade da família cuidar e ter um arrimo para o sustento desses sujeitos, assim como outros historiadores exploraram essa questão, como o Celso Castilho, Valéria Zanetti, Sandra Graham e a Gislane Campos Azevedo.

Essa linha argumentativa sustenta nesse momento a exploração da mão de obra de crianças, tanto em trabalhos domésticos como em serviços ditos urbanos, como comércio e serviço, além da tutela, havia o sistema de soldada, “Outra maneira jurídica de se usufruir do trabalho do menor consistia na soldada, um contrato de locação de serviços criado no início do Império”¹⁴³.

Visto isso, a assistência à infância no século XIX demonstra ter como base a não preocupação com os sujeitos em si e a necessidade de salvaguardar condições de

¹⁴³ PAPALI, Maria Aparecida ; ZANETTI, V. ; CASTILHO, M. H. O. **Cenários do Pós- Abolição no Vale do Paraíba Paulista: tutela, trabalho infantil e violência sexual (1888/1889)**. AFROASIA , v. 56, p. 147-167, 2017.

desenvolvimento justo e que os capacitassem para a vida, mas sim, em desejos que ficavam nos interditos da história e dos discursos, com práticas do Juízo de órfãos que cediam as guardas de crianças para ex-proprietário de escravos, por muitas vezes ligados inclusive a mãe e a família das crianças. Segundo Barros:

Os Juízos de Órfãos foram as instituições de “assistência” à infância primeiras no que tange a atuação sobre esses garotos e garotas, rebentos de mulheres que se libertaram através da Lei Áurea (3.353). A esses dispositivos de poder, cabia o direcionamento de uma diversidade de crianças, reconhecidas como problemas sociais, ao “acolhimento” junto a tutores.¹⁴⁴

Com o fim da escravidão, utilizar crianças e adolescentes para o trabalho se tornou uma opção legítima e válida, dessa forma, crianças eram muitas vezes retiradas do convívio com sua mãe, era órfã com mãe em vida e as vezes o pai em vida, sob a legitimidade do discurso jurídico que essas famílias negras tinham as heranças negativas que deveriam ser rechaçadas pela sociedade, como a preguiça, a desobediência, falta de capacidade intelectual e promiscuidade, entre outras alcunhas que foram construídas como práticas ligadas a negritude.

Essa discussão acerca da tutela, é complexa pois faz emergir para a discussão os marcadores sociais da desigualdade, tanto étnico, quanto de gênero, ao deslocarmos para os locais de trabalho e os riscos que as meninas eram sujeitadas, muitas vezes dentro das casas de ex-senhores de escravizados, sendo tuteladas por homens, sem a fiscalização adequada do Estado, acerca desse tema, tanto Papali, como a historiadora Maria Emília Vasconcelos¹⁴⁵ evidenciam os crimes de defloramento que margeavam a vida de meninas tuteladas ou sob o contrato de soldada. Em um dos casos discutidos por Papali, a documentação aponta que uma menina foi tutelada por meio de soldada a um homem de meia idade, viúvo, sem acompanhamento no lar, sendo posteriormente denunciado por estupro da infante, evidenciando a fragilidade inclusive da fala da mulher na sociedade oitocentista, sempre posta em dúvida e em uma constante plausibilidade do judiciário considerar a vítima falaciosa.

As crianças e adolescentes como sujeitos autônomos, capazes de ler a si e ao mundo, não estão dissociados da realidade social, os marcadores sociais da diferença

¹⁴⁴ BARROS, Gabriel Navarro de. **Órfãos pobres, desvalidos, “ingênuos ou menores?”: Infâncias “perigosas” e a vigilância dos Juízos de Órfãos de Pernambuco (1888 – 1892)**, Dissertação (Mestrado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

¹⁴⁵ SANTOS, M. E. V.. Meninas, moças e donzelas: os crimes sexuais e a honra em Pernambuco imperial (1860-1888). In: MIRANDA, Humberto; SANTOS, M. E. V. (Org.). **História da Infância em Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007, p. 9-197

estão presentes nos seus cotidianos, como a autora feminista Kimberly Crenshaw¹⁴⁶ aponta, a interseccionalidade é um caminho para compreender a rede emaranhada das desigualdades, em um país de herança colonialista e escravista, fica evidenciado como ser criança uma criança negra, menina e pobre, significou para muitas serem colocadas em um eminente risco com as constantes negações.

Contudo, pensar na tutela na contemporaneidade, é pontuar a diferença entre guarda e tutela, dois processos que podem ser confundidos facilmente, mas que quando pensado a partir do problema da pesquisa, o Conselho Tutelar, se torna importante demarcar, dada a necessidade de abordar inclusive as funções que foram previstas para o órgão citado.

A luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, a guarda é compreendido como uma manutenção do poder familiar, outrora conhecido como pátrio poder, em situações que a criança ou o adolescente não possa ficar com seus pais por determinadas variáveis, tanto por variáveis econômicas quanto sociais, assim, a guarda é utilizada juridicamente como uma possibilidade de não ceifar os vínculos familiares com os sujeitos, dado o direito garantido pelo Estatuto de convivência familiar no artigo 19, buscando-se reduzir a institucionalização dos infantes.

Essa busca por reduzir a institucionalização das infâncias, é um caminho oposto ao trilhado no transcurso das políticas brasileiras, se antes, os ditos e enxergados como “desviantes” do ideário da família burguesa que legitimou por exemplo, as ações dos comissários de menores e dos juízes de menores, que agiam sob o aparato do Código de Menores de 1927 e por muitas vezes encaminhavam as crianças e adolescentes para a tutela do Estado, construindo infâncias longe das famílias, fomentando a formação para o mundo do trabalho como única alternativa para as famílias mais empobrecidas, as quais enfrentavam os desafios cotidianos de uma sociedade desigual.

Depois da vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, os processos de tutela foram definidos como responsabilidade do Poder Jurídico através da vara da infância e da juventude e pelo Conselho Tutelar inicialmente, sendo o Conselho responsável por fazer requerimento quando identificado a necessidade.

Diante essas mudanças, é possível perceber como historicamente os usos e significados dados a tutela foram sendo trabalhados de acordo com o momento histórico

¹⁴⁶ CRENSHAW, Kimberly. **A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. Cruzamento: raça e gênero.** Brasília: Unifem, 2004. p. 7-16.

e social vivido, a tutela por muito tempo foi instrumento utilizado para legitimar mão de obra de crianças e adolescentes a ex-senhores de escravizados e principalmente em trabalhos urbanos, sejam domésticos ou comerciais, contudo, na contemporaneidade, o paradigma da proteção integral e do protagonismo, incide para que a tutela seja vista de outra forma e o Estado lide e construa outra compreensão acerca desses infantes.

Assim, Koselleck subsidia essa aproximação dos processos históricos por meio do direito e da justiça¹⁴⁷, propondo que as mudanças constitucionais e legislativas com seus códigos de especificidades, incide em uma reorganização que não é imediata, há um processo que chamaremos de “acomodação”, onde os sujeitos e suas relações construídas cotidianamente não introjetam simplesmente a nova proposição, os hábitos e as ditas verdades antes em voga, circundam também as novas práticas e novas leituras de mundo.

Quando uma antiga transgressão se transforma em um novo direito – como no caso do direito a divórcio durante o iluminismo ou da atual regulamentação da prática do aborto -, predomina a necessidade de adaptação extrajurídica por motivos sociais ou políticos, e a pressão desses motivos pode gerar uma nova qualidade jurídica.¹⁴⁸

Destarte, conselho e tutela são conceitos caros para o presente trabalho, a compreensão de mutabilidade e constante ressignificação da base para problematizar o que vem a ser o Conselho Tutelar, pensar como a constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente preconizaram os direitos dos infantes e dos órgãos e instrumentos legais para a garantia dos mesmos, percebendo como a historiografia pouco investigou essas questões, deixando espaços para serem pesquisados e explorados pelos historiadores na contemporaneidade.

2.3 Os conselhos de proteção: direitos e tutela

Esse tópico será construído inicialmente a partir das discussões dos referenciais e de algumas fontes de jornais, sendo aprofundado com os relatos de memória e as fontes documentais do CEDCA/PE posteriormente. Desse modo, é importante nesse momento compreender quais as funções foram atribuídas aos conselhos de direito e aos conselhos tutelares, que se organizam um sob a administração estadual, o segundo sob a administração municipal, focando no caso do Recife.

¹⁴⁷ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: Estudos sobre História**. 1º Ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014. P. 313 - 332

¹⁴⁸ **Ibid.**, p. 330.

A criação de tais conselhos vão ser definidos no Estatuto em 1990, mas em 1991 é decretada a lei N° 8.242 que institui a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que tem como competência a elaboração de normas gerais da política nacional de atendimento as crianças e adolescentes, envolvendo questões de fiscalização e execução de políticas inclusivas e de afirmação para esse público definido, dando apoio aos Conselhos de Direitos Estaduais e aos Conselhos Tutelares que são de responsabilidade dos municípios, visto a definição pelo Estatuto da obrigatoriedade de cada município ter em funcionamento ao menos um Conselho Tutelar com uma sede e horário de abertura e de atendimento estabelecidos.

A municipalização do atendimento; a criação dos conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente; a criação e manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente; a integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional e a mobilização da opinião pública como forma de incentivar a participação dos diversos segmentos da sociedade.¹⁴⁹

Para falar dos conselhos tutelares, temos que discutir desde seu surgimento, a suas atribuições teóricas e práticas. Esses órgãos vão agir como mediadores de conflitos e de situações prejudiciais a tais indivíduos, atendendo as crianças, adolescentes, seus pais ou responsáveis, sendo assim, vai estar inserido no contexto familiar e escolar, fiscalizando e principalmente aconselhando e orientando a família, buscando sempre a efetivação dos direitos que cabem as crianças e adolescentes de forma menos traumática e mais natural possível.

Isto posto, a busca por uma definição exata do que vem a ser um conselho tutelar, onde poder encaixa-lo de forma organizacional, ou como conceitua-lo se apresente uma tarefa complexa, visto que envolvem diversas questões dentro de suas ações e atribuições, se relacionando com discussões jurídicas, sociais, educacionais, políticas e econômicas. Pois sua atuação não pode ser resumida a resolver de conflitos, são várias nuances e possibilidades de ações, muitas vezes de caráter encaminhativo, por isso a necessidade de não pensar o conselho tutelar isolado dentro do Estatuto.

Seguindo o Art. 132 do Estatuto, “Em cada município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para

¹⁴⁹ BRASIL. Lei n° 8.069. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, de 13 de julho de 1990.

mandato de três anos, permitida uma recondução”.¹⁵⁰ Segundo está previsto, temos uma configuração mais democrática que significa uma ruptura estrutural as anteriores políticas postas em prática, formato que tende a aproximar a sociedade civil do poder público, dos espaços antes exclusivos da classe política e jurídica.

Por conseguinte, o conselho tutelar vai atuar como um instrumento social de interesse coletivo, dado que no artigo 135 do Estatuto é definido a atividade do conselheiro tutelar como um serviço público de natureza relevante, ou seja, é contínuo e intermitente, independente de qual for a gestão ou de qualquer justificativa dada, é obrigação do município garantir o funcionamento do serviço, dispondo de sede física e profissionais.

Desse modo, o conceito de conselho tutelar como órgão que compõe o SGDCA e atua na vida cotidiana de crianças e adolescente, parte da legitimidade que tem enquanto instituição relevante para a sociedade em duas frentes. A primeira delas consiste em ser um órgão que não existe para legislar, criar ou estabelecer, mas se torna uma materialização do que é chamado “letra da lei”, no que se refere a defesa dos direitos preconizados no Estatuto. A segunda legitimidade parte da própria sociedade, um órgão que atua em nome da mesma, pois os conselheiros são eleitos e escolhidos pela comunidade.

Portanto o conselho tutelar é visto pelo presente trabalho como um órgão que tem legitimidade social e política-legislacional, que atua no zelo dos direitos das crianças e adolescentes segundo as competências legais a ele atribuídas. Integra um organismo, onde o mesmo tem sua autonomia garantida em relação as outras partes desse sistema, é ligado a estrutura administrativa municipal, mas as decisões no que concerne a fiscalização e defesa dos direitos é de autoridade da instituição.

Edson Seda, um dos autores de maior relevância ao que se refere à Estatuto da Criança e do Adolescente durante a década de 1990, contribuiu nos primeiros anos de vigência e de formação dos primeiros conselhos tutelares pelo país afirmando que:

O Conselho Tutelar foi feito para fugir do velho hábito, do velho uso, do velho costume com que essas coisas haviam sido legalmente resolvidas pelo poder judiciário por 63 anos (de 1927 a 1990). Foi feito para evitar agora o arbítrio e zelar pela implantação de novos hábitos, usos e costumes que criam ou mantêm o estado de Direito, também chamado estado de Justiça Social ou, dizendo de outra maneira, o estado social ou o estar social das pessoas.¹⁵¹

¹⁵⁰ **Ibid.**, Art. 132.

¹⁵¹ SEDA, Edson. **A a Z do Conselho Tutelar**. 1º Ed. – Rio de Janeiro: Adês, 1999, p. 13.

Para a construção de um conselho tutelar, o município deve segundo o Estatuto, ter a criação do CMDCA, sob fiscalização do próprio município e do ministério público. Assim, é imprescindível a organização de um Fundo Municipal, no caso do Recife, sendo criado somente em 1993, como consta em documento da ALEPE – Assembleia Legislativa de Pernambuco¹⁵², para custear as ações, os projetos e os programas que sejam desenvolvidos a partir de uma deliberação colegiada entre os conselheiros e os representantes escolhidos pelo município ou estado.

Para didatizar o funcionamento dos conselhos em seus diversos níveis, segue mais um organograma, focando na divisão e suas ações.



Tabela 6: Os conselhos de direitos e suas atribuições. Produzido pelo autor, 2020.

¹⁵² PERNAMBUCO. Lei nº 10.973. **Institui o Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.** Recife, 17 de novembro de 1993.

A partir da tabela disposta, percebemos a interligação entre os conselhos de direitos e as três esferas de poder do Estado, sendo o CONANDA a instância de maior representação no país, pois determina e constrói políticas a serem levadas aos Estados e Municípios. Porém, é percebido que apesar disso existe uma liberdade propositiva para as outras instâncias, tendo o CEDCA/PE liberdade para tecer diretrizes de promoção e de defesa dos direitos, tendo ainda a obrigatoriedade de atender as políticas determinadas pelo CONANDA. Além disso, é importante reiterar que algumas atribuições como o controle orçamentário e a discricção é comum as três esferas, tal qual a fiscalização da execução das políticas públicas.

Quando falamos do COMDICA Recife, temos uma gama de atribuições que dialogam com as atribuições do CEDCA/PE, tendo a especificidade de determinar no âmbito municipal. Todavia, o que elencamos como destaque das suas funções é a regulamentação, organização e coordenação do processo de escolha nos conselhos tutelares. Cada município determina seus critérios para escolha dos conselheiros tutelares, desde escolaridade à exigência de atuação no campo das infâncias, seja na assistência social ou trabalho em organizações não governamentais.

Acerca dos conselhos tutelares, o CONANDA determina a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente que haja um conselho ativo por cada 200 mil habitantes no município, além de permitir somente uma recondução ao conselheiro, ou seja, no máximo dois mandatos, deixando a critério de cada município determinar se permite a recondução ou somente um mandato. Acerca das especificidades do Recife, trataremos no terceiro capítulo, abordando os documentos e as memórias dos conselheiros tutelares da cidade.

Alguns dados apontam que o número de conselhos tutelares em funcionamento no Brasil foi aumentado com o passar dos anos, com o objetivo de atingir a meta traçada desde que o Estatuto foi aprovado. Todavia, é percebido a demora quanto a criação dos órgãos e das instituições dispostas, segundo a pesquisadora Potyara Pereira da área do Serviço Social, a década de 1990 tem como traço político, a tentativa de uma contrarreforma de cunho conservadora, ao tentar retardar o andamento de políticas sociais com cortes nesses setores, como dito no primeiro capítulo, a ideologia neoliberal chegava forte no Estado brasileiro com Collor e posteriormente com FHC.¹⁵³

¹⁵³ PEREIRA, Potyara A. P. **Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil**. Serviço Social & Sociedade, v. especial, p. 729 -753, 2012.

A partir das contribuições de Pereira, é possível refletir sobre o caso do Recife, pois apesar de ter sido em Pernambuco a criação do primeiro Conselho Estadual, o Recife teve o seu conselho municipal criado somente em 1992¹⁵⁴ e seu fundo municipal criado no ano posterior, fato que implica na atuação do Conselho após a criação do fundo, pois é pré-estabelecido que o fomento as ações são de responsabilidade do município após a criação fundo específico para aplicação das políticas gestadas no conselho. A estruturação das políticas a serem empreendidas demoraram para saírem do papel, a manutenção do menorismo pode ser visto inclusive pelos jornais da cidade, onde o *Diário de Pernambuco* pôs como capa no dia 1 de setembro de 1996 a seguinte manchete:



Figura 6: **Sociedade quer punição para menores.** DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 1 de setembro de 1996. Acervo: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

No decorrer da matéria, é discutido a criminalidade entre os adolescentes e retorna a ideia de redução da maioridade penal, sendo alvo de críticas pela Olga Câmara, diretora da DPCA, na época. Os relatos trazidos anteriormente da delegada, reiteram o mote central da matéria jornalística, Olga nas entrevistas em 2018, fala sobre a dificuldade que

¹⁵⁴ RECIFE, Lei nº 15.604. **Cria o Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.** Recife, 18 de fevereiro de 1992.

a polícia militar e civil tinha de perceber como as crianças e os adolescentes eram vítimas da violência urbana mais do que causadores dela. Quando cruzamos os seus relatos de memória com a matéria acima, é percebido as mortes violentas que as mesmas eram alvos, de como os grupos de extermínios que atuavam na cidade durante a década de 1990 vitimavam os chamados “de menores”.

Assim, o relatório produzido pela DPCA e citado pelo jornal, aponta que a maior parte dos delitos que os adolescentes eram acusados de cometer, eram contra a propriedade, ou seja, furtos e roubos, os crimes violentos somados a outros como tráfico de drogas, era de somente 4,3%. A tese defendida pelos reducionistas de idade penal não se justificava naquele momento, pois os homicídios e as tentativas de homicídios na cidade do Recife não eram realizadas pelas crianças ou pelos adolescentes, mas contra a vida deles.

As afirmativas acerca da defesa da redução da menoridade, possibilita refletir sobre a construção de um imaginário coletivo permeado de preconceitos para com as crianças e adolescentes, majoritariamente pobres. Morelli, ao analisar o atendimento aos infantes após o Código de Menores de 1927, faz um levantamento no tocante a inimputabilidade desses sujeitos, o qual até a efetivação do mesmo, encerrava-se aos 9 anos de idade, modificando para os 14 anos de idade, porém, com alguns atenuantes¹⁵⁵. Essa questão infere a discussão de como o aprisionamento e a retirada de liberdade dos antes “delinquentes”, posteriormente “infratores”, foi naturalizada.

Em diálogo com o trabalho de dissertação de Miranda¹⁵⁶, a construção desse “menor delincente”, permeou a lógica policial e o discurso do Estado, das instituições e conseqüentemente das medidas assistenciais, voltadas para um aspecto de coerção e controle dos infantes empobrecidos e que vivenciavam as ruas e a vulnerabilidade econômica e social, o qual para o historiador atrelava esses sujeitos as instâncias das ruas, do trabalho e da violência durante parte do século XX.

¹⁵⁵ MORELLI, José Ailton. **A criança, o menor e a lei: uma discussão em torno do atendimento infantil e da noção de inimputabilidade**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Assis, UNESP, 1996.p. 116.

¹⁵⁶ MIRANDA, Humberto da Silva. **Meninos, moleques, menores... Faces da infância no Recife 1927-1937**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2008. P. 32



Figura 7: **Menores da Fundac fazem novo tumulto em presídio.** DIARIO DE PERNAMBUCO, Recife, 11 de setembro de 1991. Acervo: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

A construção menorista se manifesta diariamente nos jornais, como dito em outro momento do trabalho, as permanências são visíveis nas matérias que retratam as crianças e adolescentes como os sujeitos perigosos da sociedade. A matéria acima, registra um processo de tumulto no que deveria ser uma unidade socioeducativa, porém, chamado de “presídio” e ao que é dito pelo jornal também é tratado como um. A unidade chamada de presídio se localiza na RMR, em Paratibe, bairro da cidade de Paulista que fica a cerca de 20 km do centro da capital pernambucana, mas serve de mote reflexivo a forma como o Estado cinco anos após a aprovação do Estatuto, mantinha as forças policiais e de segurança como inimigos das crianças e adolescentes.

Em nenhum momento o objetivo é pôr em lugar de sacralidade as ações dos adolescentes reportadas pelo jornal e pela polícia, porém, a Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC, outrora chamada Febem, é marcada pelos processos de violação de direitos humanos contra as crianças e adolescentes, além de que o próprio

Estatuto prevê a internação em ambientes propícios para o desenvolvimento psicossocial do adolescente, o que aparenta não ser o caso do “presídio”. Essa perspectiva adotada na matéria jornalística, coaduna com os relatos trazidos acima pela então delegada Olga Câmara, o sistema policial não acompanhava as mudanças da lei, operavam sob o Estatuto e com os preceitos do Código de Menores.

O caminho percorrido desde o código se torna importante para analisarmos a notícia e seus diversos significados, no sentido de que havia uma disputa de narrativas sobre a menoridade penal que não estava restrito a redemocratização. Entretanto, é nesse ano de 1996 que é criado o primeiro conselho tutelar na cidade do Recife, documento da Câmara Municipal do Recife, datada de 1995, a lei N° 16.092 dispõe da criação dos conselhos tutelares, afirmando a necessidade de abertura de ao menos um em cada uma das seis RPAs. Porém, há um hiato até a primeira eleição realizada no município, que é aproximadamente de 1 ano.

A partir desse hiato, houve uma organização do COMDICA para divulgação da eleição e inscrição dos candidatos a conselheiros tutelares. Desse modo, deixamos para o último capítulo da dissertação os relatos de memórias e as experiências dos conselheiros tutelares da cidade do Recife no período de formação e implantação do órgão. Estabelecendo diálogos com as fontes de periódicos e do COMDICA Recife, intercruzando também com a legislação. Além das narrativas orais dos conselheiros tutelares, a delegada Olga Câmara e o jurista Antônio Fernando do Amaral e Silva terão seus relatos como fonte para a escrita do trabalho e debates acerca da implantação e funcionamento do conselho tutelar, como os primeiros anos de vigência do Estatuto.

TERCEIRO CAPÍTULO

MEMÓRIAS DE IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES NO RECIFE

*A memória guardará o que valer a pena.
A memória sabe de mim mais que eu;
e ela não perde o que merece ser salvo¹⁵⁷*

O terceiro capítulo que se inicia, tem como proposta aprofundar os debates acerca dos conselhos tutelares, focando na implantação do órgão na cidade do Recife. O caminho do trabalho percorrido até o momento nos capítulos anteriores, indica a importância prática dos conselhos quando falamos de política de Direitos Humanos no âmbito nacional, trazendo a reorganização do Estado e da legislação a partir da redemocratização brasileira.

Nesse sentido, o país tem em sua legislação voltada para as crianças e adolescentes, a perspectiva de integração entre as esferas de poder para a construção de uma política social e de atendimento a esses sujeitos. Porém, é importante ressaltar que as experiências podem ser diferentes, pois cada município tem a autonomia de propor e construir ações, projetos e programas relacionados a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Uma legislação que proporciona o reconhecimento específico ao sujeito criança e ao sujeito adolescente e tem entre seus princípios, a descentralização e a participação para que se torne efetivo na vida social. Assim, o papel dos municípios é fundamental para o Estatuto ganhar corporeidade, pois é a esfera mais próxima das comunidades, das famílias e dos cidadãos, é nessa instância em que existe uma proximidade maior entre sociedade e Estado, ou seja, o município torna-se responsável pela integração do campo de decisões com caráter democrático pela participação da sociedade civil.

¹⁵⁷ GALEANO, Eduardo. **Dias e noites de amor e de guerra**. Porto Alegre: L&PM Pocket Editores, 2001.

Portanto, o protagonismo do poder municipal é um aspecto relevante ao tratar do Estatuto das Crianças e Adolescentes e sua efetivação, tornando-se uma esfera autônoma e que tem responsabilidades de criar, de planejar, construir projetos e programas, angariar recursos, fiscalizar o uso dos fundos específicos para a política de direitos humanos de crianças e adolescentes, fiscalizar e executar as políticas gestadas. Esse movimento de municipalização prevista pode ser lido de duas maneiras diferentes, ou até certo ponto até integrada, pois ao passo que esse processo desonera o governo federal e proporciona que o Estado retire recursos das políticas sociais, possibilita que haja uma participação popular mais integrada com a paridade nos órgãos e conselhos.

Desse modo, compreendemos essa municipalidade debatida durante todo o trabalho entre essa fissura do ideário neoliberal de descentralizar para desonerar o Estado e atribuir a responsabilidade aos municípios, ou seja, terceirizar atribuições e reduzir gastos públicos do governo federal. Porém, esse aspecto que pode ser lido como uma decisão técnica de gestão pública, possibilita o debate em torno da participação social no campo político que a redemocratização evidenciou no país.

Contudo, o capítulo tem como objetivo historicizar a implantação dos conselhos tutelares da Cidade do Recife, assim como investigar os caminhos escolhidos pelo município para o perfil desses órgãos. Para isso, é preciso buscar como foi o processo de escolha dos conselheiros tutelares, os critérios para a participação e a consequente formação dada a esses sujeitos.

Para responder a essas questões, foi preciso a utilização de diversas fontes como dito na introdução, desde o uso dos periódicos que estiveram presentes em toda a dissertação, as normas jurídicas e legislativas, temos os relatos orais transcritos como os principais documentos para análise, junto a um documento construído pelos conselhos tutelares da cidade no último ano da primeira gestão, chamado “Considerações a cerca das Crianças e Adolescentes, proferidas ao longo dos 02 anos de existência dos Conselhos Tutelares do Recife”, datado de fevereiro de 1999.

A partir desse último documento, o caminho metodológico será o diálogo com outras fontes já apresentadas no decorrer do trabalho. Cabe assim, indicar que esse documento é um breve relatório, porém, que possibilitou a emergência de questões importantes para refletirmos sobre o Sistema de Garantia de Direitos – SGD e as condições que o poder municipal ofereceu aos conselhos tutelares recém implantados na cidade.

3.1 – Memória e História: tecendo narrativas históricas por meio de relatos orais

Galeano em seu livro *Dias e noites de amor e de guerra*, afirma inicialmente que a memória guardará o que para ele vale a pena, inferindo a possibilidade de uma memória que em tese seria seletiva. Nessa obra, ele faz emergir memórias de violências praticadas por regimes autoritários na América latina, narrando a partir de relatos de sujeitos que vivenciaram esses momentos de crimes contra os direitos humanos e as liberdades individuais e coletivas.

O aspecto da memória seletiva que Galeano traz em seu livro, serve de mote para discutirmos algo importante para o trabalho, pois não vamos abordar a memória como um aspecto que retém “pureza”, uma verdade findada em si como os memorialistas muitas vezes se apegam e reproduzem. Partimos da perspectiva que há fatores, causas e motivações que incorrem para que algumas lembranças sejam mais fortes em cada indivíduo, como uma espécie de juízo de valor do subconsciente.

O ato de recordar é visto como inerente ao sujeito, seja de algo de sua infância, uma brincadeira, um tombo, um amigo, sua mãe e seu pai, até uma reclamação... algo que machucou, que deixou marcas, enfim, lembranças que fazem emergir sentimentos. Se lembrar, rememorar, evocar, recordar, são tantos sinônimos que remetem a uma prática que está presente no cotidiano até de maneira mais mecânica, como lembrar da linha do ônibus que deve pegar, da conta a pagar, do compromisso firmado. E em torno desse processo, a contemporaneidade é acompanhada de um sentimento de velocidade e aceleração da vida, em uma dinâmica acelerada, muita coisa a fazer e muita coisa a não esquecer, e assim pensamos, como lidar com a própria memória?

Memória, terreno arenoso ao qual todos os sujeitos pisam diariamente e por muitas vezes não percebem a sua permeabilidade, ou seja, como cada um pode deixar-se afogar nas próprias memórias, ou quem sabe até na falta dela. *Funes, o memorioso*, conto de Jorge Luis Borges¹⁵⁸ que tem como personagem principal o Irineu Funes, jovem que tinha o “dom” – se podemos chamar assim – de se recordar de tudo o que vivera, não somente das palavras exatas em um diálogo feito, mas das folhas que caíam quando proferia cada palavra, na cor dessas folhas e nas sensações que o sentira. Ao contrário do que podemos pensar, essa prática tornava a vida do rapaz impossível de ser vivida na complexidade dos dias e das relações, ele dispunha de mais tempo para se recordar, do que para viver.

¹⁵⁸ BORGES, José Luis. “Funes, o memorioso”. In: **Ficções**. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.

O conto de Funes, remete como a memória pode ser uma armadilha para quem hipervaloriza o ato de lembrar. Em contraponto a esse personagem, apresento no polo oposto o Dr. P., personagem do conto de Oliver Sacks¹⁵⁹, chamado “*O homem que confundiu sua mulher com um chapéu*”, o qual resumidamente não consegue lembrar do nome dos objetos, parte do corpo humano e imagens relacionadas a fisionomia. Sua memória construída cotidianamente era imbuída de outros sentidos, estes bastante diferentes do que podemos dizer da maioria dos seres humanos.

Em um dos “equivocos” do Dr. P., ele confundiu a sua esposa com um chapéu, tentando pôr a sua cabeça sob a sua, pois a ele, a palavra chapéu não significava que a materialidade seria o que chamamos de chapéu. Essa relação entre um sujeito que não esquece nada e outro que não imbuí sentidos as suas memórias, proporciona pensarmos como a memória pode ser experienciada de maneiras diferentes, como também pode ser analisada e conceituada em uma pluralidade.

Na atividade do historiador a memória é uma matéria prima, se assim podemos chamar, para a escrita da história. A memória individual e a memória coletiva fazem parte do que o historiador tenta acessar para tecer e produzir suas narrativas, desde a memória de um sujeito acerca de determinada vivência ou as memórias de um grupo social para ler as representações de certo tempo e recorte histórico. Compreender a memória como uma fonte, dialoga com a concepção de tempo e de história que cada historiador adota e constrói sentido.

A historiadora Lucília de Almeida Neves Delgado, traz uma concepção relevante para o caminho escolhido no presente trabalho, o qual toma as memórias e os relatos orais como questões intimamente ligados a outras dimensões importantes para a narrativa e para a historicização de processos sociais e políticos, instituições e trajetórias de sujeitos aqui presentes.

Tempo, memória, espaço e história caminham juntos. Inúmeras vezes, através de uma relação tensa de busca de apropriação e reconstrução da memória pela história. A relação tencionada acontece, por exemplo, quando se recompõem lembranças, ou se realizam pesquisas sobre guerras, vida cotidiana,

¹⁵⁹ SACKS, Oliver. **O homem que confundiu sua mulher com um chapéu e outras histórias clínicas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

movimentos étnicos, atividades culturais, conflitos ideológicos, embates políticos, lutas pelo poder.¹⁶⁰

Essa concepção dialoga com a perspectiva de temporalidade adotada pelo trabalho, a qual Koselleck problematiza e defende a constante interlocução entre o passado, o presente e o futuro. A relação conflituosa das temporalidades nas análises históricas, tornam a memória um espaço de disputa. Um local em que as diversas forças presentes nas tramas cotidianas se manifestam, desde os interesses políticos para forjar determinados interesses comuns à construção de uma identidade do sujeito social.

A disputa de narrativa ocorre politicamente e socialmente no dia a dia, com temas sensíveis e não resolvidos na sociedade brasileira, como a ditadura militar ou o golpe mais recente de 2016, ou mesmo na cidade do Recife, com a valorização de uma memória de ocupação holandesa que foi criada, recriada e conseqüentemente resgatada de acordo com o momento. Segundo a historiadora Delgado, a memória é alvo desses movimentos, mesmo não alterando em nenhum momento o vivido na materialidade pelas mulheres e homens em seu tempo.

Sem qualquer poder de alteração do que passou, o tempo, entretanto, atua modificando ou reafirmando o significado do passado. Sem qualquer previsibilidade do que virá a ser, o tempo, todavia, projeta utopias e desenha com as cores do presente, tonalizadas pelas cores do passado, as possibilidades do futuro almejado.¹⁶¹

A historiadora propõe pensarmos a memória como um mosaico de sobreposições, as quais o tempo as altera, ora pode cristalizar determinado aspecto ou quiçá, fazê-lo desaparecer. Contudo, a memória não é história, nem o contrário. Em alguns momentos podem ter aspectos muito próximos, desde a construção das identidades, dos valores coletivos e dos signos e símbolos tornados importantes para certos grupos sociais, ou até a utilização do passado como um suporte, como um aspecto importante para as relações de poder. Porém, a criticidade da história é o fator preponderante para separação de ambos, não buscamos pôr as duas instâncias como antagônicas, mas demarcar que são diferentes.

Assim, a memória como uma matéria prima para a escrita da História, é composta por uma relação de interesses, que envolvem o diálogo, as tentativas de silenciamento, as

¹⁶⁰ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, NEVES, Lucilia de Almeida. **História Oral e Narrativa: tempo, memória e identidades**. História Oral (Rio de Janeiro), São Paulo, v. 6, 2003, p. 10

¹⁶¹ **Ibid.**

apropriações e as hiper valorizações. Diferentemente de Pierre Nora, que aponta uma completa oposição entre História e Memória, tal qual o Halbwachs, vamos partir da compreensão em que a relação é feita de conflitos e de encontros entre as duas instâncias. Contudo, o historiador francês suscita uma reflexão importante que tomaremos como parte do caminho teórico, “A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado [...] A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico.”¹⁶²

Como demarcado na introdução, é do diálogo entre as concepções de memória de Lucilia de Almeida Delgado, além de Alessandro Portelli e Antônio Torres Montenegro que serão construídas as análises e debates decorrentes das fontes orais, visando operar esses conceitos nos deslocamentos empreendidos a partir dos relatos de memória – as narrativas orais – de sujeitos que tiveram em algum momento a sua trajetória se relacionado às questões caras ao trabalho.

Assim, temos relatos de indivíduos que participaram ativamente do processo de redação e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, como o Antônio Fernando do Amaral e Silva, ou integravam o aparato policial durante aqueles anos, como Olga Câmara, que se fazem presente no capítulo anterior. Da mesma maneira com os conselheiros tutelares e sujeitos que estiveram imersos na formulação dos primeiros conselhos tutelares no Recife ou nas formações técnicas feitas para a nova política de atendimento que ali se formava.

Apresentar os sujeitos e suas trajetórias é um aspecto significativo para compreender as suas experiências no campo do direito e da proteção de crianças e adolescentes. Como dito anteriormente, Antônio Fernando do Amaral e Silva é catarinense, um senhor que atuou como Procurador de Justiça e foi Juiz de Direito, além disso, foi membro da Comissão de Redação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1988 e delegado do Brasil na ONU na Convenção Internacional de Direitos das Crianças também em 1988.

Essa apresentação de cunho mais curricular, é para demonstrar que existiu uma ligação institucional-profissional com as questões referentes as crianças e adolescentes, sendo importante demarcar o espaço temporal de sua atuação, final da década de 1980 e dando sequência na década seguinte. O Amaral e Silva, participou da redação do Estatuto

¹⁶² NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Projeto História, n. 10. São Paulo: Educ, 1993, p. 9

e que segundo o mesmo, foi o proponente do que veio a ser posteriormente o Conselho Tutelar, pensado por ele em outra configuração e princípios de funcionamento diferentes, o que será debatido no decorrer do capítulo.

Da mesma maneira, Olga Câmara teve sua vida profissional ligada as crianças e adolescentes. Nascida no Rio Grande do Norte, tornou-se policial civil em Pernambuco, foi uma delegada da Polícia Civil e posteriormente passou a integrar o Departamento de Polícia de Menores ligada a Secretária de Justiça durante a década de 1980, sendo diretora de unidade de infratores no Estado e colaborando na formação técnica de policiais acerca os direitos das crianças e adolescentes antes do Estatuto e após aprovação. Ainda atuou como delegada especificamente da DPCA durante os anos de 1990, trazendo memórias de suas experiências em momentos distintos da relação Estado-Crianças e adolescentes.

Se os entrevistados tivessem que ser segmentados por área de atuação, teríamos o primeiro bloco composto pelo Amaral e Silva e Olga Câmara como membros do sistema de justiça, em diferentes âmbitos, um como jurista e outra como parte do aparato de segurança e teríamos outros dois campos de atuação: conselheiros tutelares, ou seja, os sujeitos que tiveram em sua trajetória a atuação como conselheiro tutelar na primeira eleição da cidade, no caso, nominalmente seriam Alexandre Bezerra e o João José, por fim, o campo da formação da política municipal de direitos humanos de crianças e adolescentes, sendo a professora Valéria Nepomuceno a sujeita a ter seus relatos como fonte para a escrita do trabalho.

Antes de nos atermos aos debates propostos a partir das fontes, é imprescindível conhecer o Alexandre Bezerra e o João José que foram apenas citados no decorrer de todo o trabalho, porém, no último capítulo tornam-se muito importantes para a construção da presente narrativa. O primeiro conselheiro tutelar entrevistado foi o Alexandre Bezerra, homem de 52 anos, morador do bairro de Apipucos na zona norte do Recife e em sua infância e adolescência estudou como bolsista em um colégio privado conhecido por dispor de bolsas de estudos para crianças da circunvizinhança, o colégio Marista, depois foi para a Rede Estadual e concluiu o que era chamado de segundo grau, atual Ensino Médio.

O seu percurso de jovem, foi muito ligado a movimentos populares, viveu durante a juventude o ápice da teologia da libertação e que teve Dom Helder Câmara como

principal fonte irradiadora de um catolicismo de cunho mais popular e voltada para questões sociais relevantes, como a minoração da desigualdade social.¹⁶³

A partir da entrevista com Alexandre, percebe-se que foi um jovem muito católico e ligado aos movimentos eclesiais de base, que além de uma formação teológica debatiam a realidade social e inclusive o fim da ditadura militar. Em sua fase adulta integrou as lutas sociais de bairro, fazendo parte da associação de moradores de um bairro que tradicionalmente é de classe média e alta¹⁶⁴, mas que tem uma comunidade periférica que “integra” o mesmo bairro, Apipucos.

Eu me envolvi com associação de moradores do bairro onde morava no bairro de Apipucos e apesar de ser um bairro tradicional, um bairro de elite aqui do Recife, mas a gente tinha comunidade lá dentro. Sim, mas assim, apesar de ser um bairro de elite, a gente tinha umas comunidades lá dentro, inclusive com área de invasão, né? ¹⁶⁵

Esse caminho narrado de maneira breve, serve para aos poucos entendermos o processo até a chegada ao conselho tutelar e quais motivações o levaram a militar pelas causas das infâncias, dado que o mesmo afirma que as crianças e adolescentes tornaram-se não só campo de atuação profissional, mas causa principal de luta durante a sua vida, o qual afirma ter se dedicado desde jovem até os presentes dias.

O segundo conselheiro tutelar entrevistado, foi o João José, um homem também de 52 anos, como Alexandre Bezerra. Nascido em Bom Jardim, município localizado no agreste de Pernambuco e radicado no Recife desde criança. Cresceu e viveu durante toda adolescência na comunidade Campo da Vila, localizada em um bairro de classe média alta da cidade, Espinheiro, onde ainda permanece. Teve sua infância e adolescência

¹⁶³ A teologia da libertação surge durante a década de 1960 como fruto da relação política – religião. Em 1968 há a Assembleia dos bispos latino-americanos em Medellín, Colômbia, esse evento ocorre em um momento histórico de bastante recrudescimento democrático na América do Sul, com as ditaduras militares instauradas no Paraguai em 1954, no Brasil e na Bolívia em 1964, Argentina em 1966 e no Peru em 1968. Assim, esse caminho teológico da Igreja Católica, surge em contexto de marginalização dentro da própria instituição, pois nasce nos trópicos por necessidade de responder questões que eram específicas dos países latinos, a pobreza e a violência do Estado nas ditaduras foram alvos de debates de religiosos que propiciaram a construção de uma nova epistemologia de fé cristã. Dentre esses católicos, o Dom Helder Câmara foi um dos que tiveram bastante proeminência nos debates públicos no Brasil e na América latina, sendo o Recife o principal lócus de sua atuação nas décadas de 1970 e 1980. Para mais ver: BAPTISTA, Paulo Agostinho N. **Religião, política e Teologia da Libertação: trajetória e desafios**. Revista Pistis Praxis, v. 6, p. 849-874, 2014

¹⁶⁴ O Bairro de Apipucos localiza-se na RPA 3 e fica a 8 km do centro da cidade, tem suas origens ligadas a economia açucareira no período colonial e hoje tem duas comunidades reconhecidas como ZEI'S, a Vila Macionila, conhecida como Mussum e a Vila São João. Informações do site da Prefeitura da Cidade do Recife. Para mais, ver: <<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/apipucos?op=NTI4Mg==>>. Acesso em: 09/03/2020.

¹⁶⁵ Entrevista com Alexandre Bezerra. Realizada em Paulista, no dia 6 de maio de 2020. Entrevistador: João Victor Braga. Transcrição: João Victor Braga.

marcada pelo trabalho duro de seus pais, aonde sua mãe chegou na cidade e tornou-se empregada doméstica e seu pai zelador de supermercado, além de adentrar no mundo do trabalho muito cedo, desde os seus quatorze anos.

Um aspecto interessante no percurso dos dois, é a relação com a escola pública, João tem sua formação educacional na rede básica de ensino municipal e estadual. Além, de ter a militância como um ponto relevante na trajetória, iniciando com os quatorze anos em movimento estudantil secundarista e após em sua juventude, migrou naturalmente para as lutas populares de bairro, onde integrou movimentos comunitários, sendo ainda hoje o mote principal de sua atuação política, que reflete em seu trabalho na Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM em que se encontra conselheiro Nacional do maior movimento de líderes comunitários.

Olha, eu sempre tive envolvido com a política de garantia de direitos, sempre estive na área da criança e do adolescente. Desde os meus quatorze anos, desde que comecei a trabalhar ainda estudando, tava no movimento estudantil, foi a minha vertente pra fazer a luta política por políticas públicas, por garantia de direitos, para lutar por um coletivo maior. Dos quatorze anos até... aos dezanove, eu estive no movimento estudantil secundarista e do movimento estudantil secundarista, eu ... já com o pé no movimento popular, ai comecei a atuar nas lutas por bairros e movimentos comunitários.¹⁶⁶

No campo teórico da História Oral, historiadores dividem em gêneros o trabalho metodológico, sendo um conhecido por história oral de vida e o outro de história oral temática. Quando ouvi durante a graduação sobre essas possibilidades, compreendi que um voltava-se para um caráter biográfico do entrevistado e o outro para um recorte de interesse do pesquisador. Essa interpretação seria a mais plausível de acordo com a Verena Alberti, já citada anteriormente, por José Carlos Sebe Meihy e Fabiola Holanda¹⁶⁷, ou mesmo Michel Pollak.

Deste modo, trabalhamos com a história oral temática e não a trajetória de vida, apesar da compreensão que é inseparável o sujeito de suas ações e experiências. Com isso buscamos conhecer e entender o percurso de vida dos entrevistados, principalmente os conselheiros tutelares que compuseram a primeira turma eleita e empossada do Recife ainda na década de 1990, para compreender suas trajetórias e motivações.

¹⁶⁶ Entrevista com João José. Realizada em Paulista, no dia 11 de maio de 2020. Entrevistador: João Victor Braga. Transcrição: João Victor Braga.

¹⁶⁷ MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

3.2 – Os conselheiros tutelares: os caminhos que os levaram para eleição e a posse

Mais do que uma metodologia de pesquisa, a História Oral se revelou como um caminho metodológico que é composto por várias camadas de complexidade, compreensão e uso para os pesquisadores, principalmente os historiadores. A possibilidade de ter contato com sujeitos, indivíduos que tiveram sua materialidade cruzada em algum momento de vida com aspectos e processos sócio-históricos importantes para sua pesquisa é um desafio, pois não é o lugar mais comum a nós que somos habituados aos arquivos e aos papéis.

O arquivo é o lugar que o historiador se acostuma a estar e trabalhar, o qual segundo a Arlette Farge tem um clima mais frio e gélido do que acolhedor, mas que recebe um sentido pela corporeidade do pesquisador, do historiador e de seus métodos que são influenciados pela materialidade da vida¹⁶⁸. Nesse sentido, percebemos como a relação historiador e fonte são extremamente importantes para um trabalho historiográfico, se com o documento papel é essencial uma relação respeitosa e ao mesmo composta por tensionamentos, com a fonte oral que vem a se tornar documento, isso se torna mais visível, pois há a interação de pesquisador com o documento que só é possível por meio da interlocução do sujeito.

Essa relação entre o documento e o historiador que a Farge traz, dialoga com a afirmação do historiador Marc Bloch acerca da pesquisa e a relação com suas fontes, ao dizer que:

Muitas pessoas e mesmo, parece, certos autores de manuais fazem uma imagem surpreendentemente cândida da marcha de nosso trabalho. No princípio, diriam de bom grado, eram os documentos. O historiador os reúne, lê, empenha-se em avaliar sua autenticidade e veracidade. Depois do que, e somente depois, os põe para funcionar... Uma infelicidade apenas: nenhum historiador, jamais, procedeu assim. Mesmo quando, eventualmente, imagina fazê-lo. Pois os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los.¹⁶⁹

Evidencia o caráter problemático do uso da fonte quando tomada como verdade, quando não questionada em uma inércia de esperar voz própria dos documentos. Consequente, o autor tece críticas as formas que a pesquisa pode ser construída sem a utilização das diversas fontes que são possíveis e estão disponíveis ao historiador. Se há

¹⁶⁸ FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. P. 17

¹⁶⁹ BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001, p. 79.

testemunhos diversos que são acessíveis, por que não os buscar? Porém, mas do que haver os documentos é preciso que saibamos questioná-los, se ater as ferramentas e técnicas que correspondem ao tipo de fonte que será empregada no trabalho.

Ao trabalhar com os relatos de memória, os testemunhos se transformam de palavras e expressões para um texto, um documento transcrito que concentra anos de experiências e de vivências em poucas páginas. As entrevistas realizadas foram momentos de muita valia para a prática de pesquisa histórica, além da transcrição, o momento de encontro e de conversas tranquilas com ouvidos atentos, proporcionaram refletir sobre o que significa viver aquele momento e da autoridade imbuída a fala do sujeito no que concerne o seu protagonismo quanto memórias a serem ouvidas, lidas e sentidas.

Nesse sentido, cabe ao pesquisador transformar essas memórias em fontes históricas, o que não significa ser uma atividade laboratorial em que o ambiente é controlado e não existe interferências e ruídos. Há o fator da vida humana presente, onde os valores morais, as crenças, o ego e toda a carga emocional está presente, o que também pode ser lido e relido para a análise e produção historiográfica.

Esses ruídos poderão ser percebidos no decorrer das análises, nos discursos dos entrevistados ao rememorem momentos importantes para eles. Diante disso, falar do processo de instalação e abertura dos conselhos tutelares no Recife envolveu muito orgulho de fazer parte e integrar aquele órgão que se formava, é percebido nas falas de Alexandre e de João que a vida deles foram marcadas por esse fato pessoal que integra toda uma trama política e social.

Para Alexandre, o processo de abertura dos conselhos não foi uma surpresa, ele fazia parte de debates acerca das questões sociais na Prefeitura do Recife durante a década de 1990.

Eu era chamado de delegado de orçamento participativo, era uma época do governo Jarbas, era bem forte ainda, foi um dos pioneiros nessa história de implantação de orçamento participativo, chamar as pessoas para discutir, elegia delegado, era bem legal e participativo mesmo. [...] Eu sabia que tava pra abrir essa história de conselho tutelar, como eu ia pras reuniões na época, já se falava que a prefeitura tava nesse movimento de implantação. Eu busquei saber o que era o conselho, achei interessante a proposta e fiquei atento.¹⁷⁰

¹⁷⁰ Entrevista com Alexandre Bezerra. Realizada em Paulista, no dia 6 de maio de 2020. Entrevistador: João Victor Braga. Transcrição: João Victor Braga.

Durante o ano de 1996, Alexandre integrava, como membro da sociedade civil, debates acerca do orçamento municipal¹⁷¹ e o uso de recursos nas comunidades. Essa inserção proporcionou que o conhecimento sobre o conselho tutelar chegasse antes para ele do que para parte da população da cidade, que teve acesso somente pelos jornais durante o mês de julho daquele ano.

João, o outro conselheiro tutelar que se faz presente no trabalho, atuava naquele momento com crianças e adolescentes em um projeto ligado a pedagogia de rua¹⁷², chamado Oficina de Papel. O projeto era feito com crianças e adolescentes em situação de rua, realizado em galpões de uma antiga fábrica de biscoitos no centro da cidade e em frente à prefeitura. Segundo ele, acompanhou de perto todo o transcurso para implementação dos conselhos, pois já tinha sua vida marcada na luta por direitos, tanto comunitários, como naquele momento já se aproximava das infâncias em outros âmbitos, inclusive próximo ao MNMMR.

Depois disso estive atuando junto ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, através de Silvia que foi uma das conselheiras junto com nós, naquele momento lá trás, no primeiro mandato. Antes do primeiro mandato, por conta dessas minhas diversas experiências, eu estive no ... na construção da primeira eleição, primeiro de divulgar o papel do que é conselho tutelar e junto isso ao COMDICA, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Recife... é... a gente fez primeiro esse papel de divulgação, de trabalhar esse contexto, junto com o movimento nacional, junto com outras organizações, o Centro Dom Helder Câmara, e outras organizações que estiveram nesse processo.¹⁷³

Desse modo, vemos como havia uma atuação no campo dos direitos das infâncias antes da atividade de conselheiro tutelar. Alexandre, pela Associação de Moradores de Apipucos, já havia impetrado ações requerendo creches para o bairro e o João ligado diretamente as crianças e adolescentes em projetos sociais e militância por meio do

¹⁷¹ A participação popular no orçamento da cidade se inicia de fato na segunda gestão do prefeito Jarbas Vasconcelos em 1990, com a Lei Orgânica do Município do Recife, que passa a prevê a partir de 1993 por meio do Programa Prefeitura nos Bairros/Orçamento Participativo (PPB/OB), reuniões e plenárias com delegados escolhidos pelas comunidades e bairros, onde aprovariam ou colocariam em pautas ações de interesse coletivo e de necessário investimento municipal. Para mais, ler: SANTOS. Rodrigo Callou da Silva. **Do orçamento participativo ao Recife participa: uma avaliação comparativa dos processos de participação no planejamento e gestão urbanos do Recife**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

¹⁷² A pedagogia social de rua é uma ferramenta educativa amplamente utilizada para crianças e adolescentes em situação de rua, visa ressignificar o lugar da rua que pode representar desde o limbo, o abandono, a própria ideia de última alternativa para esses sujeitos para uma espécie de passagem que precisa de processos educativos e formativos. Assim, dois valores tornam-se importantes: a acolhida e a formação, o educador social de rua precisa de uma imersão para aproximar-se da dinâmica das crianças. Para mais, ler: FREIRE, Paulo. **Educadores de rua uma abordagem crítica. Alternativas de atendimento aos meninos de rua**. UNICEF, Bogotá, 1989.

¹⁷³ Entrevista com João José. Realizada em Paulista, no dia 11 de maio de 2020. Entrevistador: João Victor Braga. Transcrição: João Victor Braga

MNMMR, passando posteriormente para a institucionalidade do COMDICA na divulgação do que viria a ser o órgão que estava em processo de formação.

Além da trajetória deles se ligarem no tocante aos direitos sociais e humanos, apontam que esse aspecto era comum nos candidatos da primeira eleição. Um número significativo de conselheiros partia de movimento social, não necessariamente ligado as crianças e adolescentes, mas que atuavam em diversas frentes sendo a principal delas, as lutas comunitárias. Segundo João:

Uma grande maioria era de movimento comunitário, não tinha uma ligação com a política de garantia de direitos, mas especificamente, segundo o Estatuto da criança e do Adolescente, é... Uma grande maioria não tinha essa experiência, essa expertise, tanto que é que nós da RPA 3, a gente se destacou muito, por quê? Por que tinha Silvia que era de base, era coordenadora estadual do movimento nacional de meninos e meninas de rua, Alexandre era... trabalhava num processo de creche e também de educação da região por conta da sua vocação religiosa, daquela área ali de Apipucos.¹⁷⁴

Partindo desses relatos, é perceptível que o perfil dos conselheiros que participaram da primeira eleição em 1996 era de pessoas ligadas a militância ou questões sociais, o que demonstra uma proximidade a premissa básica de participação da sociedade civil organizada nos conselhos. À vista disso, a proposta é caminhar de maneira linear na implantação dos conselhos, compreender inicialmente quem foram esses sujeitos a participar da eleição, como foi o processo eleitoral, a formação dos profissionais, o papel dos conselhos de direitos e das organizações civis e por fim, tentar chegar a dinâmica de trabalho e atendimento empreendido naquele momento.

Analogamente a divulgação feita pelo COMDICA, os jornais da cidade começaram a divulgação da implantação dos conselhos. Foi feito um levantamento do ano de 1996 inteiro do *Diário de Pernambuco*, sendo dia 09 de junho a primeira notícia divulgada chamada *Justiça assegura direitos de menores infratores do Estado*, a qual está com um trecho disposto no capítulo segundo, mas que nesse momento é posta para uma análise que no momento anterior não feita mais aprofundada, pois o objetivo era somente percorrer as notícias de jornais acerca dos conselhos.

¹⁷⁴ Entrevista com João José. Realizada em Paulista, no dia 11 de maio de 2020. Entrevistador: João Victor Braga. Transcrição: João Victor Braga.



Figura 8: **Justiça assegura direitos de menores infratores do Estado.** DIARIO DE PERNAMBUCO, Recife, 09 de junho de 1996. Acervo: APEJE

Como pode ser visto, a mídia iniciava a construção imagética do conselho tutelar como um órgão feito para “menores infratores”, reforçando o estigma do menorismo e expondo de maneira equivocada a quem foi destinado e quais as suas atribuições previstas legalmente. O conselho tutelar em nenhum momento foi pensado para adolescente em conflito com a lei, mas sim para proteger e zelar pelos direitos preconizados no Estatuto, onde é posto como um órgão que está próximo a comunidade, a escola e a família das crianças e adolescentes.

A notícia acima afirma que o Plano Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente foi primordial para que fosse implantado os conselhos na cidade, assim, o CEDCA/PE cumpre o papel previsto de planejamento que orienta os municípios e fomenta a criação dos conselhos tutelares nas cidades. Porém, no final do texto vemos o reforço ao erro da manchete, afirmando que os conselhos tutelares serão “responsáveis pela tutela dos menores que necessitam de medidas sócio-educativas ou que tiveram algum problema em família”¹⁷⁵.

Assim, é preciso denotar que o conselho tutelar não media “problema familiar”, sim violações de direitos de crianças e adolescentes. Segundo os relatos de Alexandre era comum a percepção equivocada da sociedade sobre a função, onde muitas vezes se

¹⁷⁵ DIARIO DE PERNAMBUCO. **Justiça assegura direitos de menores infratores do Estado.** Recife, 9 de junho de 1996. Acervo: APEJE

mantinha presente a ideia repressiva ou de qualquer outra função que não fosse defender os direitos das crianças e adolescentes.

A implantação do conselho tutelar desde o Estatuto, nunca foi uma imagem, nunca se fez um trabalho com a população do que era o órgão, então na cabeça dela, ela ainda tava com a cabeça menorista que a gente chama, do código de menores, era o agente, era o policial, sempre visto com aquela autoridade de prender, de bater, de arreentar, de dizer... autoritária. Lembro que isso se materializava pela forma muito clara que as mães chegassem no conselho, pronto... “eu vim trazer esse menino aqui, vim deixar ele aqui”, como assim, né? Era bem de lei de código de menores, aí a gente explicava como era, mas aí dizia “trouxe esse menino aqui pra você dar um carão nele, né? Um susto, pra dar num sei quê”. Essa era a imagem que eles tinham da gente na época, não que era de direitos, nada disso.¹⁷⁶

Diante disso, cabe ressaltar que o direito à informação é previsto na constituição¹⁷⁷, porém, durante as tantas idas ao APEJE e acesso aos periódicos, é percebido que a veiculação das informações e das notícias referentes as crianças e adolescentes tem em sua maioria o estigma da violência, do menorismo e em certo ponto a veiculação de notícias com conteúdo desinformativo.

Além da notícia apresentada acima, temos mais duas matérias que foram veiculadas na mesma semana. No dia 14 de julho, temos a notícia *Recife define conselhos tutelares*, a qual aborda as funções e como seria organizado a eleição, sendo evidenciado a importância do processo para a efetivação do Estatuto.

Os conselhos tutelares vão funcionar como um fórum formado por representantes da comunidade com a função de observar e cobrar o cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes em áreas tão distintas como educação, saúde, segurança ou assistência social.¹⁷⁸

Seguindo as publicações, no dia 16 de julho o *Diário de Pernambuco* anuncia a inscrição das chapas para a eleição, afirmando que até aquele dia, havia somente dezesseis municípios com conselhos tutelares ativos no Estado de Pernambuco, isso seis anos após a promulgação do Estatuto. Apesar disso, nessa notícia temos informações relevantes quanto a atividade do conselheiro tutelar, onde é disposto que sua remuneração seria de

¹⁷⁶ Entrevista com Alexandre Bezerra. Realizada em Paulista, no dia 6 de maio de 2020. Entrevistador: João Victor Braga. Transcrição: João Victor Braga.

¹⁷⁷ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

¹⁷⁸ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Recife define conselhos tutelares**. Recife, 14 de julho de 1996. Acervo: APEJE

três salários-mínimos e meio, além de um mandato de três anos, sendo a eleição datada para ser realizada no dia 18 de agosto do mesmo ano.¹⁷⁹

Acerca da remuneração, não há uma confiabilidade do valor, a notícia acima cita três salários-mínimos, enquanto João e Alexandre, afirmam que era pouco mais de um salário. “Foi difícil, isso de ponto estrutural, o salário era muito baixo à época, pouco mais que um salário-mínimo ou era um salário-mínimo, por aí.”¹⁸⁰

Consequente a aprovação do Plano Estadual e a verba destinada, foi dado início ao processo de escolha dos conselheiros. Esse passo segundo os relatos dos conselheiros foi composto por etapas, a primeira delas era uma prova, a segunda etapa foi um processo eleitoral muito próximo as eleições majoritárias que ocorrem no país, mas com uma diferença no que diz respeito a formação das chapas, pois somente após os candidatos aprovados na seleção serem listados, houve a formação de chapas coletivas nas RPAs de acordo com os bairros.

Esse formato era voltado para ter representação dentro das RPAs da maior gama de bairros possíveis, dito assim, João José afirma que:

Junto ao COMDICA era naquele período inicial, foi um processo de escolha por chapa e não individual como é hoje, hoje a eleição do conselho tutelar é individual e ao meu conhecimento isso é... desmontou toda uma proposta que tinha pensado anteriormente. Quando você envolve um coletivo, um conjunto de chapa, você fortalece um conjunto, por exemplo, na RPA 3, na qual a gente foi candidato, eu era aqui do Espinheiro, Alexandre de Apipucos, Silvia e Raimundo da Guabiraba e Joseci, a gente conhece como Ceci, vinha de Nova Descoberta, nisso, você fechou um arco da RPA e ai você tinha um processo mais fortalecido.¹⁸¹

O edital da eleição não foi encontrado nos arquivos do COMDICA e nem nos arquivos do CEDCA/PE, sendo nesse momento impossível inter cruzar os relatos com os documentos oficiais. Porém, os relatos dos dois conselheiros foram bastante próximos quando falado sobre esse ponto, proximidades ao abordar as etapas e principalmente o caráter não partidário da eleição, assim como, os relatos da professora Valéria Nepomuceno.

¹⁷⁹ DIARIO DE PERNAMBUCO. **Chapas disputam Conselhos**. Recife, 16 de julho de 1996. Acervo: APEJE.

¹⁸⁰ Entrevista com Alexandre Bezerra. Realizada em Paulista, no dia 6 de maio de 2020. Entrevistador: João Victor Braga. Transcrição: João Victor Braga.

¹⁸¹ Entrevista com João José. Realizada em Paulista, no dia 11 de maio de 2020. Entrevistador: João Victor Braga. Transcrição: João Victor Braga.

Quanto ao certame e as campanhas, Alexandre afirma que foram confeccionadas somente cartilhas como material para ser divulgado nos bairros. Segundo ele, as cartilhas eram informativas e de cunho pedagógico sobre o que seria o órgão e suas funções, tais quais as atribuições dos conselheiros tutelares, abaixo seguem as imagens correspondente ao material de campanha:



Figura 9: **Capa da cartilha de campanha.** Recife, sem data. Acervo: Pessoal de Alexandre Bezerra.

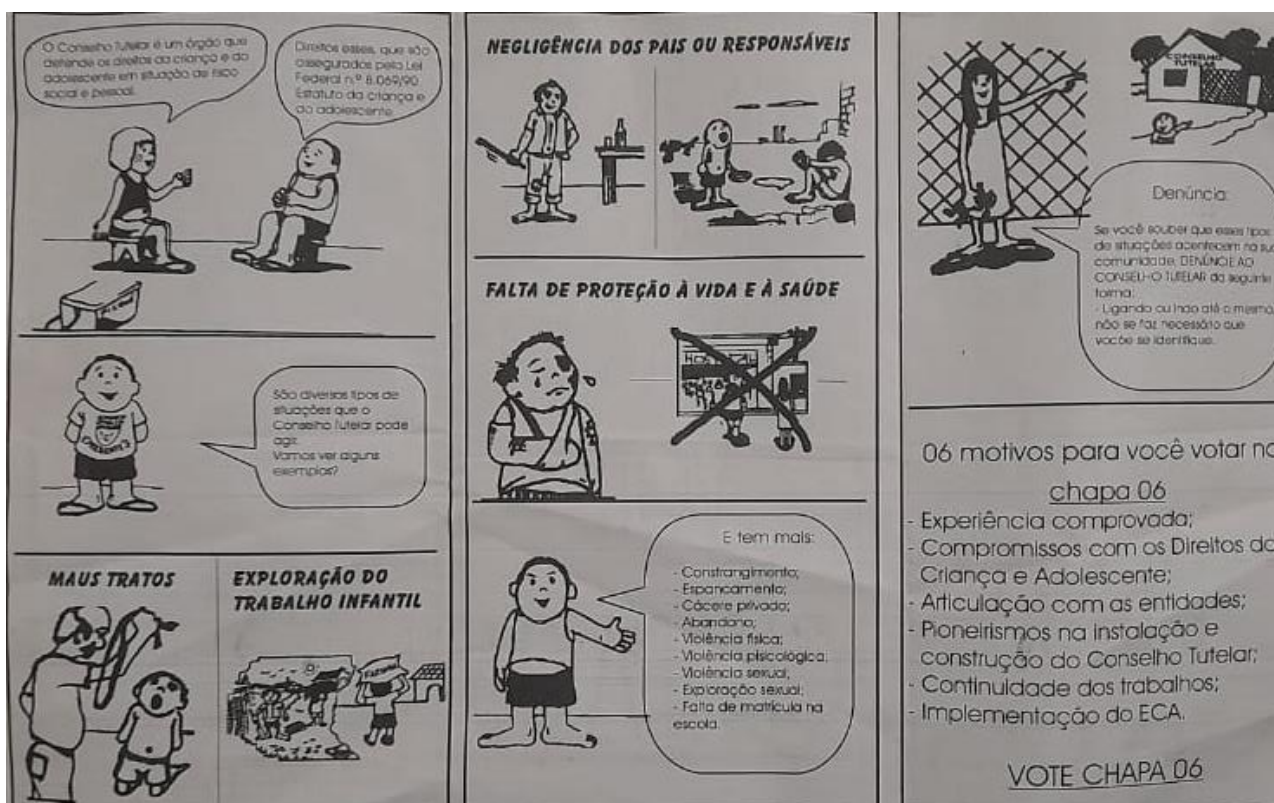


Figura 10: **Cartilha de campanha.** Recife, sem data. Acervo: Pessoal de Alexandre Bezerra.

A cartilha acima utilizada como material de campanha, demarca as principais questões que, segundo Alexandre, estavam latentes naquele momento na sociedade. Desde a violência doméstica intrafamiliar, como a criança e o adolescente no mundo trabalho, tendo a sua vida marcada pela exploração. Além disso, explicita diversas violações de direitos que o conselho tutelar poderia atuar, em uma espécie de apresentação do que seria os direitos das crianças e adolescentes previstos no Estatuto.

Em comparativo, muitos debates que são feitos em torno dos conselhos tutelares nos dias presentes, são relativos ao papel da política partidária e institucional que os conselheiros assumiram. Em 2015 no Ceará foi emitida uma nota técnica do Ministério Público que proibia o uso de nomes de vereadores e o uso da estrutura partidária e correligionária durante o certame tutelar¹⁸², pois o CONANDA, ao deixar a cargo dos municípios o formato e as regras do pleito, não especificou o que haveria de ser proibido e combatido. Assim, o MP do Ceará vedou qualquer atuação partidária dentro das eleições dos conselhos, pois é um debate que há muito acompanha o processo e estigmatiza o conselho tutelar enquanto uma espécie de palanque para vereança.

Em Recife isso não é diferente, a ligação entre vereadores, partidários e candidatos a cargos políticos se faz presente em ano de escolha de conselheiros tutelares. Uma matéria do jornal digital *Marco Zero Conteúdo*, traz um panorama da última eleição na cidade realizada em 2019. Vários vereadores apoiaram e fizeram material de campanha para candidatos, muitos deles ligados a partidos mais conservadores¹⁸³, como o PP – Partido Progressista, o PSL – Partido Social Liberal, que elegeu no ano anterior o presidente Jair Bolsonaro que ataca publicamente o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Esse problema é identificado e reconhecido pela presidente do COMDICA Recife, Ana Farias, que afirma “vereadores colocam dinheiro nas campanhas dos conselheiros

¹⁸² MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ. **Nota técnica integrante do OF. Circular 014/2015: Condutas vedadas aos candidatos a membro do Conselho Tutelar.** Fortaleza, 22 de junho de 2015.

¹⁸³ O Partido Progressista – PP tem sua fundação a partir de alianças com a Aliança Renovadora Nacional – ARENA, partido governista durante a ditadura civil-militar brasileira. Além desse aspecto, nos dias presentes é base governista do atual presidente. Para mais, ver a dissertação: QUADROS, Marcos P.R. **Progressistas, mas conservadores: a ideologia do Partido Progressista no Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Acerca dos posicionamentos atuais do partido, ver: FREIRE, João. **Os 12 partidos que formam a base fiel do governo na Câmara.** Congresso em foco – UOL. Brasília, 30 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/exclusivo-os-12-partidos-que-formam-a-base-fiel-do-governo-na-camara/>>. Acesso em: 21 de mar de 2021.

para ter uma pessoa dele na comunidade”¹⁸⁴. Além disso, ela reconhece o aumento de candidatos ligados as igrejas neopentecostais¹⁸⁵ e que trazem pautas dos costumes como “propostas” para a comunidade a qual representa. Assim, o que hoje é dado como corriqueiro nos conselhos tutelares, em 1996 é retratado como o oposto, com participação e pessoas ligadas as lutas de direitos de crianças e adolescentes ou em grande parte, a luta pelos bairros. De acordo com Alexandre:

Foi uma eleição legal, posso dizer que foi a primeira e única vez, primeira e única vez, importante isso tá gravado, que a gente teve uma eleição em que a gente não teve um comprometimento político partidário. Foi a única vez, porque era um órgão muito novo, as pessoas que vinham, como te disse, vinham de lutas outras, lutas de organização da sociedade mesmo, né? ¹⁸⁶

Ele continua destacando o perfil dos candidatos e de quem conseguiu tomar posse após a eleição.

Então a gente se elegeu naquela perspectiva de conhecer direito o que era o conselho, não sabia direito o que era os direitos da criança, mas vinha pra ajudar a comunidade, né? A partir daquilo, daquele espaço político que cada um já tinha e desenvolvia na sua comunidade, então porque não fazer agora de uma forma remunerada, né? Essa era a perspectiva da gente. Então, vamos dizer assim, a classe política ainda não tinha descoberto, foi a primeira vez que isso aconteceu.¹⁸⁷

As memórias de Alexandre remetem a um processo de autonomia dos candidatos ao aspecto partidário, onde havia falta de conhecimento sobre o conselho tutelar e suas funções, mas estava presente a ideia de direitos de crianças e adolescentes, de colaborar para a comunidade e se voltar para a melhoria da vida de pessoas. Da mesma forma, quando perguntado sobre presença religiosa nos conselhos, João pontua que existia, mas em outras dimensões, de outras formas que as atuais, muito ligado a teologia da libertação e toda uma matriz de leitura e interpretação do mundo mais inclusiva, onde as questões de classe eram primordiais, como dito por Alexandre em outro momento. Segundo João:

Ter tinha, viu? Mas não era tão forte como hoje. Até porque por exemplo, o próprio movimento nacional de meninos e meninas de rua, eles tinham e teve uma origem no pessoal... é, de eclesiais de base, nas sedes. A gente tinha essa

¹⁸⁴ BRITTO, Débora; CORREIA, Mariama. **Política e religião influenciam eleições dos conselheiros tutelares**. MARCO ZERO CONTEÚDO, Recife, 27 de setembro de 2019. Disponível em: < <https://marcozero.org/politica-e-religiao-influenciam-eleicoes-dos-conselheiros-tutelares/> >. Acesso em: 21 de mar. de 2021.

¹⁸⁵ O termo neopentecostal surge nos Estados Unidos da América na década de 1950 e 1960, chegando no Brasil no mesmo período, tem como principal característica a Teologia da prosperidade e ao longo dos anos se fortaleceu no país com acesso a grandes espaços midiáticos. Para mais, ler: TAVARES NETO, J. Q. O neopentecostalismo como alternativa ao poder na Igreja Presbiteriana do Brasil. 2000.

¹⁸⁶ Entrevista com Alexandre Bezerra. Realizada em Paulista, no dia 6 de maio de 2020. Entrevistador: João Victor Braga. Transcrição: João Victor Braga.

¹⁸⁷ **Ibid.**

influência, mas não era uma influência tão forte como é das igrejas protestantes hoje, que é bem mais forte.¹⁸⁸

O relato de João faz alusão a participação de pessoas ligadas a um movimento religioso, porém, ao inter cruzar os relatos dos conselheiros, junto a outros sujeitos que compartilharam suas memórias em torno desse processo, não fazem referência ou afirmação de uma ideologia excludente ou de segregação, assim como, a perspectiva de pautas morais defendidas pelos conselheiros. Posto isso, há uma diferença nítida no papel que a religiosidade constituía naquele momento e que constitui no tempo presente, a matéria veiculada pelo *Marco Zero Conteúdo* citada acima, repercute e denúncia a quantidade de candidatos que “defendem a família”, no seu mais profundo ideário tradicional, como afirma Sylvia Siqueira, uma das entrevistadas pelo jornal e que atua em ONG’s junto a sociedade civil do Recife.

A presença das igrejas evangélicas pentecostais é algo muito forte nas comunidades e, neste ponto, não surpreende uma maior presença dos evangélicos na disputa. Preocupa, entretanto, o discurso de muitos candidatos, baseado na defesa da família, mas que na verdade é em uma ideia de família. Aquela tradicional, com pai, mãe e filhos. Essa ideia preconcebida deixa de fora outras realidades, como as do LGBTI, por exemplo.¹⁸⁹

Se manifesta importante fazer esse movimento comparativo, para compreender a que ponto a sociedade civil estava ligada aos conselhos tutelares e as eleições na década de 1990 e como isso se transformou ao longo dos anos. Nesse sentido, o processo eleitoral foi fruto do que pode ser compreendido como um amadurecimento ou um retardo da implementação da política na cidade do Recife, seis anos separaram a aprovação e promulgação do Estatuto para o primeiro processo de escolha dos conselheiros e início dos trabalhos do órgão.

Sendo assim, o caminho escolhido para esse momento do trabalho é de abordar o que significou para os conselheiros eleitos assumirem o cargo e iniciarem a jornada que naquele período duraria três anos de mandato. Em uma atividade que iria diferir de qualquer outra desempenhada pelo Estado, ações que não se compararia ao comissário de

¹⁸⁸ Entrevista com João José. Realizada em Paulista, no dia 11 de maio de 2020. Entrevistador: João Victor Braga. Transcrição: João Victor Braga.

¹⁸⁹ BRITTO, Débora; CORREIA, Mariama. **Política e religião influenciam eleições dos conselheiros tutelares**. MARCO ZERO CONTEÚDO, Recife, 27 de setembro de 2019. Disponível em: < <https://marcozero.org/politica-e-religiao-influenciam-eleicoes-dos-conselheiros-tutelares/> >. Acesso em: 21 de mar. de 2021.

menores, onde os conselheiros atuariam a partir de um novo paradigma legal e institucional.

3.3 – O processo formativo: COMDICA e CENDHEC

Um trabalho novo, uma nova casa, uma nova rotina... Qualquer aspecto de mudança na vida do indivíduo requer um processo de adaptabilidade, quando falamos em trabalho, o mínimo esperado é uma formação adequada para desempenhar sua nova função ou cargo. Nesse sentido, as conselheiras e os conselheiros tutelares seriam sujeitos que ocupariam um cargo público, de interesse social e coletivo, o qual não havia parâmetro prático de atuação, mas sim, uma norma jurídica a teoricamente ser preservada e defendida por eles.

O advogado Edson Seda, autor citado em outro momento do trabalho, participou da redação do Estatuto e foi consultor do Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância, conhecido pela sigla UNICEF, no intuito de promover conhecimento em torno da nova legislação. Ele afirma que “O Estatuto qualifica a função de conselheiro como sendo serviço público relevante. Mas o Conselheiro Tutelar não é funcionário público de carreira.”¹⁹⁰

Apesar de Seda ter produzido parte significativa de suas obras e textos durante as décadas de 1980 e 1990, momento que estava emergido no processo do pleito pela aprovação do Estatuto e da redação, assim como, com as implantações dos conselhos que ocorriam pelo país, seus textos ainda proporcionam reflexões e leituras que podem ser encontradas na materialidade brasileira. É notável que na contemporaneidade existem mudanças significativas na sociedade, na forma em que se interpreta e aplica as políticas de atendimento às crianças e adolescentes, porém, há permanências, principalmente na falta de conhecimento público sobre a importância de um conselheiro tutelar com uma formação adequada.

Portanto, o conselheiro tutelar vivencia a condição de servidor durante o seu mandato, sendo obrigação do poder municipal promover a formação adequada para esse profissional cumprir suas funções. Diante disso, a professora Valéria Nepomuceno se torna uma mulher importante para o desenvolvimento do trabalho, com formações em

¹⁹⁰ SEDA, Edson. **A a Z do Conselho Tutelar**. 1º Ed. – Rio de Janeiro: Adês, 1999, p. 104

serviço social e membro do departamento de Serviço Social da UFPE, tem longa trajetória de pesquisas e atuação junto à sociedade civil organizada.

Nepomuceno atuou durante os anos de 1990 até 2012 no Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ações Sociais – CENDHEC, por meio dessa organização, foi possível a formação para a primeira turma escolhida no Recife em 1996.

O Cendhec é um centro de defesa de Direitos Humanos de crianças e adolescentes. Juridicamente, os centros de defesa estão previstos no artigo oitenta e sete, inciso cinco (art. 87, V), do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ali estão as entidades que são centros de defesa, como o Cendhec, o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares - o Gajop, e um pouco mais de outras trinta no Brasil¹⁹¹

Vale destacar que o CENDHEC foi fundado por “trabalhadores/as da Comissão de Justiça e Paz de Olinda e Recife – CJP, que já desenvolviam um trabalho no campo das lutas por moradia e legalização da posse da terra urbana.”¹⁹²Nesse aspecto, tanto Alexandre como João, resgataram nos seus relatos o papel que a teologia da libertação protagonizava nas décadas de 1980 e 1990, com líderes comunitários e inclusive conselheiros tutelares, oriundos desses movimentos eclesiais de base.

O cenário relatado pela professora e pesquisadora acerca dos primeiros trabalhos do Centro, remonta o quadro de violações à vida de crianças e adolescentes cotidianamente na cidade e no país. Assim, as entidades que eram centros de defesa e que ainda hoje estão em atividades, passaram a ter uma relevância muito significativa pela ausência do poder público prévio a aprovação do Estatuto e nos primeiros anos de implementação das políticas previstas, segundo Nepomuceno:

Nos finais dos anos 80 e início dos anos 90, havia um número muito alto de extermínio de crianças e adolescentes no Brasil. Muitos eram assassinados por pequenos delitos, pequenos furtos, ou porque incomodavam uma comunidade ou o comércio dos centros das cidades. A presença de advogados nos centros de defesa contribuiu para levar esses casos à polícia, à justiça. Os centros de defesa contribuíram para dá visibilidade a essas situações, porque atuavam nos casos juridicamente.¹⁹³

O fenômeno social das mortes das crianças e adolescentes foi algo tão marcante para a política nacional, que em 1991 foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, sendo utilizada como uma ferramenta para investigar e compreender as causas dos altos índices de assassinatos, sendo intitulada CPI do extermínio, tendo seu fim em 1992

¹⁹¹ Entrevista com Valéria Nepomuceno. Realizada em Recife, no dia 14 de março de 2020. Entrevistador: Humberto da Silva Miranda. Transcrição: João Victor Braga.

¹⁹² **Ibid.**

¹⁹³ **Ibid.**

com a entrega do relatório. A comissão se propôs a debater as 4.611 mortes de formas violentas de crianças e adolescentes entre 1988 e 1990, onde Recife, como dito no primeiro capítulo, tinha um destaque negativo, sendo uma das cidades mais violentas do Brasil nos seguintes anos.¹⁹⁴

O pesquisador e jurista Umberto Guaspari Sudbrack, aponta que esse fenômeno muito atingiu as crianças e adolescentes em situação de rua, por muitas vezes ser atribuído socialmente uma inerente culpa pela violência urbana a esses sujeitos. Segundo o autor, o Estado brasileiro ainda não havia constituído uma estrutura nítida de compreensão do que seria o extermínio dessas vidas, assim, como os modos de apaziguar e minorar essa violência, pois historicamente houve uma naturalização do poder público no que diz respeito a morte de determinados corpos e vidas.

O fenômeno do extermínio de meninos de rua é o resultado de uma articulação entre os grupos de extermínio, da omissão e ausência de defesa das crianças pelo Estado, assim como da indiferença da sociedade civil em relação ao problema.¹⁹⁵

Ao longo do seu artigo, Sudbrack faz alusão as décadas passadas e ao uso de forças repressivas para a “eliminação” de inimigos da sociedade, os indivíduos que teoricamente haviam cometido crimes e que a população os preferiria mortos. Nesse aspecto, as crianças e adolescentes em situação de rua, de pobreza e vulnerabilidade, poderiam ser esses alvos em comum.

Diante desse processo, a formação dos conselheiros tutelares não poderia estar dissociada da materialidade que eles iriam enfrentar no cotidiano. Sobre isso, os relatos de memória apontam para um trabalho formativo que é avaliado como muito positivo, tanto pelos conselheiros tutelares, como por uma das professoras formadoras da equipe em 1996.

Para compreender como foi feito esse transcurso pedagógico, o intercruzamento dos relatos será importante. Sendo assim, para Alessandro Portelli a história oral não é um caminho metodológico em busca de uma unanimidade ou de uma possível unidade discursiva.

¹⁹⁴ Para mais, ver: SILVA, Elton G. O. **Não matem minhas crianças”: O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e enfrentamentos às vítimas fatais (recife, 1991)**. XIII Encontro Estadual de História - História e Mídias: narrativas em disputa. Recife, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2020.

¹⁹⁵ SUDBRACK, Umberto Guaspari. **O extermínio de meninos de rua no Brasil**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 18, n. 1, pp. 22-30, jan. – mar., 2004.

A história oral não tem sujeito unificado; é contada de uma multiplicidade de pontos de vista, e a imparcialidade tradicionalmente reclamada pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador. “Parcialidade” aqui permanece simultaneamente como “inconclusa” e como “tomar partido”: a história oral nunca pode ser contada sem tomar partido, já que os “lados” existem dentro do contador. E não importa o que suas histórias e crenças pessoais possam ser, historiadores e “fontes” estão dificilmente do mesmo “lado”.¹⁹⁶

Os relatos trazidos e os que seguirão adiante, não existem findados em si, são frutos de memórias e presentificação dessas memórias. Desse modo, o processo formativo é narrado pelos sujeitos de forma a evidenciar o papel de destaque da sociedade civil organizada, sendo o CENDHEC, o principal agente do processo, inclusive previamente a implantação dos conselhos tutelares.

Naquela época dos anos noventa, voltando à questão, o Cendhec foi para o conselho estadual e para o conselho municipal. No municipal, contribuiu bastante com a primeira lei do conselho tutelar do Recife, que é de 1996. No Cendhec, eu já vinha com um trabalho, de muitos anos, de discussão nas comunidades sobre o que é era o conselho tutelar e a gente não tinha nem lei, mas o Cendhec fazia o trabalho nas comunidades de disseminação do Estatuto e sobre as funções do conselho tutelar.¹⁹⁷

Nepomuceno afirma que antes mesmo de abertura de edital para inscrição de conselheiros, já havia um trabalho sendo realizado nos bairros e nas comunidades para a promoção do Estatuto, abordando o que seria essa legislação e o que tinha proporcionado de mudanças. Esse aspecto é o principal ponto defendido por Alexandre e João, em que apesar dessas divulgações ainda não serem suficientes para a população recifense compreender em sua totalidade, pode proporcionar que pessoas que se identificassem com a causa das crianças e adolescentes ou que tinha um papel de liderança para o bairro, se engajassem para ser um agente público que atuasse no seu próprio local de moradia e entorno.

João afirma que antes da implantação, a sociedade civil organizada estava bastante envolvida nessas mudanças que o Estatuto trazia.

A sociedade civil era muito atuante nesse momento, muito atuante mesmo. A gente fez esse trabalho de fortalecimento do que significava essa história, aí depois, alguns ... isso em 92 pra 94, e 94 pra 95, 94, 95 e 96, nesse período aí, teve o processo de eleição.¹⁹⁸

¹⁹⁶ PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. Projeto História, São Paulo, n. 14, fev. 1997, p. 39.

¹⁹⁷ Entrevista com Valéria Nepomuceno. Realizada em Recife, no dia 14 de março de 2020. Entrevistador: Humberto da Silva Miranda. Transcrição: João Victor Braga.

¹⁹⁸ Entrevista com João José. Realizada em Paulista, no dia 11 de maio de 2020. Entrevistador: João Victor Braga. Transcrição: João Victor Braga.

Como dito anteriormente, o CENDHEC ministrou atividades pedagógicas previamente a implantação dos conselhos, sendo um importante vetor para criação de quadros para a escolha dos conselheiros posteriormente. Alexandre foi um dos conselheiros que participou dessas atividades e João revela que já conhecia o Centro, justamente por estar mais ligados a luta de bairros e de moradia, uma das pautas iniciais dos trabalhos do CENDHEC. Segundo Valéria Nepomuceno, “realizamos a formação de muitas lideranças comunitárias em Recife e mais de 50% dos primeiros conselhos tutelares do Recife foram oriundos desses processos formativos. Essa foi uma das grandes contribuições do Cendhec para o Recife.”¹⁹⁹

Além desse aspecto, Alexandre revela a duração do curso e os principais pontos abordados durante a formação.

Quando a gente entra no conselho, foi um desafio, porque assim, a gente apesar de ter tido uma formação bastante interessante, lembro que foi uma formação de quarenta e cinco dias, formação pesada, eram oito horas por dia, quarenta e cinco dias, dada pela prefeitura. Contando com serviços do Centro de defesa, o CENDHEC na época, a gente só teve pessoas especialistas, Valéria Nepomuceno, o próprio De la Mora e Marlobo, outras pessoas da época e que alguns ainda estão ai na luta, a própria Valéria que é professora da Universidade, então eles foram os nossos mentores na época, a gente conseguiu, posso dizer que foi uma formação sólida.²⁰⁰

Buscando historicizar esse processo formativo, a professora Valéria foi a única que foi possível acessar, o Luis de La Mora, citado acima, foi um professor da área de Arquitetura e Urbanismo, ligado a direitos humanos e direito a habitação, um dos membros do CENDHEC e fundador da comissão de direitos humanos da instituição. Porém, veio a falecer no ano de 2018, sendo o outro sujeito citado pelo Alexandre não encontrado nas pesquisas.

Contudo, sobre o trecho do relato acima, é visto a satisfação pelo curso ofertado pelo Município do Recife e ministrado pelo CENDHEC, com uma carga horária elevada e que abordou segundo os relatos, a complexidade do Estatuto e principalmente, do que iria ser os conselhos tutelares, com exercícios de resolução de problemas que teoricamente eles iriam enfrentar no dia a dia de denúncias.

É importante ressaltar que metodologicamente a história oral, torna um caminho sempre mais fácil para o sujeito que presentifica suas memórias a comparação. Em vários

¹⁹⁹ Entrevista com Valéria Nepomuceno. Realizada em Recife, no dia 14 de março de 2020. Entrevistador: Humberto da Silva Miranda. Transcrição: João Victor Braga.

²⁰⁰ Entrevista com Alexandre Bezerra. Realizada em Paulista, no dia 6 de maio de 2020. Entrevistador: João Victor Braga. Transcrição: João Victor Braga.

momentos, os dois conselheiros tutelares fazem alusão a uma equipe melhor formada, mais preparada para o trabalho, livre das amarras político-partidárias, comprometidos com a causa das infâncias e adolescências, ou na pior das hipóteses, somente com a melhoria dos seus bairros e comunidades, mas que naquele momento significaria o compromisso com os direitos humanos.

O trajeto comparativo do trabalho realizado há 25 anos com as eleições e o trabalho de conselheiros nos dias presentes, revela o que a historiadora Lucilia Delgado chama de retenção da memória.

A identificação metafórica da memória com o oceano (profundo e imenso) relaciona-se ao fato de ser a memória inseparável da vivência da temporalidade, do passar e escoar do tempo, tornando os homens seres perecíveis enquanto indivíduos, mas possivelmente perenes enquanto comunidade histórica. Em outras palavras, a memória atualiza e presentifica o passado, uma vez que é retenção, mesmo que inconsciente ou encoberta da experiência vivida e dos sentimentos preservados.²⁰¹

Em sentido mais estrito, é através do processo de interação com essa memória que é presentificada a experiência, com toda a carga sentimental e simbólica do que o fato pode ter significado para o indivíduo, seja esse relato imbuído de uma busca pelo passado tal qual foi a vivência ou simples e puramente levado pelo sentimento de pertença do vivido que o narrador pode carregar. Se levado para o sentido mais amplo, a metodologia empregada no trabalho, proporciona um deslocamento para uma realidade composta por diversos fragmentos, fragmentos esses não hierarquizados, mas sobrepostos e que refletem uma perspectiva, uma leitura ou uma vivência.

Assim, é visto durante as sessões com os conselheiros, um comparativo constante, sendo importante destacar que são indivíduos que ainda hoje atuam nas questões das infâncias, sendo Alexandre um professor que contribui com atividades de extensão e formação em municípios do Estado de Pernambuco junto ao CEDCA/PE. Ou seja, estão em uma atividade que os coloca em um lugar de proximidade, se não dos conselhos tutelares, mas do Sistema de Garantia de Direitos, o que torna mais fácil esse movimento de comparação. Então, Alexandre afirma:

Hoje você não tem nem formação, tem três, quatro dias, ou quando a gente vai, digo assim, passei agora janeiro, fevereiro e março dando formação no Estado, pela Escola de Conselhos e a gente vê que é a única formação que eles têm, então é bastante insuficiente, e olhe que nem é obrigação da Escola de Conselhos prover eles de formação, é uma obrigação do poder público municipal e não da Escola, mas enfim, é um compromisso do Conselho

²⁰¹ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades.** Dossiê – Tempo e Narrativa, ABHO, v.6 , 2003, p. 17.

Estadual, enfim. Mas voltando, então a gente foi bem capacitado.²⁰²

A mesma linha de argumentos, é encontrada na fala de João:

A formação foi muito satisfatória, muitos dias, muito tempo de formação... da ida pra prática, ela se misturou, eu costumo dizer que o conselho tutelar daquele período do primeiro mandato, ele foi melhor do que os atuais, do que os de hoje, principalmente pela formação.²⁰³

Por fim, o processo formativo por meio dos relatos trazidos, infere uma qualidade e uma confiança em torno do que estava acontecendo em termos de capacidade técnica. Sendo posto um conflito para os conselheiros, pois para eles, estavam prontos para exercer atividade, mas que ao começar de fato os atendimentos a realidade encontrada foi de desconhecimento de parte da população do que seria o órgão e o que os conselheiros poderiam fazer. Segundo Alexandre e João, havia uma ideia de polícia de menores, como uma réplica da figura do comissário de menores, presentes nas décadas anteriores e que foi debatido no capítulo passado.

Por fim, Edson Seda afirma durante os anos de 1990, que os conselheiros deveriam ser indivíduos bem-preparados, compreendendo que sua função em nada poderia ser comparada à de um juiz de menores, ou comissário.

O conselheiro portanto deve ser pessoa extraordinariamente bem preparada, conhecedora da complexa sociedade em que vive e capaz de tomar decisões que antes eram tomadas por... juízes de menores. Hoje temos juízes, não de menores, mas da criança e da juventude.²⁰⁴

É preciso atentar que as infâncias e juventudes passaram a ser não mais os incapazes, os infratores e os renegados, no campo jurídico isso deveria ser reestruturado ao passo que são reconhecidos enquanto autônomos e sujeitos de direitos. Assim, a reflexão que fica é: até que ponto essa reformulação proporcionou aos conselhos tutelares um sistema que promovesse essa garantia?

Para tentar responder essa indagação, um documento foi acessado, apesar das dificuldades impostas pela falta de uma política de gerenciamento e arquivamento documental, foi feito um breve relatório sobre as atividades nos primeiros anos de atuação

²⁰² Entrevista com Alexandre Bezerra. Realizada em Paulista, no dia 6 de maio de 2020. Entrevistador: João Victor Braga. Transcrição: João Victor Braga

²⁰³ Entrevista com João José. Realizada em Paulista, no dia 11 de maio de 2020. Entrevistador: João Victor Braga. Transcrição: João Victor Braga.

²⁰⁴ SEDA, Edson. **A a Z do Conselho Tutelar**. 1º Ed. – Rio de Janeiro: Adês, 1999, p. 24.

do conselho na cidade, sendo acessado por meio dos conselheiros que tiveram seus relatos trazidos na presente dissertação.

3.4 – Os olhares dos conselhos da cidade sobre sua atuação

A escassez de documentos dos conselhos tutelares, alude a uma falta de políticas de salvaguarda e gerenciamento documental, órgãos importantes na estrutura social de uma cidade e que apesar do pouco espaço temporal, quase inacessíveis. Aliado a essa dificuldade, uma pandemia viral que abalou todas as estruturas da sociedade contemporânea, impondo novas perspectivas de sociabilidade, de interação e inclusive, de construção de pesquisa e de ciência.

Assim, para responder alguns questionamentos e reflexões que o próprio texto proporciona, os relatos orais, os periódicos locais e alguns documentos do COMDICA foram as fontes principais. Um desses documentos, foi citado na apresentação do capítulo, esse documento é intitulado *Considerações a cerca das Crianças e Adolescentes, proferidas ao longo dos 02 anos de existência dos CONSELHOS TUTELARES DO RECIFE*. O início desse documento é com uma epígrafe que muito interessou no primeiro contato: “É preciso ver e sentir no dia-a-dia, na prática, os direitos formais virarem direitos na realidade.”²⁰⁵

Esse documento está atribuído à coordenação central dos conselhos tutelares do Recife, das RPAs 1,2,3,4,5 e 6. Hoje, o Recife tem mais duas subdivisões, a RPA 3 se transformou em RPA 3 A e 3 B, a RPA 6, em RPA 6 A e 6 B, assim, a cidade tem oito conselhos ativos.²⁰⁶

O documento é estruturado em quatro eixos, a polícia militar, a FUNDAC, o consumo de drogas e entorpecentes e por fim, a política de atendimento do COMDICA e a estrutura do SGD. Argumenta que sua produção antes do fim da gestão, se deu por conta da campanha contra o uso da cola de sapateiro realizada pelo Governo do Estado de Pernambuco e Prefeitura da Cidade do Recife, junto a órgãos públicos, sendo afirmado que essa ação iniciaria em fevereiro de 1999 por conta do carnaval e que iria se estender como uma ação permanente e contínua.

²⁰⁵ COORDENAÇÃO GERAL DOS CONSELHOS TUTELARES DO RECIFE. **Considerações a cerca das Crianças e Adolescentes, proferidas ao longo dos 02 anos de existência dos CONSELHOS TUTELARES DO RECIFE**. Recife, 1999.

²⁰⁶ Informação disponível no portal oficial do Município, ver: < <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/conselho-tutelar>. > Acessado em: 03 mai. de 2021.

Tendo em vista os últimos acontecimentos retratados também na imprensa, sobre os meninos e meninas que cheiram cola, sobre a decisão de reprimir com ações consideradas enérgicas pelo Governo do Estado, Prefeitura da Cidade do Recife, Ministério Público, pelas duas Varas da Infância e da Juventude do Recife, o uso da cola de sapateiro; ação essa que será desenvolvida pela PM e Equipe Técnica da FUNDAC. Sendo os PM's o carro chefe para tomar a cola de sapateiro dos meninos e meninas, auxiliado por técnicos da FUNDAC, e posteriormente encaminhados aos 06 (seis) Conselhos Tutelares do Recife, e os possíveis infratores encaminhados à DPC.²⁰⁷

O trecho acima retirado do documento, aponta para uma organização interinstitucional, com participação de diversos agentes públicos no combate ao uso de cola de sapateiro, substância bastante consumida por meio da inalação por crianças e adolescentes em situação de rua. Na leitura dos periódicos da cidade, encontra-se tanto no *Jornal do Comércio*, como no *Diário de Pernambuco* notícias ao longo da década de 1990 retratando cenas de uso do entorpecente pelos infantes.

Por conta das impossibilidades de acesso ao APEJE, justificado pelo fechamento por mais de um ano motivado pela pandemia, assim como, a não disponibilidade digital de todo o acervo, não foi possível o intercruzamento com as notícias de janeiro de 1999. Porém, em 13 de agosto de 1990 temos uma notícia chamada *Menores: abandono e cola* no *Diário de Pernambuco*²⁰⁸, assim como em 23 de junho de 1991, o *Jornal do Comércio* veicula a notícia: *Cheirar cola vai ficar mais difícil*²⁰⁹. As duas notícias, a título de exemplo de outras publicações que ocorreram ao longo da década, atrela a perspectiva da pobreza, da miséria e do abandono ao consumo da cola de sapateiro, essa relação não era nova naquele momento, assim como, ainda hoje se mantém viva nas grandes cidades, sendo alvo de portarias e de ações para dificultar o acesso da cola a crianças e adolescentes. A ex-delegada Olga Câmara, traz isso em parte de seu relato.

Foi quando criei uma revolução nacional contra o tal do tolueno e benzeno, componentes da cola, pelo fato de que, retirando um dos dois componentes da composição, a cola não daria barato. Tendo isso em vista, eu consegui muitos adeptos, entre eles médicos, cientistas; como também muitos opositores, sobretudo comerciantes, em especial os de calçados pelo fato de que, se retirasse um dos adesivos da composição da cola, ela se tornaria encarecida para o produtor.²¹⁰

²⁰⁷ COORDENAÇÃO GERAL DOS CONSELHOS TUTELARES DO RECIFE. **Considerações a cerca das Crianças e Adolescentes, proferidas ao longo dos 02 anos de existência dos CONSELHOS TUTELARES DO RECIFE.** Recife, 1999.

²⁰⁸ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, **Menores: abandono e cola.** Direitos do Cidadão, Recife, 13 de agosto de 1990. APEJE

²⁰⁹ JORNAL DO COMÉRCIO. **Cheirar cola vai ficar mais difícil.** Recife, 23 de junho de 1991. Caderno Cidades.

²¹⁰ Entrevista com Olga Câmara. Realizada em Moreno, em 08 de agosto de 2018. Entrevistador: Humberto Miranda, Vera Braga. Transcrição: Equipe LAHIN.

A fala de Olga Câmara, na época delegada da polícia civil, remete a um momento prévio ao Estatuto da Criança e do Adolescente, segundo ela, remonta ao final da década de 1980, onde agia sob a premissa do Código de Menores. Em detrimento, já havia uma preocupação em torno do entorpecente e dos efeitos nocivos. Ao olhar os jornais, a dúvida que fica é se esse zelo e preocupação se dava pelo mal causado a saúde dessas crianças e adolescentes, ou se pelo medo social dos transeuntes da cidade?

O consumo de drogas e entorpecentes por crianças e adolescentes é visto como uma questão de saúde pública pelo Estatuto. Porém, a partir da documentação, é retratado que não havia uma estrutura de atendimento, mantendo-se enquanto problema de segurança pública, onde muitos dos infantes e adolescentes eram levados para lares e espaços de tratamento de cunho religioso, se mostrando ineficazes em termos de políticas de atendimento, inclusive, sendo afirmado que o Programa Saúde do Adolescente – PROJAD, não especificava uma linha de ação para esse problema de saúde coletiva.

Não existe uma infra-estrutura de prevenção, combate e tratamento aos meninos e meninas drogados. E o que temos é o Desafio Jovem Peniel, Desafio Jovem da Várzea, Eulâmpio Cordeiro do Estado, que em sua grande maioria não dá conta da demanda existente. Sem contar que os “desafios jovens” não tem uma equipe multidisciplinar, e que a sua sensibilização é feita por meios religiosos, o que os meninos e meninas não estão muito a vontade para esse tratamento espiritual.²¹¹

Cabe ressaltar que algumas dessas instituições se mantêm ativas, como o Desafio Jovem Peniel e o Desafio Jovem da Várzea, com ações ligadas a Igrejas Evangélicas e ao Deputado e Pastor Cleiton Collins e sua esposa, Michele Collins, vereadora e missionária, que criou a Federação das Comunidades Terapêuticas.²¹² Nesse sentido, é percebido uma manutenção e um fortalecimento dessa estrutura que vai de encontro ao que foi estabelecido no Estatuto e nos regulamentos que tratam da Rede de Atenção Psicossocial.

Adiante, o relatório da Coordenação Central dos Conselhos Tutelares reforça que o zelo e cuidado com o consumo de entorpecentes, se direcionava não pelo bem-estar das crianças e adolescentes, mas pela ligação entre cheirar cola e cometer delitos. O documento foi prévio a realização do carnaval de 1999, em que foi montado um esquema

²¹¹ COORDENAÇÃO GERAL DOS CONSELHOS TUTELARES DO RECIFE. **Considerações a cerca das Crianças e Adolescentes, proferidas ao longo dos 02 anos de existência dos CONSELHOS TUTELARES DO RECIFE.** Recife, 1999.

²¹² As casas terapêuticas, são espaços para tratamento de pessoas que fazem abuso de álcool e outras drogas, em sua ampla maioria, com ligação à igrejas evangélicas neopentecostais e que recebem verba pública. Para mais, acessar os seguintes portais eletrônicos: <<http://www2.recife.pe.gov.br/node/290217>>; <<https://marcozero.org/dono-de-comunidade-terapeutica-pastor-cleiton-collins-desarquivo-projeto-para-regulamentar-entidades/>> Acesso em: 22 mai. de 2021

de “acolhida” para quem fosse apreendido pela Polícia Militar, sendo montado uma estrutura para os quatro dias de carnaval, onde após a festividade, seriam liberados para as ruas novamente.

Os conselhos tutelares se opuseram a esse esquema, pois a própria polícia acreditava que o número de infantes detidos seria acima da capacidade de atendimento, direcionando para o conselho tutelar aqueles que não tivessem destino, onde iriam buscar casas de acolhimento que os recebessem. Assim, os conselhos construíram argumentos baseados no Estatuto e pleitearam voz dentro dos espaços de decisão, o qual segundo o documento, foi negado. Afirmando:

Vale salientar que essas decisões foram tomadas sem uma consulta e nem convite aos Conselhos Tutelares do Recife, o que é encarregado, pela sociedade, de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e do adolescente, previsto do ECA, Lei Federal nº 8069/90 e Lei Municipal nº 16.092/95.²¹³

As críticas construídas a essa ação específica e que serão dispostas, servirá de compreensão sobre o trabalho durante os dois primeiros anos de atuação dos conselhos, pois traz um panorama das dificuldades de atendimento e de apoio de outros órgãos públicos. Assim, os argumentos começam desde a falta de políticas que apoiem as famílias para a manutenção do convívio familiar, à concentração de casos de outros municípios que ainda não tinham conselhos ativos e eram dirigidos para a capital, havendo uma sobrecarga na cidade.

Além disso, destaco a crítica feita ao aparato policial, onde segundo os conselhos, haveria uma falta de empenho para atender as demandas encaminhadas. De acordo com a documentação:

No sistema de garantia de direitos está previsto a questão da segurança, onde deveria coibir qualquer situação vexatória e maus tratos em relação à criança e ao adolescente, o que temos visto é, que não tem funcionado enquanto sistema de garantia e que os casos aos quais encaminhamos à DPCA pouquíssimas foram as vezes que se fez diligências e tomadas providências nos diversos encaminhamentos. Sem contas que as vezes que se precisou do efetivo da mesma, nunca se encontrou a disposição para atender os Conselhos Tutelares e nem se averiguou os procedimentos. E, por outro lado, os Conselhos Tutelares tem se mostrado disponível para a solicitação da DPCA, dentro do que prevê a Lei (ECA). Em síntese constatamos que a DPCA não

²¹³ COORDENAÇÃO GERAL DOS CONSELHOS TUTELARES DO RECIFE. **Considerações a cerca das Crianças e Adolescentes, proferidas ao longo dos 02 anos de existência dos CONSELHOS TUTELARES DO RECIFE.** Recife, 1999.

tem atendido a contento as demandas encaminhadas pelos Conselhos Tutelares.²¹⁴

Além desse trecho, é listado pelos conselheiros diversos artigos do Estatuto que segundo eles, a polícia militar não conhecia ou pelo menos, não aplicava em seus trabalhos cotidianos. Sendo eles:

230 – Privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo a sua apreensão sem estar em flagrante ato infracional, ou inexistindo ordem escrita de autoridade judicial competente.

231 – Deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.

232 e 233 – Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância, a vexame, constrangimento ou tortura.

234 – Deixar a autoridade competente, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação da criança e do adolescente, tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da apreensão.²¹⁵

O mesmo aspecto de falta de interação com a polícia, é visto também nos relatos de Alexandre Bezerra, ao afirmar que:

As vezes não tinha a polícia? A gente ia. O menino tava na rua e a gente não tinha aquela consciência de que não a gente, era o serviço que tinha que ir, o conselho como requisitor de serviço. Muitas vezes a gente não tinha a quem requisitar e a gente ia, a gente aplicava a medida e executava a medida, é um grande erro que se faz até hoje, mas hoje se faz por outros motivos, mas a gente fazia porquê de fato a gente não tinha estruturado isso, muitas vezes quando a gente recorria a Legião Assistencial do Recife e ela não tinha, a gente entrava em conflito, era uma agonia toda.²¹⁶

A insatisfação com o papel desempenhado pela polícia, faz alusão a um momento de adaptação das instituições, o sistema de garantia citado no trecho acima, ainda passava por sua estruturação. Se comparado a forma como era compreendido o SGD no final dos anos de 1990 com o que temos em 2020 e 2021, é uma outra configuração, novos agentes surgiram, novas funções foram delegadas e as funções do conselho tutelar tornaram-se mais compreensivas, como é possível visualizar na tabela 5, disponível no segundo capítulo e na tabela 6.

²¹⁴ COORDENAÇÃO GERAL DOS CONSELHOS TUTELARES DO RECIFE. **Considerações a cerca das Crianças e Adolescentes, proferidas ao longo dos 02 anos de existência dos CONSELHOS TUTELARES DO RECIFE.** Recife, 1999.

²¹⁵ **Ibid.**

²¹⁶ Entrevista com Alexandre Bezerra. Realizada em Paulista, no dia 6 de maio de 2020. Entrevistador: João Victor Braga. Transcrição: João Victor Braga

Na obra organizada por Simone Assis, *Teoria e Prática dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente*, é destacado a relevância que o SGD tem para a execução do trabalho dos conselhos, de tal maneira, que a falta de ações de determinado agente, fragiliza e retira a potência do órgão para o qual foi criado.

O conselho tutelar, juntamente com a Defensoria Pública, polícias e Ministério Público, entre outros órgãos, situa-se no eixo da defesa do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), o que não significa que sua atuação esteja restrita a este eixo. [...] Ao considerarmos que a formulação da política de atendimento está no eixo da promoção dos direitos humanos e que o conselho tutelar se posiciona no eixo da defesa, evidenciamos a necessidade de interação e integração dos atores do SGD para a proteção dos direitos infantjuvenis.²¹⁷

Diante disso, a falta de interlocução é criticada em outros momentos no relatório, citando a FUNDAC, que se torna Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE em 2008.²¹⁸ Em trecho do documento, é afirmado que a instituição estava com superlotação, listando as unidades e as casas, com queixas no que diz respeito a forma de tratamento com os conselhos, além da falta de estrutura física desses espaços para receber e acolher os adolescentes em conflito com a lei. Sendo importante destacar, que para os conselhos tutelares não havia formação adequada para os agentes da FUNDAC, como podemos ver na seguinte declaração: “detectamos, também, que os funcionários das unidades em sua grande maioria necessitam de capacitação / sensibilização no atendimento ao estatuto.”²¹⁹

Acerca dessa “capacitação / sensibilização”, é possível identificar essa necessidade nos relatos de todas e todos sujeitos que contribuíram com a escrita do trabalho, desde Antônio Fernando do Amaral e Silva, Olga Câmara, aos conselheiros tutelares, Alexandre Bezerra e João José, como a professora Valéria Nepomuceno. A constante relação entre profissionais e agentes públicos que atuaram sob o Código de Menores de 1979 e a manutenção da mesma premissa ao atuar a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, reproduziu aspectos que não estavam mais previstos em lei e conseqüentemente violou direitos que acabará de ser conquistados. Durante a década de 1990, Edson Sêda afirmava que:

²¹⁷ ASSIS, Simone Gonçalves; BARCINSKI, M. (Org.); SILVEIRA, L. M. B. (Org.) ; SANTOS, B. R. (Org.). **Teoria e prática dos conselheiros tutelares e conselhos dos direitos das crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 150

²¹⁸ Informação disponível no portal oficial da FUNASE. Para mais, ver: <<https://www.funase.pe.gov.br/institucional/historico>> Acesso em: 24 mai. de 2021.

²¹⁹ COORDENAÇÃO GERAL DOS CONSELHOS TUTELARES DO RECIFE. **Considerações a cerca das Crianças e Adolescentes, proferidas ao longo dos 02 anos de existência dos CONSELHOS TUTELARES DO RECIFE**. Recife, 1999.

Muitas vezes juízes, delegados, promotores e outras autoridades, mal compreendendo a norma, enviam crianças e adolescentes ao conselho ou (incrível!) a apenas um conselheiro para exercer essa usurpação. Repetindo: o Estatuto criou o Conselho como parte de uma nova organização social e não como parte de um processo de entropia (não como parte de um processo de desorganização sistemática) para confundir funções e atropelar competências.²²⁰

Contudo, a perspectiva de um trabalho coletivo não é o que se encontra nos relatos trazidos, nem nos documentos. É afirmado que os abrigos de acolhimento não tinham estrutura para funcionamento e nem pessoal capacitado, pois rompia muitas vezes o laço familiar da criança ou adolescente acolhida, sendo relatado também inúmeras fugas e uma falta de interesse da Legião Assistencial do Recife – LAR²²¹. Como dito anteriormente, apesar do Estatuto estar em vigor, as permanências estavam presentes, a LAR era uma das materializações, remetendo-se a perspectiva ainda da filantropia²²², sendo citado pelo João José, como uma das fragilidades da política de atendimento naquele momento.

Os abrigos da Legião Assistencial do Recife eram abrigos que... também pegavam adolescentes infratores, era uma dificuldade imensa em você separar não infratores de infratores. Era uma dificuldade imensa você contar, por exemplo, com outra instância, abrigar adolescentes que tavam em conflito com a lei ou que eram ameaçados em suas comunidades, por conta de seu envolvimento com a droga ou com crime organizado, alguma coisa desse tipo.²²³

Endossando a mesma crítica, Alexandre afirma que as ações da LAR remetia ao primeiro damismo, há uma perspectiva de caridade em suas palavras.

A política era vista como uma caridade, então você tinha a figura maior a primeira dama, que fazia caridade para ajudar os pobrezinhos, vamos dizer assim. Então a gente não tinha, a época a gente tinha a Legião, até o nome, né? A gente tinha a Legião Assistencial do Recife, ela tinha 90% da verba, tudo se estruturava aos mais necessitados, idosos, crianças, mulheres, tudo era feito por essa Legião assistencial do Recife, era uma linha bem de caridade, mas não enquanto política²²⁴

²²⁰ SEDA, Edson. **A a Z do Conselho Tutelar**. 1º Ed. – Rio de Janeiro: Adês, 1999, p. 57

²²¹ Por meio da Lei Nº 11.615 de 29 de dezembro de 1998, a LAR foi declarada como utilidade pública. Criada a partir dos princípios Legião Brasileira de Assistência, promovida em 1942, sob governo de Getúlio Vargas e contribuindo para a cultura do primeiro damismo no Brasil. Para mais, ler: TORRES, Iraíldes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e de poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

²²² Para a historiadora Maria Luiza Marcílio, há três fases da assistência social no Brasil: Caridade; filantropia e bem-estar social, assim, a Constituição Federal de 1988, proporcionaria uma nova percepção em torno do serviço social, a conhecida era dos direitos. Para mais, ver: MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1989.

²²³ Entrevista com João José. Realizada em Paulista, no dia 11 de maio de 2020. Entrevistador: João Victor Braga. Transcrição: João Victor Braga.

²²⁴ Entrevista com Alexandre Bezerra. Realizada em Paulista, no dia 6 de maio de 2020. Entrevistador: João Victor Braga. Transcrição: João Victor Braga

No entanto, como a FUNDAC não tinha unidades suficientes, nem vagas disponíveis, os abrigos frutos de ONG's e de entidades filantrópicas e/ou caridades eram utilizadas como uma forma de atenuar a problemática, questão presente em menor grau ainda hoje em alguns casos. Portanto, há um forte indicativo de um serviço de acolhimento insuficiente e que muitas vezes violava os direitos das crianças e dos adolescentes.

A documentação disponível, infere algumas questões muito caras ao presente trabalho, é relatada que não havia uma separação nesses abrigos das crianças e/ou adolescentes em conflito com a lei das que estavam precisando do atendimento por questões de vulnerabilidade. Visto isso, o COMDICA e o CEDCA/PE apesar de terem normativas e uma política de atendimento construída, não conseguia implementar, deixando fissuras que ocasionava a falta de dados mais conclusivos, como relatado pela coordenação geral dos conselhos. É afirmado que “não há uma integração prevista com a comunidade em geral no processo de acolhida com o mesmo”²²⁵, acusando assim, “as pessoas envolvidas no processo da política de atendimento tanto das entidades governamentais e não governamentais não estão levando em consideração o art. 6º do ECA.”²²⁶

A partir dessa linha de argumento, a coordenação geral dos conselhos tutelares, reforça o seu papel de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes na cidade. Afirma que a partir da implantação dos conselhos, houve um atendimento ao que o Estatuto estabelecia, mas evidencia que seu trabalho não é suficiente ao atuar isolado, sem apoio do SGD e do poder municipal. Adiante, afirma em uma perspectiva de reafirmação do seu local institucional, no intuito de evidenciar um grau de relevância social para o COMDICA e o CEDCA/PE.

O Conselho Tutelar é o agente mais competente, pois é através dele que se filtram as demandas sociais, e é a partir dele que podem ser construídos ou redirecionados programas e serviços que efetivamente venham a corresponder às necessidades da comunidade.²²⁷

²²⁵ COORDENAÇÃO GERAL DOS CONSELHOS TUTELARES DO RECIFE. **Considerações a cerca das Crianças e Adolescentes, proferidas ao longo dos 02 anos de existência dos CONSELHOS TUTELARES DO RECIFE.** Recife, 1999.

²²⁶ **Ibid.**

²²⁷ **Ibid.**

Há uma interpretação feita pelos conselhos de que o órgão não deveria atuar como executor das demandas e dos serviços necessários que poderiam demandar após os primeiros atendimentos à determinados casos. Atendendo ao que o Estatuto prevê, os conselhos tutelares têm suas funções ligadas a requisitor ou demandante de serviços que devem ser prestados por outras instituições e instâncias da estrutura pública. De acordo com a pesquisadora Simone de Assis:

A partir da confirmação da violação de direitos (da identificação do sujeito que sofreu a violação, do direito violado e do agente violador), o conselho tomará as providências necessárias, podendo requisitar serviços, aplicar medidas de proteção ou encaminhar crianças, adolescentes e seus pais/responsáveis a serviços e órgãos competentes. Tais providências visam à restituição do direito violado ou ameaçado; elas são definidas pelo colegiado de conselheiros, que deve representar junto ao judiciário as situações de descumprimento injustificado de suas determinações. Portanto, é papel do conselho o acompanhamento da execução das medidas por ele determinadas, no sentido de restituir os direitos violados.²²⁸

Os conselhos tutelares só aplicam medidas quando diz respeito à proteção, as quais já são pré-definidas no Estatuto. Porém, não é o órgão executor, sendo repassado para instituições ligadas à saúde, educação e/ou assistência. Vale ressaltar que essas ações são ou pelo menos deveriam ser colegiadas, serem debatidas e posteriormente aprovadas em caráter coletivo. Assim, Edson Sêda contribui para o debate, ao afirmar que:

O conselheiro não é uma autoridade em si mesmo. Ele compõe um órgão em que a autoridade é colegiada (a autoridade é do conselho), cujas decisões são tomadas por consenso ou por maioria. Conselheiro que, em nome do conselho, toma decisões próprias, pratica abuso de poder, até crime.²²⁹

A noção de um órgão colegiado é o que fez do conselho tutelar um dos protagonistas do SGD e do novo arcabouço jurídico-legislacional trazido com o Estatuto. A relação constante com a sociedade civil, desde o processo de escolha dos conselheiros tutelares, além da obrigatoriedade de ter uma atuação junto à causa das infâncias ou de movimentos sociais é o principal fator que torna o conselho um dos protagonistas dos serviços de atendimento as crianças e adolescentes.

²²⁸ ASSIS, Simone Gonçalves; BARCINSKI, M. (Org.); SILVEIRA, L. M. B. (Org.) ; SANTOS, B. R. (Org.) . **Teoria e prática dos conselheiros tutelares e conselhos dos direitos das crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 172

²²⁹ SEDA, Edson. **A a Z do Conselho Tutelar**. 1º Ed. – Rio de Janeiro: Adês, 1999, p. 23

Segundo João, havia uma preocupação dos conselheiros decidirem juntos o prosseguimento do atendimento que começava com a denúncia, seguindo posteriormente a averiguação.

Recebia ali, ai fazíamos o atendimento e... depois sentávamos, os cinco conselheiros pra deliberar como iria fazer, por exemplo, a visita na comunidade. Pra ver ali como seriam os procedimentos e tal, até por conta da não experiência muita... uns conselheiros nossos as vezes queria ir sozinho, que as vezes, eu sempre comentava que era um risco.²³⁰

A ruptura com a estrutura assistencial repressiva e excludente, parte inicialmente do campo teórico, pela documentação disponível é percebido que os primeiros conselheiros tutelares tiveram essa percepção desde o início de seus trabalhos, principalmente pelas unidades do Recife trabalharem sempre acima do limite e da capacidade, segundo tanto os relatos, como a partir do relatório.

O Conselho Tutelar tem o poder de exigir serviços, mas não de executá-los. Na área da atenção dos direitos sociais, o poder se encontra onde a ação se executa, ou seja, encontra-se nos serviços públicos de atendimento. Detectamos a ausência de profissional no setor jurídico das entidades na área específica dos direitos da criança e do adolescente. Não podemos esquecer que a política de atenção à criança e ao adolescente atravessa todas as demais políticas. A criança precisa ser prioridade absoluta em cada uma das Políticas Setoriais.²³¹

A falta de condição de trabalho era recorrente, desde a quantidade grande de denúncias, a má articulação com outras instituições, a própria questão física de atendimento. Alexandre e João, reiteram que foi precário os até o fim do mandato deles:

Era muito difícil naquele período, não tínhamos transporte, por algumas vezes como hoje, algumas entidades eram precisas pra gente ter a estrutura, como na época não tinha, o que tinha era uma Kombi pra fazer os atendimentos, as visitas²³²

Apesar das normativas, das diretrizes e da lei, era constante os atropelos realizados ao que estava estabelecido. Alexandre afirma que muitas vezes atuavam a contrapelo da lei, não no sentido de violarem direitos de crianças e adolescentes, mas de realizarem atividades que não os cabia, pois a confusão entre requisição de serviços e execução deles, era comum. Além disso, cabe ressaltar que não havia um registro organizado dos tipos de

²³⁰ Entrevista com João José. Realizada em Paulista, no dia 11 de maio de 2020. Entrevistador: João Victor Braga. Transcrição: João Victor Braga.

²³¹ COORDENAÇÃO GERAL DOS CONSELHOS TUTELARES DO RECIFE. **Considerações a cerca das Crianças e Adolescentes, proferidas ao longo dos 02 anos de existência dos CONSELHOS TUTELARES DO RECIFE.** Recife, 1999.

²³² Entrevista com João José. Realizada em Paulista, no dia 11 de maio de 2020. Entrevistador: João Victor Braga. Transcrição: João Victor Braga.

denúncias recebidas, assim, acontecia de não poder afirmar quais eram os principais problemas.

Entretanto, os dois conselheiros fizeram questão de afirmar que a violência doméstica era uma das principais causas, além de falta de acesso a escola, ou seja, não tinha vaga na escola e o conselho tutelar era o órgão responsável por garantir a matrícula, além da negligência, citada por Alexandre.

As denúncias elas continuam sendo as mesmas, De 96 até hoje, digo isso porque eu nunca abandonei, estive do lado de lá, na ponta como conselheiro e durante muitos anos como professor da Escola e mesmo sem ser da escola, eu já era. Então, basicamente, vamos dizer que 70% dos casos que você tem, que é aquele que chega, é negligência. São os maus tratos, maus cuidados, negligência de alimentação, a violência é muito pertinente, então negligência de tirar da escola, de negligência educação, negligenciar a saúde, negligenciar cuidados básicos, ela é muito de causar violências, abuso sexual, mas basicamente a negligência é mais forte, tá no seio da família, é chamada de negligência intrafamiliar, infelizmente é campeã até hoje, de 96 até 2020. É o mais recorrente que tem.²³³

Corroborando com Alexandre, João José indica que a falta de acesso à escola também era fruto de muitas denúncias, o que remete no relato acima a negligência citada pela retirada do estudante da escola pela família.

A grande maioria das denúncias eram de violência, matrícula escolar, de creche... era muito comum matrícula, isso das mães, pra que elas pudessem trabalhar elas tinham direito a creche, isso permanece até os dias de hoje, os poderes municipais não veem isso.²³⁴

Acerca do acesso à educação, cabe a reflexão se a atuação dos conselhos tutelares na cidade contribuiu para proporcionar as crianças e adolescentes que outrora estavam fora da escola, pudessem ingressar na educação básica. Por meio das fontes disponíveis, foi construída uma tabela que infere a possível relação entre esse novo sujeito na política de atendimento ao aumento do acesso escolar entre os 5 e 6 anos de idade.

²³³ Entrevista com Alexandre Bezerra. Realizada em Paulista, no dia 6 de maio de 2020. Entrevistador: João Victor Braga. Transcrição: João Victor Braga

²³⁴ Entrevista com João José. Realizada em Paulista, no dia 11 de maio de 2020. Entrevistador: João Victor Braga. Transcrição: João Victor Braga

Tabela 7: Crianças de 5-6 anos matriculadas na escola em Recife nos anos de 1991 e 2000

CRIANÇAS DE 5-6 ANOS MATRICULADAS NA ESCOLA	1991	2000
RPA 1	59,69	83,89
RPA 2	60,91	87,47
RPA 3	64,73	89,47
RPA 4	66,48	90,31
RPA 5	67,28	93,23
RPA 6	67,69	91,33
RECIFE	65,23	89,72

Tabela 7: Crianças de 5-6 anos matriculadas na escola em Recife nos anos de 1991 e 2000. Fonte: RECIFE, Prefeitura et al. **Desenvolvimento Humano no Recife:** atlas municipal. Recife, 2005. Software. Tabela produzida pelo autor, 2021.

A tabela acima aponta para um acesso restrito em 1991 em todas as RPAs da cidade, tendo as suas crianças de 5 e de 6 anos fora do ambiente escolar. Se compararmos os dados entre as regiões, é perceptível a desigualdade dentro do Recife, a RPA 1 que é composta pela parte central e debatida no capítulo primeiro, é a única que tem menos de 60% matriculados, número muito aquém do ideal. Além disso, pudemos analisar essa ilha de desigualdade anteriormente, onde foi evidenciado a falta de acesso a serviços coletivos como coleta de lixo, água encanada e energia elétrica.

Quando comparado o início da década e o final dela, temos um quadro bastante diferente. Se pensarmos no ideal de acesso à educação integral, obviamente não foi alcançado, porém, é importante compreender que as transformações e mudanças sociais não ocorrem de forma imediata, mas ressaltar as mudanças e avanços é primordial. Nesse sentido, a região central da cidade teve um aumento muito grande de oferta de vagas e de matrículas, alcançando quase 84% de suas crianças, mas ainda assim, abaixo da média da cidade que alcançou 90%.

Além dessa faixa etária, cabe trazermos a adolescência do Recife. Dessa forma, segue a tabela abaixo de matriculados entre 7 e 14 anos sob a mesma organização da tabela anterior.

Tabela 8: Crianças e adolescentes de 7-14 anos matriculadas na escola em Recife nos anos de 1991 e 2000

CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 7-14 ANOS MATRICULADAS NA ESCOLA	1991	2000
RPA 1	78,84	86,79
RPA 2	84,81	91,03
RPA 3	86,57	91,18
RPA 4	86,14	92,87
RPA 5	84,86	90,61
RPA 6	85,16	92,05
RECIFE	85,12	91,33

Tabela 8: Crianças e adolescentes de 7-14 anos matriculadas na escola em Recife nos anos de 1991 e 2000. Fonte: RECIFE, Prefeitura et al. **Desenvolvimento Humano no Recife:** atlas municipal. Recife, 2005. Software. Tabela produzida pelo autor, 2021.

Acima vemos os números em porcentagem de crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos matriculadas, dividindo por RPA e pelos anos de 1991 e 2000. Com índices bem superiores a faixa etária apresentada anteriormente de 5 e de 6 anos, o Recife tinha em média 85% matriculados oficialmente do seu público de 7 a 14 anos em 1991 e alcançou 91%. Apesar de ser um aumento tímido, demonstra uma constância nas melhorias e na busca pelo aumento de acesso a educação.

A RPA 1 mantém em todas as tabelas apresentadas no decorrer da dissertação os piores indicadores, em 1991 era a única região abaixo dos 80% e em 2000 a única abaixo dos 90%, se detalhado esse número por bairros, a bolha de pobreza citada no capítulo 1 formada pelos bairros de Ilha de Joana Bezerra, São José e Coelhos é evidente. O número alcançado em 2000 de 86,79% das crianças e adolescentes matriculados contribuiu para que junto a isso, fosse reduzido o número de analfabetos, como veremos na próxima tabela.

Tabela 9: Crianças analfabetas de 7-14 anos no Recife em 1991 e 2000

CRIANÇAS ANALFABETAS 7 – 14 ANOS	1991	2000
RPA 1	31,04	19,96
RPA 2	28,64	16,68
RPA 3	24,96	14,02
RPA 4	21,79	11,25
RPA 5	22,67	14,13
RPA 6	22,04	13,01
RECIFE	24,24	14,02

Tabela 9: Crianças analfabetas de 7-14 anos no Recife em 1991 e 2000. Fonte: RECIFE, Prefeitura et al. **Desenvolvimento Humano no Recife:** atlas municipal. Recife, 2005. Software. Tabela produzida pelo autor, 2021.

O número de analfabetos é aterrador na cidade, principalmente na parte central do Recife. Em 1991 o índice era de 31%, bem maior que a média que era de 24%, sendo reduzido em 2000 para 14% e na RPA 1 para 19,96%. O aumento de matriculados na escola possibilita a redução de analfabetos no recorte etário dos 7 aos 14 anos de idade, fase importante para alfabetização no tempo escolar. Destaco que na Ilha de Joana Bezerra, amplamente debatida em outro momento, tinha um índice de mais de 51,62% de suas crianças e adolescentes ainda analfabetos, reduzindo para 30,97% em 2000, quando comparamos com o bairro da Boa Vista o índice saiu de 5,57% para 2,33%, um abismo entre dois bairros vizinhos. A falta de vagas era um argumento constante segundo os periódicos e os relatos, em uma matéria de março de 1997, é visto que os conselhos recorriam as vezes para rede privada, com pagamento da mensalidade feita pelo município para garantir o acesso à educação prevista no Estatuto.

Deficiente pede ajuda

■ Conselho Tutelar exige bolsa de estudos

O Conselho Tutelar da Segunda Região Político-Administrativa do Recife vai requisitar, hoje, que a Secretaria de Educação do Município conceda uma bolsa de estudos para a garota Akycinoanne Lira da Silva, de 10 anos. Ela vem encontrando dificuldades para se matricular em escolas públicas por ser portadora de uma deficiência física chamada *tetraparesia motora*, que a impede de andar e manter a cabeça erigida. A criança estuda atualmente na 2ª Série do Educandário Carlos Drumond de Andrade, mas seu pai está desempregado e não paga as mensalidades desde novembro. A secretária de Educação do Recife, Margarida Cantarelli, e o secretário-adjunto de Políticas Sociais, Bento Campos, foram chamados para debater o assunto, na última semana, mas não apareceram.

A requisição do Conselho tem valor legal - amparada no Artigo

136 do Estatuto da Criança - e seu não-atendimento leva o caso para o Ministério Público. Também será solicitada, desta vez à Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social, a compra de um aparelho ortopédico que possibilite a locomoção de Akycinoanne, que custa em torno de R\$ 5 mil. O conselho tutelar João José da Silva, um dos cinco integrantes da entidade, considerou a ausência das autoridades *injustificável*. "Tivemos a idéia de fazer a reunião para discutir a questão com as Secretarias. Nada justifica o não-comparecimento deles", afirmou.

Os governos Estadual e Municipal têm trinta dias para atender aos pedidos, mesmo prazo dado pelo Educandário Carlos Drumond para a regularização das mensalidades. Paralelamente às ações oficiais, a família da garota está lançando uma campanha que busca arrecadar fundos para comprar os equipamentos necessários e pagar sua

ter o assunto, na última semana, mas não apareceram.

Paralelamente às ações oficiais, a família da garota está lançando uma campanha que busca arrecadar fundos para comprar os equipamentos necessários e pagar sua

já que seu problema é motor e não mental. "Ela aprende tudo e sabe ler e escrever normalmente. Só não consegue andar nem ficar com a cabeça levantada", disse Denilson. Os pais preferem que a garota continue em sua escola atual, já que há uma funcionária que a acompanha todo o tempo e sua irmã também estuda lá.



Akycinoanne não consegue andar

Figura 11: Deficiente pede ajuda. DIARIO DE PERNAMBUCO, Recife, 31 de março de 1997. Acervo: APEJE

Na matéria acima o conselheiro João José denuncia a falta de diálogo e de condições de garantia de vagas e acesso a rede pública de ensino. Contudo, apesar de não podermos afirmar que o conselho tutelar foi o órgão que garantiu e efetivou a melhoria dos índices, a sua participação contribuiu para fomentar o debate público e movimentar a sociedade civil e entidades governamentais para o aumento de matriculados e a redução de crianças e adolescentes analfabetas.

Além desse aspecto, é visto por meio dos periódicos, dos relatos e documentos, a constante relação entre conselho tutelar e segurança pública, o mesmo erro incorre em vários momentos, desde a crítica dos conselheiros tutelares por esse aspecto as notícias dos jornais que falavam em um tom muito próximo ao "problema do menor", debatido anteriormente na dissertação. Pelos relatos orais, é possível interpretar uma realidade de atuação em contramão a essa visão menorista, não pela estrutura fornecida e encontrada, mas nas ações individuais desses sujeitos, o que enquanto política pública é nitidamente insuficiente.

Nesse sentido, o documento não fala por si, a história não é o documento, mas a partir das reflexões proporcionadas algumas respostas vão emergindo e sendo possíveis

serem tecidas. Assim, a implantação do conselho tutelar da cidade do Recife representou naquele momento um avanço significativo na política municipal, capital de um estado importante para a geopolítica nacional, como explorado no primeiro capítulo, e que tinha em seu cotidiano a banalização da violência contra as crianças e adolescentes.

Com índices elevados de pobreza e de miséria, era preciso a estruturação de uma política de atendimento condizente ao que o tempo pedia. O Estatuto chegava para alterar as relações institucionais do poder público, com novos agentes e perspectivas outras para a cidade, suas famílias e suas crianças e adolescentes, que ora poderia interpretar esses conselhos como possibilidade de garantia de direitos, ou talvez como a manutenção do medo e receio que a antiga estrutura proporcionava, carregando as mazelas de uma trajetória não democrática e não preocupada com a dignidade dos indivíduos.

Considerações finais

Essa narrativa que buscou investigar o processo de implantação dos conselhos tutelares na cidade do Recife, durante a década de 1990, nos possibilitou acessar alguns debates que por vezes não foram vistos ou que não foi dada a devida atenção e importância que deveria ser reservada. Os conselhos tutelares têm uma relevância social muito grande dentro do SGD, na verdade, o próprio SGD é sujeito de transformação das políticas de atendimento as crianças e adolescentes após a redemocratização do país que ainda está em curso.

Percebemos que essa importância vai sendo construída pouco a pouco através dos percalços enfrentados na trajetória que ainda estão no cotidiano, desde o histórico posicionamento do Estado brasileiro que coloca as crianças e adolescentes como passivos da trama social, passando pelas legislações pouco democráticas que pudemos compreender ao longo do trabalho, até a permanência de um imaginário coletivo que atrela a esses sujeitos uma possível relação com a criminalidade. Por meio dos relatos trazidos principalmente com Alexandre Bezerra e João José, foi possível visualizar ao menos um espectro de atuação dos conselhos e das dificuldades que o órgão teve desde a sua implantação.

Uma sociedade marcada pela visão menorista com instituições que carregam um caráter ainda autoritário quando diz respeito às crianças e adolescentes, contribuiu para a reprodução de práticas que são características ainda do Código de Menores e das instituições de coerção. Olga Câmara cita a dificuldade de trabalho interno da polícia para uma visão em que os outrora chamados “menores”, pudessem ser vistos como vítimas de violência, não só causadores. Ou seja, um embate que remonta as diferentes visões de mundo e de sociedade que conflitam dentro da estrutura institucional.

Os conselhos passaram por momentos bem complicados para que a sociedade pudesse compreender suas funções, ainda hoje isso pode ser evidenciado. Em meu trabalho monográfico, busquei analisar as representações dos conselhos tutelares para crianças e adolescentes por meio de produções artísticas e textuais, sendo visto a

constante relação entre conselheiro tutelar e policial, se mantendo a reprodução de um autoritarismo que era perceptível pelo cassetete e pelo colete.²³⁵

Ao apontar durante a introdução as motivações que trouxeram a realização dessa pesquisa, é relatada a constante visão negativa reproduzida dentro da escola, como um órgão de caráter punitivista e que para as crianças e adolescentes não era visto como um parceiro. Essa mesma percepção no início dos anos 2000, foi constatada ainda na década seguinte, recorte da pesquisa realizada na graduação.

Buscando compreender como foi estabelecida a relação dos conselhos com a sociedade do Recife, acessamos por meio das documentações um órgão que em sua implantação estava atento a sua principal função, de zelar e proteger os direitos das crianças e adolescentes. Entretanto, são vistos os constantes equívocos realizados. Apesar de não termos acesso ao histórico de atendimento por falta de documentação, nos relatos e no relatório, é constatado a prática do conselho em atuar como um órgão executor das políticas, embora não tenha essa função e nem instrumentos para isso. É importante demarcar que o conselho tutelar, não só do Recife, mas qualquer ele, tem função de atender para encaminhar os serviços necessários em cada caso. Essa falta de percepção acarretou uma deficiência nítida nos trabalhos, mas que acontecia pela falta de estruturação do SGD e de apoio da estrutura pública.

Além disso, é visto que a aprovação do Estatuto não necessariamente alterou a realidade de crianças e adolescentes, mas que a operação da lei, a partir de criação de dispositivos e ferramentas que atuassem junto a sociedade, pôde modificar em alguns aspectos a vida de muitos sujeitos. Estudar as infâncias e suas institucionalidades, requer uma percepção aberta para outros problemas sociais que envolvem a população brasileira, no caso mais especificamente a recifense.

A cidade que se destacava pela violência urbana, altos índices de pobreza, miséria e assassinatos de crianças e adolescentes, sendo cenário de tanta desigualdade, conseguiu no decorrer dos anos de 1990 melhorar alguns índices e a realidade material de algumas crianças e adolescentes. Um exemplo, foi a garantia de acesso a mais de 90% desse público à escola, aspecto que ao analisar os dados podemos relacionar a obrigatoriedade de uma política de direitos humanos de âmbito municipal que garantisse educação pública

²³⁵ SOUZA, João Braga. **Os conselhos tutelares e suas representações sociais: uma análise a partir do concurso Arte Livre 2017**. Orientador: Humberto da Silva Miranda. 70 f. TCC (Graduação) – Curso de Licenciatura Plena em História, UFRPE, Recife, 2018.

para uma parcela significativa que tinha esse direito negado ao longo dos anos, além de ser função do conselho tutelar a garantia de matrículas, inclusive relatado pelos conselheiros como uma das principais denúncias recebidas.

Ao longo da primeira década de vigência do Estatuto o número de matrículas em nível fundamental e médio cresce de forma significativa, assim como matrículas em creches e no ensino infantil, é um caminho que escolhemos destacar e reforçar sobre os impactos reais que ferramentas construídas de maneira democráticas podem trazer a vida de crianças e adolescentes que tem em suas trajetórias familiares um retrospecto de negação e de muitas vezes, invisibilidade social.

Contudo, em um trabalho historiográfico com fontes diversas, se fez importante o diálogo entre elas, além de uma concepção teórica de história que possibilitasse a emersão dessas diversas vozes, através da oralidade, jornais e documentos oficiais. As escolhas metodológicas também se revelaram como um desafio para a análise dos diferentes tipos de documentos. Entretanto, entendemos que apesar das dificuldades impostas por ser uma temática sem muitas produções historiográficas, uma pandemia viral que impactou no cotidiano das pessoas e das instituições de pesquisa, o trabalho contribui para responder algumas questões e suscitar muitas outras reflexões a serem abordadas em outras pesquisas.

Por fim, é importante ressaltar que os resultados obtidos ao longo dos anos de pesquisa, suscitam a emergência da desigualdade territorial não só em âmbito nacional, mas em âmbito local, as capitais, as regiões metropolitanas e seus bairros vivem diferentes realidades a poucos quilômetros de distância. As políticas públicas devem estar atreladas as produções e investigações acadêmicas que proporcionam evidências positivas ou negativas da atuação do Estado, possibilitando ações mais efetivas e direcionadas.

O conselho tutelar que nasceu do Estatuto da Criança e do Adolescente, se tornou um dos protagonistas do SGD e da estrutura pública de atendimento. Hoje interpretado como plataforma política, outrora como “polícia de menores”, até utilizado para assustar as crianças, é uma ferramenta de extrema valia para aproximação da sociedade civil, assim como, os conselhos de direitos. Antes de estabelecer uma dicotomia de órgão salvador x órgão político, é importante nos atermos as nuances que compõe a singularidade da atuação.

A complexidade de conceituar os conselhos tutelares é perceptível no decorrer do trabalho, isso demonstra não só como o SGD é extenso e tem diversas instâncias e instituições a desenvolver diferentes papéis e funções, mas como a sociedade também está se (re)fazendo ao longo dos anos, as instituições estão inseridas nesse processo. Dessa forma, a dissertação deixa caminhos entreabertos para novas pesquisas, investigações e problematizações.

A contribuição maior do trabalho *Para além da proteção: Uma história dos conselhos tutelares no Recife (1990 – 2000)*, é perceber não apenas a especificidade do órgão e a sua trajetória na cidade, mas desvelar as contradições das políticas empreendidas a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente. Não há legislação salvadora, não há órgão salvador, as crianças não precisam ser salvas, precisam ser ouvidas e percebidas como protagonistas de sua trajetória. O caminho para um atendimento humanizado passa por uma política humanizada, por uma matriz de pensamento e leitura de mundo pela sociedade que não estigmatize a pobreza e os marcadores sociais.

FONTES

- **Arquivo Estadual Jordão Emerenciano**

Hemeroteca

Jornal do Comércio

JORNAL DO COMÉRCIO. **Cheirar cola vai ficar mais difícil**. Recife, 23 de junho de 1991. Caderno Cidades.

Diário de Pernambuco

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Chapas disputam Conselhos**. Recife, 16 de julho de 1996. APEJE.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Collor reúne ministros mirins**. Caderno Nacional, Recife, 16 de julho de 1996. APEJE.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Deficiente pede ajuda**. Recife, 31 de março de 1997. APEJE.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Desemprego**. Recife, 29 de julho de 1990. Caderno Cidade. APEJE.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Justiça assegura direitos de menores infratores do Estado**. Recife, 9 de junho de 1996. APEJE

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Magistrados são favoráveis à maioria penal aos 16 anos**. Vida Urbana. Recife, 19 de junho de 1996. APEJE

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Menores: abandono e cola**. Direitos do Cidadão, Recife, 13 de agosto de 1990. APEJE

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Mortalidade Infantil no Estado ainda supera a Média Nacional**. Recife, 12 de setembro de 1996. APEJE.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Mortalidade Infantil**. Recife, 31 de julho de 1996. APEJE.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Os pobres do Nordeste**. Coluna Periscópio, Recife, 19 de novembro de 1995. APEJE.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Recife define conselhos tutelares**. Recife, 14 de julho de 1996. APEJE.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Sociedade quer punição para menores**. Recife, 1 de setembro de 1996. APEJE.

- **Legislações**

BRASIL. **Código de Menores de 1927**. Decreto 17.343/A. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1927.

BRASIL. **Código de Menores**. Lei N° 6.697. Brasília, 10 de outubro de 1979.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Brasília, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Cria o Programa Nacional de Desestatização**. Lei N° 8.031. Brasília, 12 de outubro de 1990.

BRASIL. **Estabelece a criação do Serviço de Assistência a Menores– SAM**. Decreto-Lei 3.799. Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1941.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n° 8.069. Brasília, de 13 de julho de 1990.

PERNAMBUCO. **Institui o Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Lei n° 10.973. Recife, 17 de novembro de 1993.

RECIFE. **Cria o Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Lei n° 15.604. Recife, 18 de fevereiro de 1992.

RECIFE. **Cria os Conselhos Tutelares da Cidade do Recife e dá outras providências**. Lei n° 16.092. Recife, 9 de outubro de 1995.

- **Biblioteca da Presidência da República**

1. **Discursos presidenciais**

BRASIL, Biblioteca da Presidência da República. **Discurso Reunião Ministerial da criança**. Brasília, 31 de maio de 1990.

BRASIL, Biblioteca da Presidência da República. **O projeto de Reconstrução Nacional. Brasília – DF**, 15 de março de 1990. Presidência da República.

2. **Relatórios**

BRASIL, Presidência da República. **Programa Brasil em Ação (Dois anos)**, Brasília – DF, 1998.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste**. Brasília, p.1-596, 2005

COORDENAÇÃO GERAL DOS CONSELHOS TUTELARES DO RECIFE. **Considerações a cerca das Crianças e Adolescentes, proferidas ao longo dos 02 anos de existência dos CONSELHOS TUTELARES DO RECIFE**. Recife, 1999.

PINHEIRO, Armando C. & GIAMBIAGI, Fábio. **As empresas estatais e o programa de privatização do Governo Collor**. Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, 1992.

SUDENE/CPE/INE. **Região Nordeste do Brasil em Números**. Recife, 1999.

- **Sites de Internet**

CANCIAN, Natália. Em decreto, **Bolsonaro esvazia conselho de proteção a direitos da criança**. Folha de São Paulo, 5 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/em-decreto-bolsonaro-esvazia-conselho-de-protecao-a-direitos-da-crianca.shtml>> Acesso em: 03 de janeiro de 2020.

CARVALHO, Mario cesar. **Governo reduz recursos contra trabalho infantil**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3004200002.htm>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2019.

EBRAHIM, Raíssa. **Dono de comunidade terapêutica, Pastor Cleiton Collins desarquiva projeto para regulamentar entidades**. MARCO ZERO CONTEÚDO, 31 de julho de 2019. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/node/290217>>; <<https://marcozero.org/dono-de-comunidade-terapeutica-pastor-cleiton-collins-desarquiva-projeto-para-regulamentaentidades/>>. Acesso em: 22 de maio de 2021.

EVELIN, G. e MELLO, R. **Récua Brasil**. ISTO É. 24 de fevereiro de 1999. Disponível em: <https://istoe.com.br/28807_RECUA+BRASIL>. Acesso em: 15 de dezembro de 2019.

FREIRE, João. **Os 12 partidos que formam a base fiel do governo na Câmara**. Congresso em foco – UOL. Brasília, 30 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/exclusivo-os-12-partidos-que-formam-a-base-fiel-do-governo-na-camara/>>. Acesso em: 21 de mar de 2021.

PREFEITURA DO RECIFE. **Plano diretor da cidade do Recife**. Disponível em: <<https://planodiretor.recife.pe.gov.br>> Acesso em: 20 de abril de 2021.

SOARES, Jussara. **Bolsonaro diz que ECA deve ser ‘rasgado e jogado na latrina’**. O GLOBO, 23 de agosto de 2018. Disponível em:< <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-diz-que-eca-deve-ser-rasgado-jogado-na-latrina-23006248>> Acesso em: 03 de janeiro de 2020

- **Musicografia**

CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI. **A cidade**. Rio de Janeiro: Chaos/Sony Music, 1994

CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI. **Rios, Pontes & Overdrives**. Rio de Janeiro: Chaos/Sony Music, 1994

- **Películas Fílmicas**

A **VIDA** invisível. Direção de Karim Ainouz. Rio de Janeiro: Canal Brasil; Vitrine Filmes, 2019. (145 min).

- **Atlas**

Software

RECIFE, Prefeitura et al. **Desenvolvimento Humano no Recife**: Atlas municipal. Recife, 2005. Software.

Relatório do Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife – 2005

PREFEITURA DO RECIFE. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife**. Recife: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, 2005. 1 Atlas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª Edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

_____. Fontes Oraís. História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

ARANTES, Esther Maria. De "criança infeliz" a "menor irregular" – vicissitudes na arte de governar a infância In: Jacó Vilela, Ana Maria, Jabur, Fábio e Rodrigues, Hiliana de Barros Conde. **Clio – Payché: Histórias da Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999.

ARAUJO, T. B. Brasil nos anos noventa: Opções Estratégicas e Dinâmica Regional. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, nº 2 / novembro, 1999.

AREND, S. M. F.. **Convenção sobre os Direitos da Criança: em debate o labor infantojuvenil (1978 - 1989)**. Tempo e Argumento, v. 7, 2015.

_____. **Filhos de criação: uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930)**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

ARRETCHE, Marta. **Trajetórias das Desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2015.

ASSIS, Simone Gonçalves; BARCINSKI, M. (Org.) ; SILVEIRA, L. M. B. (Org.) ; SANTOS, B. R. (Org.) . **Teoria e prática dos conselheiros tutelares e conselhos dos direitos das crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

BACZKO, B. **Imaginação social**. In: Enciclopédia Einaudi. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

BARROS, Gabriel Navarro de. **Muito além do abandono: Infâncias perigosas e a “justiça tutelar” em Pernambuco (1888 – 1892)**, CLIO: Revista de pesquisa histórica, n. 36, jan – jun, 2018.

_____. **Órfãos pobres, desvalidos, “ingênuos ou menores?": Infâncias “perigosas” e a vigilância dos Juízos de Órfãos de Pernambuco (1888 – 1892)**, Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Recife: UFPE, 2014.

- BAPTISTA, Paulo Agostinho N.. **Religião, política e Teologia da Libertação: trajetória e desafios**. Revista Pistis Praxis, v. 6, p. 849-874, 2014
- BERNARDES, Denis. **Recife, o caranguejo e o viaduto**. 2º Ed., Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 7º Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BORGES, José Luis. “Funes, o memorioso”. In: **Ficções**. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.
- BURKE, P. **Cultura Popular na idade moderna**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- CALDAS, R. M.; SAMPAIO, Y.S.B.. **Pobreza no nordeste brasileiro: uma análise multidimensional**. Revista de Economia Contemporânea, v. 19, p. 74-96, 2015.
- CAPELATO, Maria H.; PRADO, Maria L. **O Bravo Matutino**. São Paulo: Editora Alfa-Romeu, 1980
- CARCANHOLO, M. D.. **Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica**. Revista de Economia Contemporânea, v. 12, p. 247-272, 2008.
- CARDOZO, Joaquim. **Joaquim Cardozo: poesia completa e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. **A cidadania no Brasil. O longo caminho**. 3º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. **A formação das almas – O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAVALCANTI, Geane Bezerra. **Lutas e Resistências dos moradores da periferia da cidade do Recife (1955 – 1988)**, Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em História. Recife: UFRPE, 2007.
- CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

- COMIN, A. A.. **Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil:1960-2010**. In: Marta Arretche. (Org.). *Trajetórias das Desigualdades. Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. 1ªed.São Paulo: Editora da Unesp, 2015, v., p. 367-394.
- CRENSHAW, Kimberly. **A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.
- CURY, Munir. **Estatuto da Criança e do Adolescente anotado**. 3ªed. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2002
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades**. Dossiê – Tempo e Narrativa, ABHO, v.6 , 2003.
- DUMOULIN, Oliver. **O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal**. 1º Ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.
- FALEIROS, V. P. Infância e processo político no Brasil. In: PILOTTI, F.; RIZINNI, I. (Org.). **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3º Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Educadores de rua uma abordagem crítica. Alternativas de atendimento aos meninos de rua**. UNICEF, Bogotá, 1989.
- FRONTANA, Isabel. **Crianças e Adolescentes: nas ruas de São Paulo**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- GALEANO, Eduardo. **Dias e noites de amor e de guerra**. Porto Alegre: L&PM Pocket Editores, 2001.
- GOHN, M. Gloria. **Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs**. Meta Avaliação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, mai./ago. 2013.
- GOMINHO, Z. O. **Veneza Americana X Mucambópolis. O Estado Novo na Cidade do Recife (Décadas de 30 e 40)**. Jaboaão dos Guararapes: Ed. do Autor, 2007.
- GONÇALVES, Williams da Silva. **O BRICS e as Mudanças na Ordem Internacional**. Revista da Escola de Guerra Naval, v. 20, p. 49-75, 2014.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica. In: DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. (Org.). **História do tempo presente**. 1º Ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: Estudos sobre História**. 1º Ed. – Rio de Janeiro, Contraponto: PUC – RIO, 2014.

_____. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006

LEME, André. **Virada digital? Pesquisa histórica no ciberespaço**. Revista Tempo & Argumento, v. 10, p. 136-169, 2018.

LENE, Hérica. **Jornais centenários do Brasil**. Corvilhã, ed. LabCom.IFP: Universidade da Beira do Interior, 2019.

LIMA, J. P. R. ; SICSÚ, A. B. ; PADILHA, M. F. F. G. . **Economia de Pernambuco: Transformações Recentes e Perspectivas no Contexto Regional Globalizado**. Revista Econômica do Nordeste, v. 38, p. 525-541, 2007.

MACIEL, David. **De Sarney a Collor: Reformas políticas, democratização e crise (1985 – 1990)**. 387 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Goiânia: UFG, 2008.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MIRANDA, Humberto da Silva. **Entre ruas e praças: a trajetória do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Recife (1980)**. XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015.

_____. **Meninos, moleques, menores... Faces da infância no Recife 1927-1937**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História. Recife: UFRPE, 2008.

_____. **Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964 – 1985)**. 2014. 348 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Recife, UFPE, 2014.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia, Memória**. 1º reimp. São Paulo: Contexto, 2016.

MORELLI, Ailton José. **A criança, o menor e a lei: uma discussão em torno do atendimento infantil e da noção de inimizabilidade**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História. Assis: UNESP, 1996.

_____. **Memórias de infância em Maringá: transformações urbanas e permanências rurais (1970/1990)**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo: USP, 2010.

MORELLI, Ailton José. et. al. **Desenho da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Revista Psicologia em Estudo, DPI/CCH/UEM, V. 5, n. 1, p. 65 – 84, 2000.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral. **A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789 – 1832)**. Tese - (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História. Recife: UFPE, 2006.

NASCIMENTO, José Almir do; GAMEIRO, T.G.S. **Um Sistema para Garantir Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes**. Recife: Linceu, 2013.

NASCIMENTO, Luís Manoel Domingues do. **Recife: Uma capital do Nordeste no capitalismo tardio**. Revista História Unicap, v. 1, n. 2, jul./dez. de 2014.

NORA, Pierre. “**Entre memória e história: a problemática dos lugares**”. Projeto História, n. 10. São Paulo: Educ, 1993.

PAPALI, Maria Aparecida; ZANETTI, V.; CASTILHO, M. H. O. **Cenários do Pós-Abolição no Vale do Paraíba Paulista: tutela, trabalho infantil e violência sexual (1888/1889)**. AFROASIA, v. 56, p. 147-167, 2017.

PEREIRA, Potyara A. P. **Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil**. Serviço Social & Sociedade, v. especial, p. 729 -753, 2012.

PINHEIRO, Armando C. & GIAMBIAGI, Fábio. **As empresas estatais e o programa de privatização do Governo Collor**. Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, 1992.

POGGI, Tatiana. **Do liberalismo ao neoliberalismo: as influências do ideário liberal na conformação da Escola de Chicago**. LEITURAS DE ECONOMIA POLÍTICA (UNICAMP), v. 12, p. 97-127, 2009.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral**. Projeto História 15. São Paulo, 1997.

_____. **O que faz a história oral diferente.** Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. Projeto História, São Paulo, n. 14, fev. 1997.

_____. **O momento de minha vida: funções do tempo na História Oral.** In: Muitas memórias, outras histórias. FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; LAMEIDA, Paulo; KHOURY, Yara (Orgs). São Paulo: Olho D'água, 2004

REZENDE, A. P. (DES) **Encantos Modernos: Histórias da Cidade do Recife na década de vinte.** Recife: UFPE, 1997.

_____. **O Recife: Os espelhos do passado e os labirintos do presente ou as tentações da memória e as inscrições do desejo.** Proj. História, São Paulo, 2009.

RIZINNI, Irene. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZINNI, Irene (orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, Enid. A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In: VAZ, Flavio Tonelli; MUSSE, Juliano Sander; SANTOS, Rodolfo Fonseca dos. (Orgs.). **20 anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafios da seguridade social.** Brasília: Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, 2008.

RODRIGUES, Carlos H. L.; JURGENFELD, Vanessa. F. **Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de Collor ao primeiro governo FHC).** ECONOMIA E SOCIEDADE, v. 28, p. 393-420, 2019.

RUS PEREZ, José Roberto ; PASSONE, E. F.. **Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes.** Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 40, p. 649-673, 2010.

SACKS, Oliver. **O homem que confundiu sua mulher com um chapéu e outras histórias clínicas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SADER, Eder. **Quando Novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPAIO, E. **A virada linguística e os dados imediatos da consciência.** TRANS/FORM/AÇÃO (UNESP. MARÍLIA. IMPRESSO), v. 40, p. 47-70, 2017

- SANTOS, M. E. V.. Meninas, moças e donzelas: os crimes sexuais e a honra em Pernambuco imperial (1860-1888). In: MIRANDA, Humberto; SANTOS, M. E. V. (Org.). **História da Infância em Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.
- SANTOS, Milton. **O país distorcido: O Brasil, a Globalização e a Cidadania**. Publifolha: São Paulo, 2002.
- SARACENO, Chiara. **Sociologia da Família**. Estampa: Lisboa, 1992.
- SEDA, Edson. **A a Z do Conselho Tutelar**. 1º Ed. – Rio de Janeiro: Adês, 1999.
- SILVA, Elton G. O. **“Não matem minhas crianças”: O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e enfrentamentos às vítimas fatais (recife, 1991)**. XIII Encontro Estadual de História - História e Mídias: narrativas em disputa. Recife, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2020.
- SILVA, Kelly Regina S. da. **A reprodução da geografia social do capitalismo no território do Pina (Recife - PE)** – (Dissertação de mestrado). Recife, UFPE, 2014.
- SCHUCH, Patrice. **Práticas de justiça: Antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.
- SOUZA, João Braga. **Os conselhos tutelares e suas representações sociais: uma análise a partir do concurso Arte Livre 2017**. Orientador: Humberto da Silva Miranda. 70 f. TCC (Graduação) – Curso de Licenciatura Plena em História, UFRPE, Recife, 2018.
- SUDBRACK, Umberto Guaspari. **O extermínio de meninos de rua no Brasil**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 18, n. 1, pp. 22-30, jan. – mar., 2004.
- VIEIRA, Márcia Guedes. Os direitos das crianças e dos adolescentes são direitos humanos. In: MOSER, Claudio e REICH, Daniel (Org.). **Direitos Humanos no Brasil: diagnósticos e perspectivas**. Coletânea CERIS, Ano 1, n. 1, Rio de Janeiro: CERIS/MAUAD, 2003.
- VIOLA, S. E. A. **Direitos Humanos e Democracia no Brasil**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008.